

FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA



**PROJETO
PEDAGÓGICO
DO CURSO DE
DIREITO**



Autorizado pela portaria nº 155 de 29/03/2019

Av. Rodrigues Alves, 756 - Andradina - SP,

www.firb.br (18) 3702 9888

FACULDADES INTEGRADAS RUI BARBOSA

PROJETO PEDAGÓGICO
BACHARELADO EM DIREITO

Aprovado pela Resolução do Conselho Superior nº 03, de 02 de fevereiro de 2024.

FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA” - FIRB

Mantida pela CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA (Código 16878)

CNPJ: 09.099.207/0001-30

Representante Legal

Cláudia Aparecida Pereira

ADMINISTRAÇÃO INSTITUCIONAL

Diretor(a) Geral

Edson Luiz Benatti

Coordenador do Curso de Direito

Prof. Ms. Larissa Satie Fuzishima Komuro

Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Prof. Ms. Larissa Satie Fuzishima Komuro

Prof. Ms. Maria Fernanda Paci Hirata Shimada

Prof. Ms. Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo

Prof. Dr. Aparecido Wilson Rodrigues

Prof. Dr. Cristina Lacerda Soares Perarolha Silva

APRESENTAÇÃO

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito foi elaborado pelo NDE (Núcleo Docente Estruturante), visando melhorar e adequar a estruturação do curso para dar ao profissional maiores opções na área de formação, a fim de definir o perfil de profissional a ser formado, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais listadas abaixo:

- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº. 9.394/1996;
- Lei 11788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- RESOLUÇÃO nº 2, de 18 de junho de 2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial;
- RESOLUÇÃO nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regulamenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e daí outras providências;
- RESOLUÇÃO nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- PORTARIA n.º 2.117 de 06 de dezembro de 2019.
- RESOLUÇÃO n.º 2, de 9 de Abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Desta forma, o Projeto Pedagógico do Curso é um documento que não é perfeito, evidente como qualquer trabalho teórico não está imune aos defeitos. As correções futuras que vier a sofrer vão contribuir de forma significativa para o seu aprimoramento, tarefa executada de forma constante pela coordenação do curso, juntamente com o NDE e aprovado pelo Colegiado de Curso.

Dentro desta perspectiva, procurou-se elaborar um Projeto Pedagógico para o Curso de Direito, respeitando as legislações pertinentes, que possibilite a construção de novas realidades calcadas pelo desenvolvimento sustentável do município de Andradina/SP e região.

O Projeto Pedagógico do referido curso almeja contribuir para um ensino reflexivo e democrático, onde a teoria se conjugue com a prática docente, com finalidade de construir o conhecimento, proporcionando aprimoramento contínuo de todos os envolvidos. O planejamento, a busca de fins, programas e currículos, assim como, a contínua construção de competências e habilidades que atendam a novos padrões e exigências organizacionais, resultarão de ações constantes do corpo docente, Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), conduzidas pelo coordenador do curso e alicerçadas na

multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da atuação destes. A integração pedagógica que permeia todos os níveis do trabalho acadêmico e técnico-administrativo é indispensável na ação e na prática para a perfeita integração do Projeto Pedagógico, conferindo identidade ao curso de Direito. O PPC do Curso de Direito está, ainda, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) das Faculdades Integradas Rui Barbosa, a fim de Reconhecer o Curso de Bacharelado em Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB, Estado de São Paulo.

Além das transformações do ensino superior, a carreira jurídica tem experimentado diversas transformações, principalmente no que tange à área tecnológica, como exemplo a implementação do processo judicial eletrônico nos Tribunais em todo o país, bem como a entrada em vigor do Novo Código de Processo Civil em 2015, bem como a Reforma Trabalhista e Previdenciária nos anos de 2017 e 2019, respectivamente.

Ademais, a importância da Lei Geral de Proteção de Dados, dispositivo importante que nos últimos anos tem impactado a vida de diversas pessoas e empresas, pois estabelece regras claras para a coleta, armazenamento, uso e compartilhamento de dados pessoais, incluindo informações como nome, endereço, e-mail, número de telefone, informações financeiras e de saúde, entre outras. A lei se aplica a todas as empresas e organizações que coletam e processam dados pessoais.

Por conseguinte, há a preocupação com o estímulo para a produção de artigos e resumos científicos, seja em sala de aula, seja por meio de grupos de pesquisa, o curso de Direito tem avançado no sentido de contribuir para a formação profissional que o aluno deseja alcançar nos dez semestres de estudo.

Há, ainda, o aperfeiçoamento dos estágios práticos em sala de aula e extraclasse, com a aplicação de atividades que contribuam na formação prática do discente.

Por fim, a grande mudança implementada no curso de Direito é advinda da autorização pelo MEC da adoção de até 40% da carga horária com disciplinas na modalidade de ensino à distância, o que por si só é uma novidade para todos os docentes e alunos do curso, haja vista que o ensino presencial é amplamente difundido em nosso país.

Assim, torna-se um grande desafio a implementação dessa nova estrutura, com o ambiente virtual que possua aulas on-line, livros digitais, trabalhos e avaliações, bem como a comunicação por meio do professor-tutor, uma vez que muitos alunos, na sua ampla maioria, sempre estudaram de forma presencial, seja no ensino básico, seja em graduações anteriores.

Portanto, após reuniões para definir a adoção da modalidade de ensino à distância e os conteúdos de Direito Processual Civil, LGDP e as reformas acima citadas, o NDE e professores definiram a criação de uma nova grade curricular, acatando algumas sugestões advindas da mantenedora da instituição.

Sendo um curso complexo, devido que as alterações legislativas e jurisprudenciais fazem parte do cotidiano do operador do direito, muitas mudanças ocorreram devido a tais

alterações.

Também mudanças na disciplina de Estágio Supervisionado, com a exigência dos alunos de frequentarem estágios externos em entidades públicas, escritórios de advocacia etc., bem como audiências criminais, cíveis e trabalhistas.

Outra mudança é no que diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso, sendo ofertado em aula presencial, mas com propositura de um novo regulamento, específico para o curso de direito, iniciando a confecção do trabalho científico a partir do sétimo período com a disciplina de Metodologia da Pesquisa em que o aluno apresentará o Projeto de Pesquisa ao orientador.

Com relação aos conteúdos de Educação das Relações Étnico-raciais, com base na Lei 11.645/2008 e Resolução nº. 01/2004, foram alocados nas disciplinas de: (i) Estudos Sócio Antropológicos, (ii) Ética, Cidadania e Inclusão Social, (iii) Sociologia Jurídica, (iv) História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena e (v) Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito.

Os conteúdos relativos ao meio-ambiente, com a inclusão de Políticas de Educação Ambiental dentro da disciplina de (i) Meio Ambiente e Sustentabilidade, (ii) Direito Ambiental e (iii) Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito, em conformidade com a Lei 9.795/1999 e Decreto 4.281/2002.

A interdisciplinaridade está presente nos primeiros termos com a disciplina de Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito, que envolve os direitos sociais, étnico-raciais, relativos à questão de gênero, ao idoso, desenvolvimento ambiental sustentável, pessoa com deficiência etc.

Nesta oportunidade, os alunos deverão realizar um trabalho envolvendo as atividades de extensão para apresentação ao final de cada semestre, sendo gradativamente incentivada a participação em atividades junto à comunidade da região a qual a instituição está inserida.

Algumas sugestões acatadas pelo NDE advieram da Comissão Permanente de Avaliação, dos alunos representantes de sala, dos alunos em geral, além do Colegiado de Curso, que muito contribuiu com a definição do conteúdo e bibliografia das disciplinas.

Portanto, a atualização do presente projeto pedagógico visa permitir aos alunos do Direito o alcance a múltiplas competências. O profissional egresso do curso deve saber e poder atuar em diversas áreas, o que supera o modelo curricular tradicional.

O Projeto Pedagógico do referido curso almeja contribuir para um ensino reflexivo e democrático, onde a teoria se conjugue com a prática docente, com finalidade de construir o conhecimento, proporcionando aprimoramento contínuo de todos os envolvidos.

O planejamento, a busca de fins, programas e currículos, assim como, a contínua construção de competências e habilidades que atendam a novos padrões e exigências organizacionais, resultarão de ações constantes do corpo docente, Colegiado de Curso, Núcleo Docente Estruturante (NDE), conduzidas pela coordenadora do curso e alicerçadas na multidisciplinaridade e interdisciplinaridade da atuação destes.

A integração pedagógica que permeia todos os níveis do trabalho acadêmico e técnico-administrativo é indispensável na ação e na prática para a perfeita integração do Projeto Pedagógico, conferindo identidade ao curso de Direito.

O PPC do Curso de Direito está, ainda, em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB.

Sumário

1 - DADOS DA INSTITUIÇÃO	10
1.1. Mantenedora	10
1.2. Mantida	10
1.3. Caracterização Geral do Curso	11
2. CONTEXTO EDUCACIONAL	12
2.1. Missão	12
2.2. Objetivos da Instituição.....	12
2.3. Breve Histórico da IES.....	12
2.4. Contextualização da Região.....	15
2.4.1. Inserção Regional e Nacional	15
2.4.2. Aspectos Geográficos e Clima	16
2.4.3. Hidrografia.....	17
2.4.4. Aspectos Ambientais.....	17
2.4.5. Aspectos Históricos do Município	17
2.4.6. Aspectos da Economia.....	18
2.4.7. Aspectos da Educação	19
2.4.8. Aspectos da Saúde	20
2.5. Responsabilidade Ambiental, Cultural e Artística.....	20
2.6. Responsabilidade Social	21
FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA” - FIRB E PROJETOS SOCIAIS	22
CONVÊNIOS	22
PROGRAMA SEGUNDA GRADUAÇÃO	22
CAMPANHA INDIQUE AMIGO	23
GOVERNO ESTADUAL	23
GOVERNO FEDERAL	23
FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES	24
3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO	27
3.1. Práticas Exitosas ou Inovadoras	29
3.2. Metodologias Ativas	32
4. O CURSO	36
4.1. Histórico e Perfil do Curso	36
4.2. Missão do Curso	39
4.3. Objetivos	39
4.3.1 Geral	40
4.3.2 Objetivos Específicos.....	40
4.4. Perfil do Egresso	41
4.4.1 Articulação com o Mercado de Trabalho.....	43
4.5. Articulação com as atividades de pesquisa e extensão.....	43
5. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR	45
5.1. Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais	45
5.2. Matriz Curricular do Curso de Direito.....	48
5.3. Estratégias de flexibilização curricular	48
5.4. Matriz Curricular 2022 do Curso de Direito	49
5.5. Ementário e Bibliografias.....	53
5.6. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino e da Metodologia de Aprendizagem	53
5.7. Modos de Integração entre a Teoria e Prática.....	53
5.8. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas	54
5.9. Adequação e Atualização das Ementas e Programas das Disciplinas.....	55
5.10. Adequação, Atualização e Relevância da Bibliografia	55
5.11. Coerência do Corpo Docente e do Corpo-Técnico Administrativo com a Proposta Curricular.....	55

5.12.	Coerência dos Recursos Materiais Específicos	56
5.13.	Estratégias de Flexibilização Curricular.....	56
6.	METODOLOGIA	58
7.	ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO	59
7.1.	Prática Profissional e/ou Estágio.....	59
7.1.1	Base Legal.....	60
7.1.2	Concepção e Organização	60
7.1.3	Objetivos Gerais	60
7.1.4	Abrangência.....	60
7.1.5	Supervisão e Avaliação	61
7.2.	Trabalho de Conclusão de Curso – TCC.....	61
7.3.	Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito	62
7.4.	Atividades Complementares	63
7.5.	Curricularização das Atividades de Extensão	64
7.6.	Iniciação Científica	66
8.	APOIO AO DISCENTE	68
8.1.	Núcleo de Apoio ao Discente.....	68
8.2.	Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP	68
8.3.	Apoio Técnico-Administrativo	69
8.4.	Mecanismos de Nivelamento	70
8.5.	Monitoria Acadêmica.....	70
8.6.	Acompanhamento de egresso	71
8.7.	Ouvidoria.....	72
8.8.	Bolsas de Estudos e Financiamento Estudantil	72
8.9.	Apoio à Participação em Eventos.....	72
9.	GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA.....	74
9.1.	Autoavaliação do Curso	74
9.1.1	Políticas de Avaliação Institucional da IES e dos Cursos.....	75
9.1.3	Avaliações Externas do Curso.....	77
9.1.4	Avaliação Ensino X Aprendizagem.....	77
9.2.	Forma de acesso ao curso e número de vagas	78
10	ATIVIDADES DE TUTORIA.....	80
10.1	Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias às Atividades de Tutoria... ..	81
10.2	Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)	81
10.3	Composição e Dinâmica das Aulas EaD	82
10.3.1	Fale como Tutor:.....	83
10.3.2	Leitura Prévia	83
10.3.3	Vídeo aulas.....	83
10.3.4	Saiba Mais	84
10.3.5	Avaliação de Desempenho:.....	84
10.3.6	Fórum Temático:.....	84
10.3.7	Desafio Profissional.....	84
10.4	Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes.....	86
10.5	Tecnologia de Informação e Comunicação - TICS.....	86
10.6	Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material Didático (Logística).....	88
11.	CORPO DOCENTE	91
11.1	Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE	92
11.2	Atuação do Coordenador	93
11.3	Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do(a) Coordenador(a).....	93
11.4	Regime de Trabalho do Coordenador do Curso	94
11.5	Titulação do Corpo Docente do Curso	94
11.6	Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD	94
11.7	Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso	95
11.8	Quadro de Docentes.....	95
11.9	Experiência Profissional do Corpo Docente do Curso de Direito.....	98

11.10	Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente do Curso de Direito.....	99
11.11	Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Direito	99
11.12	Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente.....	100
12	INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS	102
12.1.	Gabinete de trabalho para professores de tempo integral.....	102
12.2.	Espaço do trabalho para a coordenação do curso e serviços acadêmicos.....	102
12.3.	Sala de professores	102
12.4.	Salas de aula	103
12.5.	Acesso dos alunos aos equipamentos de informática.....	103
12.6	Biblioteca: Infraestrura e Serviços	103
12.6.1	Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo	105
12.6.2	Bibliografia Básica por Unidade Curricular	109
12.6.3	Bibliografia Complementar por Unidade Curricular	109
12.6.4	Biblioteca Virtual.....	109
12.6.5	Periódicos Especializados	110
12.7	Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente.....	110
12.8	Instalações Sanitárias	112
12.9	Laboratório de Informática.....	112
12.10	Infraestrutura Tecnológica	113
12.11	Infraestrutura de Execução e Suporte.....	115
12.12	Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos	115
12.13	Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação	116
12.14	Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ	117
13	INFRAESTRUTURA PLANEJADA PARA DEFICIENTES	119
13.1	Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida	127
13.2	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012	127
	REFERÊNCIAS	128

1 - DADOS DA INSTITUIÇÃO

1.1. Mantenedora

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB são mantidas pela CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA, Sociedade Empresária Limitada, com sede e foro em São Paulo, na Capital e filial nesta cidade, à Rua Carolina Fonseca, nº 584, Bairro Itaquera, São Paulo/SP, CEP 08230-030 com CNPJ nº. 09.099.207/0001-30, com o Estatuto registrado e microfilmado na Junta Comercial do Estado de São Paulo em em 22 de janeiro de 2019, registrado sob nº

59.806. De conformidade com seu Estatuto e registros cartoriais, tem como objetivos fundamentais a Educação, o Ensino, a Investigação e a Formação Profissional, bem como o Desenvolvimento Científico, Tecnológico, Filosófico e Artístico da região na qual está inserida.

A UNIVERSIDADE BRASIL LTDA., antigo nome da CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA, assumiu a manutenção das Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB por meio do processo de transferência autorizado pelo Termo de Responsabilidade S/N, de 30 de julho de 2019, que aprovou o registro administrativo da transferência da SOCAN - Sociedade Cultural de Andradina LTDA para UNIVERSIDADE BRASIL LTDA da instituição de Educação Superior denominada Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB, publicada no DOU em 30/09/2019, a qual passa a ser mantida pela respectiva mantenedora adquirente, agora com o nome:

NOME	CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA	
ENDEREÇO	Rua Carolina Fonseca, nº 584, Bairro Itaquera	
CIDADE	São Paulo	SP
CNPJ	09.099.207/0001-30	
TELEFONE	(11) 3241-8723	
PRESIDENTE	Claudia Aparecida Pereira	

1.2. Mantida

IES	FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA” - FIRB	
ENDEREÇO	Rua Rodrigues Alves, 756, Centro - CEP. 16.900-900	
CIDADE	Andradina	SP
ATOS LEGAIS	- Decreto Federal Nº 57.671, de 26 de janeiro de 1966, Credencia a Faculdade de Bacharelado em Ciências Econômicas, publicada no DOU em 01/02/1966. - Portaria Nº 858, de 11 de setembro de 2013, Recredencia as Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB, publicada no DOU em 12/09/2013. - Termo de Responsabilidade S/N, de 30 de julho de 2019, sobre a Transferência de Manutenção da SOCAN - Sociedade Cultural de Andradina LTDA para UNIVERSIDADE BRASIL LTDA da instituição de Educação Superior denominada Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB, publicada no DOU em	

	30/09/2019.
TELEFONE	(18) 3702-9888
SITE	https://www.firb.br
DIRETORIA:	Edson Luiz Benatti

1.3. Caracterização Geral do Curso

Nome do Curso	Direito
Código do Curso	1441081
Modalidade	Bacharelado
Local de Oferta	Rua Rodrigues Alves, 756, Centro – Andradina CEP. 16.900-900
Ato autorizativo	Autorizado pela portaria nº 155 de 29/03/2019 publicada no D.O.U. nº 62 em 01/04/2019.
Regime	Seriado
Turnos de Funcionamento	Noturno
Nº. de vagas totais anuais	90 vagas
Integralização	Mínima: 10 semestres Máxima: 15 semestres
Carga Horária Total	3.850 horas

2. CONTEXTO EDUCACIONAL

2.1. Missão

“Educar para garantir a formação de cidadãos aprendentes, diplomados nas diferentes áreas do conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, estabelecendo com esta uma relação de reciprocidade intelectual, ética, estética, ambiental e social.”

2.2. Objetivos da Instituição

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB estabeleceram quatro grandes objetivos relacionados à Instituição, ao Corpo Docente, ao Corpo Discente e à Comunidade, para o cumprimento de sua missão:

- Instituição: Proporcionar o desenvolvimento sustentável da instituição através de um sistema de ensino competitivo, planejando, coordenando, acompanhando e avaliando suas ações administrativas e pedagógicas;
- Docente: Investir na qualificação do corpo docente, através de uma política de recursos humanos que garanta o seu aprimoramento contínuo e sua satisfação profissional;
- Discente: Oferecer aos alunos um ensino de qualidade garantindo-lhes a sua inserção na sociedade, profissional e culturalmente;
- Comunidade: Fortalecer a política sócio educacional voltada ao contínuo relacionamento da instituição para com a sociedade.

2.3. Breve Histórico da IES

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB (Figura 1) é uma Instituição Isolada Particular de Ensino Superior, com sede e dependências administrativas à Rua Rodrigues Alves, 756, Centro - CEP. 16.900-900, Fone: (18) 3702-9888, Andradina/SP.

Em 1965 foi criada, a Faculdade de Bacharelado em Ciências Econômicas, autorizada pelo Decreto n.º 57.671 de 26 de janeiro de 1966. O curso após vestibular teve 80 matriculados.

A Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras “Rui Barbosa”, com cinco opções de Licenciaturas: Pedagogia, Letras, História, Geografia e Matemática é autorizada através do Decreto nº 66.459 de 17 de abril de 1970, e passa a funcionar juntamente com a anterior.

A mantenedora acompanhando o desenvolvimento da cidade ampliou suas atividades transformando-se em Faculdades Integradas, sendo regulamentada a nova condição em 1976 com a união das duas faculdades existentes, normatizada pelo Parecer de n.º 3747/76 do CFE e publicado no DOU de 19 de janeiro de 1977.

Figura 1 - Foto externa das Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB.



Fonte: Autores, 2021.

Na segunda metade da década de 1980, novas exigências de mercado e de demanda pressionam a instituição à oferta de novas opções e mobilizando-se para tal propõe e em 1995, através do decreto de 14 de março publicado no DOU de 15 de março, seção 1, página 1, foi autorizado o Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis.

Dando continuidade à política de expansão das FIRB, para atender à diversificação de mercado e de interesses, propõe e em 1996, foi publicado o Decreto de 6 de fevereiro no DOU de 7 de fevereiro, seção I, página 1982, autorizando o funcionamento do Curso de Bacharelado em Administração e em seguida, em junho de 1998, o DOU publica na página 1 da seção 1, a portaria nº 67 482 de 3 de junho autorizando o Curso de Bacharelado em Turismo.

Em 2001 as Faculdades começaram a voltar-se para a criação de cursos de pós-graduação, inicialmente, lato-sensu, que teve já naquele ano a primeira turma de pós-graduandos em Psicopedagogia Institucional, especialização dentro da área de concentração de Educação, vinculado à Coordenadoria de Educação, fundamentado legalmente no Parecer CNE/nº 142/2001 de 15/03/2001 e na Resolução CES nº 01/2001 de 03/04/2001. Em 2002 foi criado, como aprofundamento do primeiro, o curso:

Psicopedagogia Clínica: Uma abordagem terapêutica das dificuldades de aprendizagem. Em 2003 além desses cursos, passam a existir, também, os cursos “Educação Infantil” e “Educação Especial”, também vinculados à Coordenadoria de Educação, e “Administração de Recursos Humanos e Gestão de Negócios”, vinculado à Coordenadoria de Administração e “Controladoria e Gestão de Negócios” vinculado à Coordenadoria de Ciências Contábeis.

Em janeiro de 2000 a Sociedade Cultural de Andradina, mantenedora das Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB passa a denominar-se Sociedade Cultural de Andradina Ltda - SOCAN.

Em 2010 novos desafios ensejaram às FIRB implantarem novos cursos para atender demanda regional na área das Engenharias e Tecnologias iniciado pela solicitação de autorização para o Curso de Tecnologia em Gestão Financeira.

Em 12 de setembro de 2013 foi publicado no DOU, o Ato de credenciamento das Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB, por meio da Portaria nº 858, de 11/09/2013. De 2012 a 2017 vários cursos foram autorizados e reconhecidos.

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB encontram-se em uma das regiões muito promissoras do Estado de São Paulo, de grande potencial educacional e tecnológico e entende que uma das formas do crescimento local e regional, se dará por meio da oferta de novos cursos que trarão benefícios às populações carentes que almejam ingressar em uma faculdade.

Agrega-se a esses componentes, o quadro de docentes de bom nível, com formação pós-graduada em grandes universidades, que trarão a contribuição desejada para a formação de seus alunos e futuros ingressantes.

A partir do ano de 2019, por meio do Termo de Responsabilidade S/N, de 30 de julho de 2019, houve a Transferência de Manutença da SOCAN - Sociedade Cultural de Andradina LTDA para UNIVERSIDADE BRASIL LTDA, hoje a CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA da instituição de Educação Superior denominada Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB, publicada no DOU em 30/09/2019.

Atualmente a FIRB oferece à comunidade de Andradina e região os cursos de:

Atos legais dos Cursos oferecidos perante o MEC
BACHARELADOS:
ADMINISTRAÇÃO Autorizado pelo Decreto/96 de 07/02/1996. Reconhecido pelo Decreto nº 3.059 de 29/10/2003. Renovação de Reconhecimento de Curso, portaria nº 948 de 30/08/2021 - Publicado no D.O.U nº 165 em 31/08/2021, seção 1, páginas 36 a 45.

CIÊNCIAS CONTÁBEIS - BACHARELADO

Reconhecido pelo Portaria MEC nº 1893 de 17/07/2003.

Renovação de Reconhecimento de Curso, Portaria MEC nº 948 de 30/08/2021 - Publicado no D.O.U nº 165 em 31/08/2021, seção 1, páginas 36 a 45.

DIREITO

Autorizado pela Portaria MEC nº 155 de 29/03/2019 - D.O.U. nº 62 em 01/04/2019, seção 1, páginas 88 e 89.

ENFERMAGEM

Autorizado pela Portaria MEC nº 409 de 02/09/2019. - D.O.U. nº 170 em 03/0/2019.

ENGENHARIA CIVIL

Autorizado pela Portaria MEC nº 321 de 02/08/2011 - D.O.U. nº 149 em 04/08/2011. Reconhecido pela Portaria MEC nº 390 de 30/05/2018 - D.O.U. nº 104 em 01/06/2018, seção 1, página 65.

ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Autorizado pela Portaria MEC nº 501 de 22/12/2011 - D.O.U. nº 247 em 26/12/2011. Reconhecido pela Portaria MEC nº 914 de 14/08/2017 - D.O.U. nº 156 em 15/08/2017, seção 1, páginas 20 a 22.

ENGENHARIA MECÂNICA

Autorizado pela Portaria MEC nº 341 de 29/05/2014 - D.O.U. nº 102 em 30/05/2014, seção 1, página 72.

ENGENHARIA ELÉTRICA

Autorizado pela Portaria MEC nº 362 de 02/07/2014 - D.O.U. nº 125 em 03/07/2014, seção 1, página 32.

Reconhecido pela Portaria MEC nº 942 de 02/09/2021 - D.O.U. nº 168 em 03/09/2021, seção 1, página 53.

ODONTOLOGIA

Autorizado pela Portaria MEC nº 268 de 11/06/2019 - D.O.U. nº 112 em 12/06/2019, seção 1, página 43.

PSICOLOGIA

Autorizado pela Portaria MEC nº 268 de 11/06/2019 - D.O.U. nº 247 em 12/06/2019.

LICENCIATURA:

PEDAGOGIA

Autorizado pelo Decreto nº 66.459 de 17/04/1970. Reconhecido pelo Decreto nº 75.268 de 23/01/1975.

Renovação de Reconhecimento de Curso, portaria nº 917 de 27/12/2018 - Publicado no D.O.U. nº 249 em 28/12/2018, seção 1, páginas 189 a 200.

2.4. Contextualização da Região

2.4.1. Inserção Regional e Nacional

Andradina é a cidade que abriga o campus das Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB, localizada no Estado de São Paulo, na região Sudeste do Brasil, distante 630 km da

capital do Estado. De acordo com dados do IBGE a área total do município é de 964,226 km² e abriga uma população estimada em 2021 de 57.245 mil habitantes (CENSO 2021/IBGE), com densidade demográfica de 57,39 hab/km². O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,779 (CENSO 2010/IBGE).

2.4.2. Aspectos Geográficos e Clima

Andradina é um município brasileiro do estado de São Paulo (Figura 2). O município é formado somente pelo distrito sede, que inclui os povoados de Paranópolis e Planalto.

Figura 2 - Localização geográfica do município de Andradina no Estado de São Paulo.



Fonte: Google mapas, 2021.

Sua localização geográfica é Latitude 20° 53' 45", Longitude 51° 22' 44" e Altitude de 405 metros. Seus limites são: Nova Independência, Castilho, Itapura, Pereira Barreto, Guaraçá, Murutinga do Sul e Ilha Solteira.

O clima do município de Andradina é tropical de altitude. O clima tropical de altitude é típico das áreas elevadas da região Sudeste. As temperaturas são mais baixas que as registradas nas áreas típicas de clima tropical. Apesar de ocorrerem durante todo o ano, as chuvas estão mais concentradas no verão. Esse clima é controlado por massas de ar tropicais e polares. No inverno existe muito menos pluviosidade que no verão, com temperatura média 30,1°C na maior parte do ano.

2.4.3. Hidrografia

Em sua hidrografia, o município de Andradina só conta com o Rio Tietê. Existe no local as rodovias, SP-300 e SP-563, além do aeroporto de Andradina.

2.4.4. Aspectos Ambientais

De acordo com a classificação de ecossistemas adotada pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, a região de Andradina está inserida na área de abrangência do Bioma Mata Atlântica, ratificado pelo Mapa de Vegetação do Brasil que caracteriza esta mesma área como vegetação de Floresta Estacional Semidecidual.

A Floresta Estacional Semidecidual, que tem suas peculiaridades moldadas pelo clima local, com períodos de secas, quando parte significativa das folhas das árvores caem como estratégia de conservação de água, o que dá um grande contraste com outras fisionomias florestais.

Na paisagem local é possível observar que atualmente pouco resta de vegetação nativa em contraste com o total de áreas da paisagem, estando concentrada em fragmentos isolados ao longo das redes de drenagem e/ou em áreas demarcadas de reserva legal dos imóveis rurais.

2.4.5. Aspectos Históricos do Município

Andradina, município-sede das Faculdades Integradas "Rui Barbosa" - FIRB foi fundada, em 1932, pelo fazendeiro Antônio Joaquim de Moura Andrade, maior criador de gado do Brasil, "O Rei do Gado". E em sua homenagem o local ficou conhecido como "Terra do Rei do Gado".

Em terras da Fazenda Guanabara surgiu o povoado em 11 de julho de 1937. A fazenda pertencia a Moura Andrade, que loteou em pequenos sítios para os pioneiros recém-chegados. Nesta data chegou o primeiro trem de ferro da Estrada de Ferro NOB, à nova povoação. Quase todos os comércios do lugar pertenciam ao mesmo no início, inclusive um Banco. Ele também instalou luz elétrica movida a motor diesel na região.

Andradina foi elevada a Distrito em 10 de novembro de 1937. E este foi elevado à

condição de município em 30 de dezembro de 1938. Mais tarde, Andradina perdeu parte de seu território para a formação dos novos municípios de Castilho e de Nova Independência. O célebre "Poema ao Milho", foi escrito pela poetiza Cora Coralina nos tempos que viveu em Andradina.

2.4.6. Aspectos da Economia

Considerado uma capital sub-regional de alta influência na região, o município de Andradina é polo da região no Estado de São Paulo. Dentro de sua área de influência, a cidade atrai maior parte dos visitantes para logística de transportes.

Andradina é o 1º município mais populoso da pequena região de Andradina, com 57.245 mil habitantes. O PIB da cidade é de cerca de R\$ 2,1 milhões de, sendo que 57,2% do valor adicionado advém dos serviços, na sequência aparecem as participações da indústria (23,2%), da administração pública (13,2%) e da agropecuária (6,3%).

Com esta estrutura, o PIB per capita de Andradina foi de R\$ 35.989,67 mil (IBGE, 2019), valor inferior à média do estado (R\$ 51,1 mil), mas superior à grande região de Araçatuba (R\$ 29,8 mil) e à pequena região de Andradina (R\$ 28,3 mil).

O município possui 16,1 mil empregos com carteira assinada, a ocupação predominante destes trabalhadores é a de vendedor de comércio varejista (689), seguido de motorista de caminhão (rotas regionais e internacionais) (629) e de auxiliar de escritório (572). A remuneração média dos trabalhadores formais do município é de R\$ 2,1 mil, valor abaixo da média do estado, de R\$ 2,9 mil.

A concentração de renda entre as classes econômicas em Andradina pode ser considerada muito baixa e é relativamente inferior à média estadual. As faixas de menor poder aquisitivo (E e D) participam com 67% do total de remunerações da cidade, enquanto que as classes mais altas representam 4,5%. Destaca-se que composição de renda das classes mais baixas da cidade têm uma concentração 25,1 pontos percentuais maior que a média estadual, já as faixas de alta renda possuem participação 18,6 pontos abaixo da média.

Do total de trabalhadores, as três atividades que mais empregam são: fabricação de produtos de carne (2375), administração pública em geral (1641) e fabricação de álcool (1105). Entre os setores característicos da cidade, também se destacam as atividades de fabricação de produtos de carne e fabricação de álcool.

Dados do ano de 2021 do IBGE ilustram números de empresas, pessoal ocupado e remuneração referentes à cidade de Andradina (Quadro 1).

Quadro 1 - Empresas, pessoal ocupado e remuneração referentes à cidade de Andradina-SP.

Número de Empresas e Outras Organizações Atuantes	1.947 unidades
Pessoal ocupado	17.411 pessoas
Pessoal ocupado assalariado	15.232 pessoas
Salário Médio Mensal	2,2 salários mínimos
Salários e outras remunerações	R\$ 442.447 (x1000)

Até novembro de 2021 houve registro de 213 novas empresas em Andradina, sendo que 18 atuam pela internet. No ano de 2020 inteiro, foram registradas 190 empresas. No último mês, 20 novas empresas se instalaram, sendo 2 com atuação pela internet. Este desempenho é menor que o mês anterior, que foi de 24 novas empresas. Assim, na região, somam-se 2.290 novas empresas, valor que é superior ao desempenho do ano passado.

2.4.7. Aspectos da Educação

No âmbito educacional, segundo dados do IBGE de 2020, Andradina apresentava uma taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade de 98,2% e conta com 21 escolas de Ensino Fundamental que atenderam 6.654 alunos matriculados em 2020 e 11 escolas de Ensino Médio com 1.899 alunos matriculados (IBGE, 2020).

Através da oferta de cursos superiores é que as Faculdades Integradas “Rui Barbosa”

- FIRB têm contribuído para:

- a) promoção do desenvolvimento social local e regional, abrindo oportunidades para que os jovens deem sequência a seus estudos na área profissional, através da manutenção de cursos superiores, ensino fundamental e médio, bem como, implantação de projetos e programas de amparo e assistência à infância e adolescência;
- b) promoção e divulgação do ensino em todos os graus, ciclos e modalidades, inclusive supletivo, ensino profissionalizante, pesquisa e desenvolvimento em informática, visando ao progresso cultural e social de Andradina e região;
- c) manutenção, provendo com recursos de qualquer ordem, das escolas, cursos ou entidades assistenciais e demais atividades que instale, administre ou dirija;
- d) assistência aos alunos das IES mantidas, administradas ou dirigidas pela CEISP SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA., principalmente, os reconhecidamente necessitados, na forma de concessão de “bolsas de estudos” ou de outras formas assistenciais, aprovados por sua administração.

2.4.8. Aspectos da Saúde

Na área da Saúde, segundo dados do IBGE de 2009, Andradina oferece atendimento em 18 Unidades Básicas de Saúde (UBS), 2 atendimentos de emergência. O município, conta com 01 Hospital e 01 Ambulatório Médico de Especialidades - AME (IBGE, 2009).

O município possui mortalidade infantil de 9 óbitos por mil nascidos vivos, segundo dados do IBGE de 2019. E 2,3 internações por diarreia por mil habitantes, segundo dados do IBGE de 2016 (IBGE, 2019, 2016).

2.5. Responsabilidade Ambiental, Cultural e Artística

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB nutrem um profundo respeito em relação ao meio ambiente, à memória, patrimônios culturais e a produção artística. Existe uma preocupação de abordar esses temas em sala de aula, tornando os alunos corresponsáveis desse processo, sendo que estes temas constam no currículo básico de algumas disciplinas, e são igualmente abordados em projetos de extensão e em atividades complementares.

Há a promoção de diversas atividades e participação em eventos gratuitamente, voltados para atendimento da população. A IES procura se integrar aos programas e projetos do município para implementação efetiva das atividades, incluindo ainda o conhecimento e preservação do patrimônio cultural da cidade.

Ações institucionais da Faculdade:

- ✓ Inclusão Social: alcançada por meio da adoção de mecanismos de incentivo e apoio a processos de inclusão social, envolvendo a alocação de recursos que possibilitem o acesso e permanência dos estudantes (bolsas de estudo, atendimento a portadores de necessidades especiais, financiamentos alternativos e outros);
- ✓ Promoção Humana e Igualdade Étnico-Racial e Indígena: partindo da premissa que “a escola tem papel preponderante para eliminação das discriminações e para emancipação dos grupos discriminados”, proporciona acesso aos conhecimentos científicos, aos registros culturais diferenciados, à conquista da racionalidade que rege as relações sociais e raciais, aos conhecimentos avançados, indispensáveis para consolidação e ajuste das nações como espaços democráticos e igualitários, assim como, adota medidas educacionais que valorizam e respeitam as pessoas para que não haja discriminações sociais e raciais em sua comunidade acadêmica;
- ✓ Ao Desenvolvimento Econômico e Social: almejado por meio de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com os setores sociais e produtivos, incluindo o mercado profissional, assim como através de experiências Mecânica e transferência de conhecimentos, tecnologias e

dispositivos decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais, visando ao atendimento de demandas locais, regionais e nacionais;

- ✓ Defesa do Meio Ambiente: presente em ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas à preservação do meio ambiente, estimulando parcerias e transferência de conhecimentos, como também em experiências Mecânica e transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais voltadas para a preservação e melhoria do meio ambiente;
- ✓ Direitos Humanos: programas e projetos voltados para segmentos sociais e comunidades em situação de vulnerabilidade social, visando a reinserção educacional e laboral, emancipação social, acesso às políticas sociais públicas, bem como acesso à Justiça e aos Direitos Humanos; todos voltados para a promoção e proteção da dignidade humana;
- ✓ Preservação da Memória Cultural, da Produção Artística e do Patrimônio Cultural: busca através de ações e programas que concretizam e integram as diretrizes curriculares com as políticas relacionadas ao patrimônio histórico e cultural, visando sua preservação, como também do estímulo à transferência de conhecimentos e tecnologias decorrentes das atividades científicas, técnicas e culturais com vistas à preservação da memória e do patrimônio cultural.

2.6. Responsabilidade Social

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB consideram o ensino superior como o grande responsável pela construção do conhecimento, que incita a crítica da realidade, e que, conseqüentemente, por despertar o aluno para os problemas da sociedade o incentiva ao exercício da cidadania. Portanto, não só preparar o acadêmico para o exercício profissional, mas para a formação de um cidadão atuante em todos os âmbitos da sociedade.

O profissional, que se pretende graduar, deverá ser imbuído de capacidade e iniciativa de buscar soluções inovadoras, estar aberto a mudanças, sendo articulador e líder dos ambientes em que atuará, participando e auxiliando na tomada de decisões. Para isso, precisa estar apto ao ato de comunicar, possuir aptidão analítica e numérica, possuir comportamento equilibrado, alto senso crítico e ético, e atenção e disponibilidade para ações de responsabilidade social.

Ciente que as instituições são por excelência o veículo natural de disseminação de responsabilidade social, pois são as responsáveis pela formação do cidadão, a IES proporciona aos jovens carentes a possibilidade de ingresso ao ensino

superior, e para tanto ao longo da sua existência firmou parcerias com Órgãos Governamentais, Instituições e convênios, da qual oferece à comunidade projetos sociais, programas facilitadores para o acesso de jovens e adultos carentes no Ensino Superior, concedendo bolsas de estudos de até 100%.

Por meio das parcerias com os Projetos Sociais, a FIRB tem firmado convênios com prefeituras, sindicatos, empresas, associações, fundações, cooperativas, entre outras.

Os convênios promovem a valorização do funcionário associado por proporcionar um elemento facilitador para ingresso no ensino superior. Além disso, esse incentivo acarreta na melhoria da motivação do funcionário, e, conseqüentemente, no aumento da produtividade. Com isso, este passa a aplicar o conhecimento adquirido na faculdade em seu dia-dia, o que pode representar um trabalho de maior qualidade, visto que há um maior conhecimento.

Nesse sentido, apresenta-se uma síntese de Programas e Projetos Sociais, e ainda as parcerias com os Governos Federal e Estadual.

FACULDADES INTEGRADAS “RUI BARBOSA” - FIRB E PROJETOS SOCIAIS

CONVÊNIOS

As Faculdades Integradas Rui Barbosa, em cumprimento à sua missão e sua política de agregar cada vez mais valor a seus discentes, vem desde 2003 trabalhando com convênios e parcerias estratégicos, disponibilizando descontos e benefícios aos ingressantes, oriundos de instituições (empresas/associações/sindicatos) conveniadas.

O benefício CONVÊNIO é um desconto/bolsa concedido pela Faculdade aos beneficiários ingressantes pelo convênio firmado com instituições (empresas/associações/ sindicatos) conveniadas com as Faculdades Integradas Rui Barbosa. O percentual varia de 10% a 50% de desconto, de acordo com os termos de cada Convênio.

PROGRAMA SEGUNDA GRADUAÇÃO

As Faculdades Integradas Rui Barbosa também disponibilizam programas de incentivos estudantis (de descontos promocionais de até 50%), como o “PROGRAMA SEGUNDA GRADUAÇÃO”, que contempla descontos para aqueles que já concluíram um Curso Superior, mas desejam se reciclar, se especializar ou ter novas opções no mercado de trabalho.

Poderá ser contemplado pelo programa aluno egresso de curso de graduação. Os descontos promocionais podem ser de até 50%, para aqueles que já

concluíram um Curso Superior.

CAMPANHA INDIQUE AMIGO

A campanha “INDIQUE AMIGO” das Faculdades Integradas Rui Barbosa tem como objetivo valorizar e estreitar os laços de amizade, oferecendo educação de qualidade para o amigo INDICANTE e o amigo INDICADO.

Indique um ou mais amigos para ingresso nos cursos de Graduação, e ganhe prêmios por cada amigo INDICADO que efetue matrícula. Todo estudante regularmente matriculado, pode ser INDICANTE dentro da campanha Indique Amigo. Entende-se por estudante regularmente matriculado aquele que realizou o processo de matrícula ou de renovação de matrícula, e encontra-se apto a assistir aulas.

GOVERNO ESTADUAL

BOLSA ESCOLA DA FAMÍLIA

Visando a contribuir para o desenvolvimento de uma cultura de paz, o Programa Bolsa Escola da Família, elaborado pelo Governo do Estado de São Paulo proporciona a abertura, aos finais de semana, de várias escolas da Rede Estadual de Ensino no Oeste Paulista transformando-as em centro de convivência, com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de qualificação para o trabalho.

Os alunos inseridos neste programa desenvolvem atividades ligadas à Família, Saúde, Cultura, Esporte, lazer e Qualificação para o Trabalho nas escolas da Rede Estadual aos finais de semana e em contrapartida o aluno estuda com bolsa de 100%.

GOVERNO FEDERAL

PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS - PROUNI

O Programa Universidade para Todos, denominado de PROUNI é destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais de cinquenta por cento (meia-bolsa) para cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior, com ou sem fins lucrativos e oferece ainda a implementação de políticas afirmativas de acesso ao ensino superior aos autodeclarados indígenas ou negros e aos portadores de deficiência. A Faculdade, diante do lançamento do PROUNI pelo Ministro da Educação e ciente da carência social existente no Oeste Paulista, apoiou Secretário Executivo do MEC - Fernando

Haddad e foi à primeira das 35 instituições que aderiram ao programa, quando do lançamento pelo Ministro da Educação disponibilizando 10% de suas vagas iniciais, para ingresso de alunos ao ensino superior. Para o aluno concorrer a bolsa é necessário realizar o Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM e conseguir uma nota satisfatória na prova.

FINANCIAMENTO ESTUDANTIL - FIES

Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES) é um programa do Ministério da Educação, destinado a financiar a graduação presencial na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação.

Em 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato: a taxa de juros do financiamento passou a ser de 3,4% a.a., o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para 3 (três) vezes o período de duração regular do curso + 12 meses. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o Agente Operador do Programa para contratos formalizados a partir de 2010. Além disso, o percentual de financiamento subiu para até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano.

2.7 Justificativa para a oferta do Curso

É possível esboçar a organização curricular do Curso de Bacharelado em Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina com o arranjo de unidades de ensino agrupadas em 3 eixos a saber: Matérias Básicas, Matérias de Formação Geral e Matérias das Habilitações Específicas, com potencialidades para desenvolver nos alunos competências e habilidades para compreender de maneira interdisciplinar os fenômenos jurídicos e as transformações sociais, para que possam desenvolver responsabilidade profissional e social permeadas pelo sentido ético, para que adotem a prática da pesquisa e da investigação como ferramentas eficientes para apreender criticamente e propor criativamente o conhecimento pertinente ao Direito, para que exercitem as potencialidades necessárias para mediar a busca de soluções nas demandas sociais e também possam desenvolver competências na tentativa de desenvolver formas judiciais e extrajudiciais de prevenção e solução de conflitos individuais e coletivos e, finalmente, competências pessoais necessárias ao exercício da profissão quando da atuação individual, associada e coletiva nos procedimentos comunicativos alicerçado em embasamento teórico da gênese, dos fundamentos, da

evolução e do conteúdo do ordenamento jurídico vigente contextualizados historicamente

Na tentativa de aumentar e habilitar a massa crítica capaz de contribuir ou no mínimo conscientizar-se da ampla reorganização porque deve passar os Tribunais de Justiça para ajustar-se às enormes transformações socioeconômicas vivenciadas pela sociedade atual, suscitam segundo José Eduardo Faria em Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça no mínimo quatro questões básicas:

a) em que medida estarão os tribunais brasileiros aptos, do ponto de vista técnico e organizacional, para lidar com os conflitos de natureza coletiva envolvendo grupos, classes e coletividade?

b) em fase da explosão de litigiosidade registradas ao longo destes últimos anos, o que o Judiciária faz para desempenhar com um mínimo de eficácia suas funções de absorver as tensões e dirimir conflitos?

c) ao exercerem essas funções, especialmente no que se refere aos direitos humanos e aos direitos sociais, os juízes continuam agindo como simples interpretes da legislação em vigor? ou tem conseguido ampliá-la por via jurisprudencial, tornando-a mais flexível e adaptável às diferentes circunstâncias socioeconômicas do momento de sua aplicação?

d) em que medida continuam os magistrados, sendo ainda formados na tradição formalista da dogmática jurídica valorizando apenas os aspectos lógico-formais do direito positivo, ou, pelo contrário, já estarão recebendo uma formação capaz de levá-los a preencher, na aplicação das normas abstratas aos casos concretos, o hiato existentes entre a igualdade jurídica-formal e as desigualdades sócio-econômicas?

Essa é a perspectiva central, de certo modo, a justificativa, que deverá servir como diretriz (além das DCNs do Curso de Bacharelado em Direito) norteadora da organização curricular do pretendido Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina. Com o olhar voltado para trás carregando o que foi produzido em conhecimento jurídico até então, caminhando em busca de soluções inusitadas para os novos problemas, notadamente decorrentes da formação da consciência de preservação ambiental, da conscientização da igualdade étnico racial e indígena, da intensificação ilimitado do processo de comunicação em redes sociais, da inovação tecnológica, da interação global nas relações entre nações, do respeito a subjetividade de cada um em suas opções e orientações, conflitos esses surgidos em tempos desconhecidos ainda inexplorados, privilegiando nessas situações na distribuição da Justiça o alargamento da democracia e ampliação do bem comum.

Além do mais o que justificaria também a existência de um Curso de Bacharelado em Direito na cidade de Andradina é que culturalmente pelo fato de que no processo de colonização o progresso chegou nos vagões do trem que marchava para o oeste do Brasil isso fez com que consolidasse para os moradores dessa região a tendência de que o caminho para o desenvolvimento aponta para a volta na mesma direção e em sendo assim, o Curso de Bacharelado em Direito mais próximo até a abertura do curso de Direito das FIRB situava-se na cidade de Araçatuba distando aproximadamente 120 Km o que impossibilita atender a significativa demanda por essa área do conhecimento.

Andradina situa-se em uma região em que a estimativa recente do IBGE totaliza 195.139 habitantes distribuídos em 10 municípios e servida por duas sub-seções da OAB com advogados inscritos o que perfaz uma média de 212 advogados por 100000 habitantes, índice bem abaixo da média nacional que é de 519 por 100000 habitantes, o que se constitui em mais fator a justificar a existência de um Curso de Bacharelado em Direito na cidade polo da região.

Outro aspecto também importante é o número de concluintes do ensino médio da Diretoria de Ensino- Regional de Andradina gira em torno de 1400 alunos e que em sua maioria não apresentam condições materiais de tempo e recursos para cursar o Bacharelado em Direito em outra cidade que não seja Andradina.

3. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

A política das Faculdades Integradas Rui Barbosa para o ensino de graduação fundamenta-se na integração do ensino inovador com iniciação científica e a extensão, objetivando formação de qualidade acadêmica e profissional.

Cultiva e promove, portanto, uma prática calcada em princípios éticos e cristãos que possibilite a construção do conhecimento técnico-científico, o aperfeiçoamento cultural e o desenvolvimento de um pensamento reflexivo, crítico e responsável, que impulse a transformação sócio-político-econômica da sociedade.

Dentre os princípios básicos das Políticas Institucionais identificadas no PDI, aquelas que interferem diretamente no Curso de Direito:

- atenção às necessidades da sociedade e, em especial, na região de inserção do curso, no que concerne à oferta de cursos e programas para a formação e qualificação do Bacharel em Direito;
- atualização permanente do projeto pedagógico, levando-se em consideração as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para o curso de Direito as exigências do mercado e as demandas sócio-econômico-culturais da região em que a IES está inserida;
- discussão permanente sobre a qualidade do ensino de Bacharelado em Direito, através de diferentes fóruns, envolvendo a comunidade acadêmica do curso, principalmente o Núcleo Docente Estruturante - NDE;
- atualização das práticas pedagógicas inovadoras;
- incentivo e estímulo à produção técnico-científica e didática do corpo docente;
- capacitação e qualificação permanente do corpo docente, em termos de titulação acadêmica e de competências didático-pedagógicas;
- capacitação e qualificação permanente do corpo técnico-administrativo;
- manutenção e controle da situação legal do curso;
- apoio e acompanhamento da ação pedagógica no âmbito do curso, com as políticas de atendimento ao discente, além das ações de estímulo para a produção discente e à participação em eventos e acompanhamento dos egressos das Faculdades Integradas Rui Barbosa;
- incentivo das políticas de educação inclusiva, com acessibilidade no acompanhamento dos casos que necessitam de atendimento específico, em acordo com as diretrizes do Ministério da Educação, além da inclusão social, que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos;
- atualização da responsabilidade social, ambiental e ao desenvolvimento

econômico e social da região.

Compatibilizados com essa concepção, fundamenta-se a ação das Faculdades Integradas Rui Barbosa com o compromisso com a região, lidando, diuturnamente, com os fatos, problemas e esperanças de uma região dotada de aspectos bem marcados na sua geografia, no seu homem e na sua história. As Faculdades Integradas Rui Barbosa opta pelo compromisso de, sem perder de vista o universal, encarar, enfrentar, estudar e apoiar o regional. Assim, deseja fazer-se presente na busca participativa de soluções que ajudem a minorar a dívida social para com a sua população, proporcionando-lhe uma melhor qualidade de vida.

Para efetivação do ensino, a metodologia aplicada sofre variações decorrentes da necessária adequação para o atendimento às exigências educacionais da comunidade.

A metodologia implementada, em todos os programas das disciplinas dos diversos cursos das Faculdades Integradas Rui Barbosa, está vinculada às necessidades contextuais, às possibilidades didáticas da IES, além de estar comprometida com o pluralismo metodológico, o que possibilita aos alunos a aquisição do conhecimento das várias correntes e paradigmas, de forma interdisciplinar e transdisciplinar.

De forma geral, a IES permite a cada curso adequar as metodologias de ensino, pesquisa e extensão que melhor atendam o seu alunado, desde que estas atinjam os objetivos definidos e exigidos para o egresso no seu mercado de trabalho.

No que se refere às atividades acadêmicas desenvolvidas na instituição, a IES visa a integração com a pesquisa e a extensão, por meio da orientação de grupos de estudos, organizado pelos respectivos núcleos de pesquisa e com monitores, permitindo desenvolvimento amplo do potencial do educando, que é sempre orientado pela qualidade do processo científico e acadêmico.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa tem hoje na expansão das atividades de pesquisa um de seus objetivos, resultando na evolução de sua organização, objetivos, metas e ações. A pesquisa é considerada parte integrante e fundamental de sua missão no processo de ensino, além de instrumento privilegiado de evolução e participação efetiva no desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

3.1. Práticas Exitosas ou Inovadoras

As práticas inovadoras são aquelas que a IES articula nas políticas institucionais, como uma ação de acordo com as necessidades do curso. Assim sendo, o curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa propõe as seguintes práticas exitosas/inovadoras:

Corpo Docente	Os docentes do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa utilizam, em suas atividades didáticas, concepções de ensino que buscam desenvolver diferentes habilidades e competências necessárias para o egresso exercer suas atividades de maneira compatível com o objetivo da Instituição.
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Inovação Tecnológica	<p>Para que o processo de inovação tecnológica seja efetivo, a IES tem buscado a invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia e conhecimentos, por meio de práticas baseadas em evidências científicas e estímulo ao empreendedorismo. Entendemos que existem quatro grandes dimensões relacionadas ao campo de atuação do profissional de Direito, são elas: (a) privilegiar os novos paradigmas da educação jurídica no Brasil, adotando métodos participativos de ensino aprendizagem, que estimulem o aprendizado crítico e autônomo por parte do corpo discente;</p> <p>(b) ofertar atividades complementares específicas, na modalidade de aprendizado prático - jurídico;</p> <p>(c) reafirmar a proposta pedagógica do Projeto Pedagógico do Curso (PPC), centrada na concepção do Direito como saber prático;</p> <p>(d) enfatizar a aquisição e o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias ao futuro bacharel em Direito.</p>
----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Ação Inovadora	<p>A fim de relacionar-se com a adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência, o curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, promove extensão a comunidade do município promovendo eventos e palestras, além de buscar parcerias com empresas, pesquisadores e grupos de estudos de outras instituições. Atendimento a Comunidade, em parceria com a OAB, os alunos, orientados pelos professores da instituição, deverão atender demandas de pessoas da comunidade que vivem no entorno da faculdade. Tal ação aproximará a escola e os discentes dos problemas reais vivenciados pela comunidade vizinha, realizando a verdadeira função social do curso de direito de busca de solução de litígios com o uso de meio eletrônico na tramitação de processos judiciais, comunicação de atos e transmissão de peças processuais Os egressos estarão ainda, totalmente ligados ao meio digital, por intermédio das ferramentas do Processo Judicial Eletrônico – PJe, o peticionamento eletrônico do Tribunal de Justiça e – SAJ.</p>
----------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Práticas Inovadoras	<p>Assim, o curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, evidencia as práticas inovadoras, por meio de Projetos de iniciação Científica, como Encontros Científicos e Simpósios, promovendo uma vivência a partir de experiências práticas aos acadêmicos e comunidade. Produz e divulga conhecimentos e tecnologias criativas e inovadoras que atendam ao ensino, evidenciará as práticas inovadoras, por meio de Estágios Curriculares; Biblioteca com base online e Eventos em parcerias com OAB, com cursos, mesas redondas, apresentação de trabalhos acadêmicos.</p> <p>Para auxiliar os alunos que irão realizar a OAB - ENADE, alguns professores da Faculdade, além de ministrarem os aulas de revisão, em formato presencial, podem fazer vídeos dinâmicos em formato LIVE, no Instagram, nas vésperas das avaliações de primeira e segunda etapas do exame da Ordem dos Advogados e ENADE.</p>
---------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

3.2. Metodologias Ativas

São muitos os benefícios das Faculdades Integradas Rui Barbosa ao trazer as metodologias ativas para dentro da sala de aula. Porém, o principal é a transformação na forma de conceber o aprendizado, ao proporcionar que o aluno pense de maneira diferente (já ouviu falar em fora da caixa?) e resolver problemas conectando ideias que, em princípio, parecem desconectadas. Segue abaixo, um fluxograma do que representa as metodologias ativas no aprendizado do aluno.



Por fim, é possível destacar a existência de vários benefícios tanto para a comunidade acadêmica quanto para a IES com a utilização das metodologias ativas. Sendo que os discentes:

- adquirem maior autonomia;
- desenvolvem confiança;
- passam a enxergar o aprendizado como algo tranquilo;
- tornam-se aptos a resolver problemas;
- tornam-se profissionais mais qualificados e valorizados;
- tornam-se protagonistas do seu aprendizado.

Para a IES, os benefícios se mostram, principalmente com:

- maior satisfação dos alunos com o ambiente da sala de aula;
- melhora da percepção dos alunos com a instituição;
- aumento do reconhecimento no mercado;
- aumento da atração, captação e retenção de alunos.

Portanto, a aplicação de metodologias ativas de aprendizagem tem um papel importante para a educação, especialmente no Brasil, onde o setor necessita de transformações substanciais. Por isso, é preciso investir não somente em bons conteúdos, mas se faz necessário ter consciência de que aprimorar os procedimentos usados para educar é algo extremamente relevante.

Assim, no processo de utilização de metodologias ativas de autoaprendizagem, os docentes do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa adotam as seguintes aprendizagens de ensino:

- **Aprendizagem Baseada em Problemas (ABP) - Problem Based Learning (PBL):** desenvolvida originalmente para o ensino da área da saúde, eixo principal do aprendizado teórico do currículo de algumas escolas, em que o problema guia a aprendizagem. O professor será o orientador e os alunos serão os investigadores em pequenos grupos. É uma metodologia formativa, pois “estimula uma atitude ativa do aluno em busca do conhecimento e não meramente informativa como é o caso da prática pedagógica tradicional” (BERBEL, 1998, p.145). A APB tem grupo tutorial de 8 a 10 alunos, para apoiar os estudos. Um deles será o coordenador e outro o secretário. Há rodízios de sessão em sessão, para que todos exerçam essas funções. Um problema é apresentado aos alunos para que estudem, investiguem o caso e apresentem seus resultados. Após isso, os alunos rediscutem o problema, adquirindo novos conhecimentos;
- **Aprendizagem Baseada em Equipes (ABE) - Team Based Learning (TBL):** é uma estratégia instrucional direcionada para grandes classes de estudantes. Procura criar oportunidades e obter os benefícios do trabalho em pequenos grupos de aprendizagem, de modo que se possa formar equipes de 5 a 10 estudantes, que trabalharão no mesmo espaço físico (sala de aula). Uma das características mais importantes do TBL é o fato de que os alunos envolvidos nos grupos se prepararem previamente para as aulas, uma vez que podem ser lançados desafios para os grupos antes, durante ou após as aulas. Além disso, é importante ressaltar que não há necessidade de que os estudantes possuam conhecimento prévio sobre trabalho em equipe, uma vez que estes serão submetidos às atividades que farão com que eles desenvolvam essas habilidades de forma intrínseca;
- **Estudo de Caso:** o estudo de caso envolve a abordagem de conteúdo por intermédio do estudo de situações de contexto real, as quais são denominados “casos”. Pressupõe a participação ativa do estudante na resolução de questões relativas ao caso, normalmente em um ambiente colaborativo com seus pares. Apesar de poder ser resolvido individualmente, uma das maiores riquezas dessa abordagem de ensino é a interação pedagógica que promove mudanças significativas na sala de aula. Trata-se de uma abordagem ativa e colaborativa, que promove o desenvolvimento da autonomia e da metacognição, quando conduzido de forma apropriada. Os casos são construídos em torno de objetivos

de aprendizagem (habilidades e competências) que se pretende desenvolver, e são seguidos de questões que devem ser respondidas pelos estudantes. A presença dessas questões torna o estudo de caso uma abordagem de ensino guiada. Os estudantes analisam os saberes necessários para a resolução do caso, pesquisam e discutem em pequenos grupos. A próxima etapa é a discussão dos resultados no grande grupo, que deve sempre ser finalizada pelo professor, que realiza uma avaliação do trabalho da turma e pode retomar pontos importantes que tenha permanecido descobertos;

- **Mapa Conceitual:** dentre as metodologias ativas, destaca-se o mapa conceitual, que busca, através da construção coletiva, organizar ideias que se conectam a partir de um tema central, assim, é possível sintetizar vários conceitos que se interagem. Para Lima et al. (2017, p. 3), trata-se de “um importante recurso pedagógico, que deve ser utilizado frequentemente no contexto da sala de aula, pois proporciona ao docente condensar os diversos conceitos existentes em sua disciplina, facilitando sua apresentação de forma hierarquizada.” Na educação, a construção de mapas conceituais incentiva os alunos a identificarem “ideias prévias, externar e obter conhecimento conceitual, refletir sobre a estrutura cognitiva dos temas abordados e compreender o processo de produção e aquisição de conhecimento” (SANTOS, 2016, p. 120). Para Litto e Mattar (2017, p. 91), “o processo de criação de um mapa pode ajudar a organizar ideias e compreender como elas se relacionam”. Além disso, não há uma forma exata para realizá-los, podendo conter “muitos detalhes, incluindo cores, imagens, referência de páginas e exemplos” ou “um plano simples, concentrado em postos-chaves”;
- **Sala de Aula Invertida (*flipped classroom*):** Esta metodologia consiste na inversão das ações que ocorrem em sala de aula e fora dela. Considera as discussões, a assimilação e a compreensão dos conteúdos (atividades práticas, simulações, testes) como objetivos centrais protagonizados pelo estudante em sala de aula, na presença do professor, enquanto mediador do processo de aprendizagem. Já a transmissão dos conhecimentos (teoria) passaria a ocorrer preferencialmente fora da sala de aula. Neste caso, os materiais de estudo devem ser disponibilizados com antecedência para que os estudantes acessem, leiam e passem a conhecer e a entender os conteúdos propostos (SCHENEIDERS, 2018). O professor passa a mediar e orientar as discussões e a realização das atividades, agora executadas em sala de aula, considerados os conhecimentos e conteúdos acessados previamente pelo estudante, isto é, fora do ambiente da sala de aula. Agora o professor pode dedicar o seu tempo de

sala de aula, na presença dos estudantes, para consolidar conhecimentos para orientá-lo, esclarecer as suas dúvidas e apoiá-lo no desenvolvimento do seu aprendizado. É, portanto, uma estratégia que propõe mudar alguns elementos do ensino presencial, sugerindo uma alternativa à lógica tradicional.

4. O CURSO

4.1. Histórico e Perfil do Curso

O Curso de Direito das FIRB foi concebido com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para os cursos de Direito:

- Instruções Normativas nº 1, de 19 de agosto de 1997, nº 2 e nº 3, de 5 de dezembro de 1997, todas da Comissão de Ensino Jurídico do Conselho Federal da OAB.
- Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN nº. 9.394/1996; Lei 11788/2008 - Dispõe sobre o estágio de estudantes;
- RESOLUÇÃO nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024 e daí outras providências;
- RESOLUÇÃO nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito;
- PORTARIA nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior – IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino.
- Além das Resoluções sobre as Políticas da Educação Nacional e suas Diretrizes para as Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena, Políticas de Educação Ambiental, Educação em Direitos Humanos e a Disciplina de Libras.

É fato notório que a formação em Direito foi das áreas de educação superior que mais transformações sofreu ao longo das últimas décadas. A partir da Constituição Federal de 1988 e, sobretudo, tendo como marco a Portaria MEC nº 1.886/1994, os paradigmas teórico e metodológico que conformavam o ensino do Direito foram profundamente alterados. Rompeu-se com uma percepção de que a formação de graduação deveria se vincular a um processo passivo de acumulação de conhecimentos dogmáticos que dotasse o aluno de uma capacidade técnica que o habilitasse ao desempenho imediato de funções jurídicas típicas, tais como a advocacia, a magistratura, e outras.

Incorporando esse referencial, o Curso de Direito das FIRB se materializou mediante

uma proposta de educação que propicia uma sólida formação geral, humanística e axiológica, aliada a postura reflexiva e de “visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania”, conforme estabelecido na Resolução CNE/CES nº 05/2018.

Nesse sentido, abandona a formação jurídica estritamente dogmática e de caráter “enciclopédico”, baseada em procedimentos e métodos de ensino que privilegiam a memorização e a apreensão acrítica de conceitos e valores, para se estruturar em torno de uma proposta avançada, não exatamente por conta de “novidades ou inovações disciplinares”, mas inovações de caráter pedagógico que buscam uma postura mais dinâmica dos alunos. Para tanto, utilizará novas ferramentas de ensino, que a um só tempo possam contribuir para a implementação de um processo de ensino-aprendizagem emancipatório, permitindo a abertura de espaços para a reflexão e a construção do próprio conhecimento.

Assim, o bacharel em Direito recebe, além da formação teórica, formação ética voltada para o aprendizado prático, todos indispensáveis ao pleno exercício da profissão. Sendo um curso pertencente às Ciências Sociais Aplicadas, tem a preocupação em oferecer uma ampla visão para que o profissional possa optar pelas diversas áreas de atuação que a formação jurídica proporciona.

O curso oferece estrutura capaz de proporcionar ao bacharel diversificadas competências e habilidades para o desempenho da profissão, seja na área da advocacia, como também na vasta área dos concursos públicos como magistratura, promotoria, procuradorias, carreiras policiais e inúmeras outras carreiras públicas que exigem a titulação em Direito.

O objetivo principal do Curso de Direito proposto é formar profissionais de visão transcendente aos aspectos técnicos de sua profissão, capazes de aplicar o Direito, mastambém de criticá-lo e fornecer meios para a sua alteração, aptos a cumprir com a sua missão social e política de maneira a desempenhar uma presença na vida do País.

Pretende-se fornecer ao futuro bacharel em Direito o instrumental técnico e crítico necessário para compreender a realidade dentro da qual exercerá sua profissão, agindo sobre ela. O que se almeja é incentivar a percepção e a compreensão normativa da vida social no seu processo de mudança, ao invés de transmitir um conhecimento abstrato e, por ser dogmático, desvinculado de suas referências de realidade. Dessa forma, o domínio do conhecimento técnico deve ultrapassar o aspecto meramente positivista, possibilitando que o aluno perceba o Direito não como um fim, mas como fenômeno em construção.

Para alcançar esse mister, necessário se faz que o processo ensino- aprendizagem se desenvolva a partir de sólida formação que possibilite aliar:

- Conhecimentos teóricos, que lhe possibilitarão ter uma visão crítica da sociedade e

do mundo que o cerca;

- Conhecimentos técnicos, suficientes para dar o aporte necessário para a sua atuação como operador jurídico;

- o espírito investigativo, imprescindível para formar um profissional atualizado, que pensa o Direito em suas múltiplas manifestações, capaz de apreender e reelaborar o conhecimento.

Visando a contribuição no papel de formadores de pensamento e profissionais que ajudarão a elevar o nível sociocultural da comunidade de Andradina e região são apresentados os pressupostos que norteiam o curso de Direito, bem como o caminho percorrido.

Durante estes anos o NDE vem trabalhando conforme a atualização da Diretriz Curricular Nacional e demais legislações pertinentes ao ensino superior. Assim, no final de 2021 foram realizadas novas adequações na matriz curricular e no Projeto Pedagógico, com a inclusão das atividades de extensão, com o mínimo de 10% da carga horária total do curso inserção da disciplina de Língua Estrangeira.

Para tanto, após este processo, o curso passa a ter uma nova matriz vigente. Vale ressaltar que a estrutura curricular do curso foi objeto de reflexão e discussão do colegiado e do NDE, analisando inclusive ápice e mudança de cenários na área da Direito.

Diante do exposto, o curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa vem ao longo dos anos, evoluindo e se adequando de acordo com as novas concepções para a formação de seus egressos.

Para tanto, por meio dessa evolução, o curso passa a ter uma nova matriz vigente. Vale ressaltar que a estrutura curricular do curso foi objeto de reflexão e discussão do colegiado e do NDE, analisando inclusive ápice e mudança de cenários na área da Direito.

O Curso é organizado em cinco anos, subdivididos em dez termos, com profundo diferencial, uma vez que em seu conteúdo curricular as disciplinas estão totalmente integradas com a visão social do Direito.

Dessa forma, o curso proporciona ao acadêmico a visão e compreensão do direito cada vez mais com as crescentes relações jurídicas coletivas, abrangendo em sua grade curricular Novos Direitos, como Ambiental, do Consumidor, Previdenciário e Seguridade Social, Direito Eleitoral, Desportivo, Agrário, alargando ainda mais o campo de atuação do bacharel na futura profissão.

Além disso, o curso oferece sólidas bases filosóficas, sociológicas e éticas com o escopo de formar profissionais sensíveis aos problemas atuais da nossa sociedade. Assim, o bacharel será capaz de ler, compreender e raciocinar tecnicamente e de forma humanitária podendo atuar em quaisquer das áreas do Direito, desde as mais tradicionais, como direito penal, civil, trabalhista, até aquelas consideradas difusas, direito ambiental, direito do

consumidor etc.

O curso de Direito corrobora, por meio de aulas teóricas e práticas, na capacitação do aluno para resolução dos mais variados problemas jurídicos, somando-se à prática jurídica real e simulada, proporcionada pelo Núcleo de Prática Jurídica, no qual pugna por um ambiente forense em total consonância com a ética que deve nortear a atividade do profissional da área jurídica.

Estimula-se a formação de pesquisadores capazes de contribuir fortemente para o contínuo aperfeiçoamento da qualidade de vida da sociedade brasileira, por meio da produção e disseminação de conhecimentos nas áreas específicas do exercício das profissões jurídicas.

Por meio do curso de Direito, o aluno irá desenvolver competência e habilidade, conforme o perfil profissional almejado ao final da conclusão do bacharelado. Assim, considera-se uma carga horária específica para cada disciplina, cuja finalidade é atender as áreas de formação fundamental, profissional e prática. Além disso, as ementas são elaboradas de acordo com os propósitos acima elencados, de modo a possibilitar o desenvolvimento do aluno enquanto cidadão.

Assim, o curso visa o aprimoramento do conhecimento dando ênfase a capacitação ao uso de novas tecnologias, bem como da manutenção do ensino por meio de discussão e adequações de seu currículo de acordo com a necessidade e realidade de seu alunado. O curso busca ainda dar condições aos seus egressos de continuarem seus estudos após a formação e de exercerem a profissão de forma efetiva frente as novas tecnologias e os novos desafios.

No curso há a preocupação de formar o profissional para o exercício da função da carreira no curso de direito e para isto, o currículo está organizado de forma que os conhecimentos teóricos, o senso crítico e de cidadania, a capacidade para exercer atividades de planejamento, de supervisão e coordenação de projetos de direito perpassam toda a formação do Bacharel em Direito, tendo como referência básica o conhecimento e domínio de técnicas computacionais, compreensão de problemas de Direito em um contexto global, além da convivência pacífica com o meio ambiente e políticas públicas e legislação pertinentes à profissão, bem como as diretrizes e parâmetros curriculares.

4.2. Missão do Curso

Formar profissional capacitado para atender às exigências do mercado de trabalho, apto ao autodesenvolvimento e consciente da importância de seu papel enquanto agente transformador da realidade, no exercício da função social como Bacharel em Direito.

4.3. Objetivos

4.3.1 Geral

Formar bacharéis em Direito orientados preferencialmente para o exercício da advocacia em suas diversas dimensões, com uma sólida formação humanística, técnico-jurídica e prática, com ênfase nos direitos humanos e na atuação nas carreiras jurídicas. Pretende-se, também, preparar o egresso para a atuação junto aos meios alternativos de conflitos, privilegiando a justiça coexistencial, além de estimular a iniciação científica e a pesquisa acadêmica. Preparar ainda, os alunos de direito para ampliar seus conhecimentos nas tecnologias digitais e preparação para atuarem diretamente com os sites de peticionamento eletrônico.

4.3.2 Objetivos Específicos

- Comunicar-se com precisão técnica;
- Trabalhar de forma cooperativa com outros profissionais;
- Adaptar-se às mudanças nos quadros jurídico-institucionais impostas pelos fenômenos sociais, pelas mudanças nos sistemas constitucional, processual, consumerista, cível, previdenciário, securitário, trabalhista, tributário, internacional público e internacional privado e aos desafios de uma economia globalizada que precisa atender a projetos de desenvolvimento econômico de mundo sustentável;
- Apresentar capacidade de análise e de interpretação do Direito.
- Proporcionar o desenvolvimento do pensamento de caráter jurídico e aplicá-lo de forma crítica e integrada.
- Alcançar o objetivo dos alunos desenvolvem, ao longo do curso, a prática da investigação científica, valorizando os acontecimentos, segundo a disposição no ordenamento jurídico brasileiro, desenvolvendo-a segundo diretrizes metodológicas ministradas. Assim, é possível a formação crítica relativa ao Fato, Valor e Norma, nos termos da teoria tridimensional do Direito.
- Gerar competência para identificar, interpretar e utilizar normas e princípios jurídicos atinentes à correta aplicação do Direito e da Justiça. A estratégia para o pleno atendimento do objetivo é proporcionar condições para o conhecimento dos principais institutos do ordenamento jurídico, bem como sua construção histórico-filosófica, oportunizando a aplicação de forma concreta nas disciplinas de Prática Jurídica (Simulada e Real) integrando assim o aporte teórico-fundamental com os procedimentos jurídicos e judiciais existentes.
- Propiciar bases materiais e instrumentais da formação jurídica, com base no tratamento interdisciplinar de conceitos e institutos da dogmática jurídica, em

consideração aos aspectos do contexto social. A forma de atingir o objetivo é o desenvolvimento do Projeto Integrador, onde o aluno terá a oportunidade de analisar, de forma concisa e integrada, problemáticas atinentes à realidade social. A discussão observará as perspectivas dos variados ramos do Direito, permitindo uma análise social e humanística dos fenômenos jurídicos.

- Desenvolver a capacidade técnica para que possa identificar a presença de interesses difusos e aplicar instrumentos protetivos judiciais e extrajudiciais relativos à solução de conflitos e meta individuais. O objetivo se perfaz com a utilização do laboratório de prática jurídica permitindo o desenvolvimento de competências e habilidades indispensáveis ao discente, na medida em que possibilita uma melhor visualização do emprego da medida judicial competente, observando, para tanto, os substratos teóricos ministrados em sala de aula.
- Estimular no percurso da vivência acadêmica valores de ética e de cidadania, permitindo conjugar a expressão técnico-jurídica aos questionamentos filosóficos e sociais que informam a prática de condutas juridicamente relevantes.
- Dominar o impacto das novas tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito
- Priorizar o desenvolvimento da vivência acadêmica que privilegia a articulação do ensino, pesquisa e extensão, como princípio educacional de formação integral.

Além das estratégias mencionadas, para concretizar os objetivos propostos para a formação do profissional, levando em conta as características da região e as especificidades do mercado de trabalho, o Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa realiza diversas atividades que complementam as ações docentes em sala de aula e concretizam efetivamente a aprendizagem dos alunos de forma integral e realista.

4.4. Perfil do Egresso

O perfil do egresso do Curso de Direito deverá ter, sólida formação geral, humanística, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, capacidade de argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, além do domínio das formas consensuais de composição de conflitos, aliado a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem, autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício do Direito, a prestação da justiça e ao desenvolvimento da cidadania.

Para que o egresso alcance este perfil, o Curso de Direito, em consonância com a Resolução CNE/CES nº 05/2018, proporcionará condições para o desenvolvimento das

seguintes competências e habilidades:

- Leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos e normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- Interpretação e aplicação do Direito;
- Pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos
- Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural;
- Utilizar das ferramentas tecnológicas, plataformas eletrônicas judiciais e obter o letramento digital com as práticas remotas;
- Adequada atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- Correta utilização da terminologia jurídica ou da Ciência do Direito;
- Utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de percussão e de reflexão crítica;
- Compreender o impacto das novas tecnologias na área jurídica;
- Julgamento e tomada de decisões;
- Comunicação Digital;
- Domínio de tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.
- Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.

Importante mencionar também o perfil do egresso, do curso de Direito em conformidade com o Enade:

- generalista, humanístico e axiológico na atuação do Direito;
- reflexivo e crítico para a adequada argumentação e interpretação dos fenômenos jurídicos e sociais;
- propositivo na elaboração de alternativas voltadas para a intervenção nas situações jurídico-sociais; ético no exercício do Direito e na promoção do desenvolvimento da cidadania;
- autônomo e dinâmico na condução de sua própria aprendizagem.

O Bacharel em Direito do curso proposto pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa estará apto a atuar nas variadas possibilidades da intervenção profissional, seja em carreiras

tradicionais como a advocacia, a Magistratura e o Ministério Público, ou transitar pelas novas funções que se abrem no mercado de trabalho, como consultorias a empresas, orientação jurídica de organizações não governamentais.

O Bacharel em Direito, portanto, deve ser preparado para o exercício de ampla gama de atividades, fornecendo o ponto de partida para o ingresso nas carreiras jurídicas. Seu perfil deve ser, em nível da formação universitária básica, necessariamente generalista.

4.4.1 Articulação com o Mercado de Trabalho

O campo de atuação de um profissional graduado pelo Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa será bastante amplo. Ele será habilitado para atuar em todas as áreas do Direito e, em especial como professor, juiz, promotor de justiça, defensor público, delegado de polícia, advogado e consultor. Pode, ainda, ocupar diversos postos de trabalho nos setores público e privado.

Considerando tal realidade, as Faculdades Integradas Rui Barbosa proporciona aos alunos de Direito o atendimento supervisionado à comunidade carente por meio do Serviço de Assistência Judiciária (SAJ), parte integrante do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ) que, além do dividendo social e da possibilidade de prática real pelos discentes, estabelece uma relação com toda a comunidade jurídica. O curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, também proporciona aos alunos de Direito o estágio supervisionado em seu Escritório Experimental, parte integrante do Núcleo de Prática Jurídica (NPJ).

Os serviços prestados junto ao fórum e outros órgãos públicos proporcionam ao discente o contato com servidores e profissionais militantes, iniciando sua trajetória profissional. Este trabalho desenvolvido pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa é de grande valia para a articulação com o mercado de trabalho da região, que oferece enormes possibilidades, especialmente para aquele aluno que buscar uma especialidade além do suporte teórico e prático o incentivo para realizar estágios extracurriculares e a participar de eventos na área jurídica e naquelas correlatas à sua formação.

Verifica-se pela descrição das características da cidade de Andradina e, também, da região atendida pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa que o Curso de Direito da IES formará o profissional da área jurídica com reais possibilidades de inserção no mercado de trabalho, uma vez que possui programas específicos que têm por finalidade incentivar os egressos do Curso de Direito a promover o aprendizado contínuo, como instrumento imprescindível para enfrentar o desafio de um mundo em transformação, no qual as relações sociais se tornam cada vez mais complexas, e onde surgem constantemente novos campos dos saberes jurídicos.

4.5. Articulação com as atividades de pesquisa e extensão

Como princípio educativo, os planos da pesquisa e extensão apontam para uma formação que contemple um profissional autônomo e que seja capaz de usar a pesquisa como hábito permanente de aprendizagem e atualização.

Com base na perspectiva do MEC, a extensão universitária pode ser compreendida como processo que articula o ensino e a pesquisa viabilizando a relação concreta entre a IES e a sociedade por meio da oportunidade da prática de conhecimentos acadêmicos. Com isso, a produção do conhecimento se dá pelo confronto da reflexão teórica, saberes e realidade popular, abrindo assim, espaço para integração efetiva da comunidade na Instituição de Ensino.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa tem hoje na expansão das atividades de pesquisa um de seus objetivos, resultando na evolução de sua organização, objetivos, metas e ações. A pesquisa é considerada parte integrante e fundamental de sua missão no processo de ensino, além de instrumento privilegiado de evolução e participação efetiva no desenvolvimento social, cultural e econômico do país.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa comprometida com o desenvolvimento social sustentável, em âmbito local e regional, busca em parcerias com instituições públicas, privadas e com a comunidade realizar suas ações extensionistas de forma a fomentar as demandas sociais, culturais, econômicos e ambientais.

A articulação e a integração da IES com a sociedade ocorrem por meio da extensão universitária, a partir dos projetos, eventos e cursos de extensão, da cooperação interinstitucional e da prestação de serviços. A instituição incentiva seus docentes a dar continuidade em sua formação em cursos de pós-graduação visando ter no quadro de docentes em sua maioria doutores e mestres e uma equipe de técnicos e profissionais preparados para o desenvolvimento com excelência as atividades acadêmicas.

A IES também realiza atividades como as semanas de curso, promovendo institucionalmente e interdisciplinarmente seminários, encontros e palestra que abordam temas relacionados a cultura afro-brasileira, meio ambiente e inclusão social.

No âmbito do curso Direito, além da sala de aula o curso possui os laboratórios específicos, espaços próprios para estudos, Núcleo de Pesquisa e ambiente para o desenvolvimento de aulas práticas, proporcionando experiência profissional aos discentes por meio de atividades práticas.

O curso desenvolve ainda projetos de pesquisa e atividades de extensão como a semanas de cursos, projeto transformando vidas, trote solidário, debates, júri simulado, encontro científico, projetos de extensão, entre outras atividades.

5. ESTRUTURA E CONTEÚDO CURRICULAR

5.1. Projeto Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais

Esse Projeto Pedagógico foi concebido de acordo com orientações do Ministério da Educação - MEC e do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI da IES, estabelecendo políticas de ensino, pesquisa e extensão, orientando e contribuindo para a formação do discente nos diversos aspectos acadêmicos.

Para tanto o PPC foi elaborado e estruturado conforme determinam os pareceres: CNE/CES nº 583/2001 de 04/04/2001, que dá orientação para as Diretrizes Curriculares dos cursos de graduação, Resolução CNE/CES nº 5, de 17 de dezembro de 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, que altera o art. 5º da Resolução CNE/CES nº 5/2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e CNE/CES nº 8/2007 de 31/01/2007, que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial. O PPC visa atender também as determinações da Lei nº 10.436, de 24/04/2002 e o Decreto nº 5.626 de 22/12/2005, que dispõe sobre a oferta da disciplina Língua Brasileira de Sinais LIBRAS, da Lei nº 9.394/96, com a redação dada pelas Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP nº 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP nº 3/2004, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico- Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como o Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/5/2012, que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos e também as temáticas relativas às Políticas de Educação Ambiental, no tocante a Lei nº 9.795, de 27/04/1999 e o Decreto nº 4.281 de 25/06/2002.

No que tange a Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, Lei nº 12.764 de 27/12/2012 o curso bem como a IES recebe o apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico.

Além do atendimento à legislação vigente, a estrutura curricular do curso foi pensada de forma a promover o conhecimento e domínio de técnicas computacionais, compreensão de problemas socioeconômicos além da convivência pacífica com o meio ambiente e políticas públicas e legislação pertinentes à profissão. O currículo busca também contemplar fundamentos práticos profissionais que auxiliem na profissão do advogado, considerando a

dinâmica existente entre a relação ensino e a formação profissional nas diferentes áreas do conhecimento que completam a formação oferecida pelo curso.

Pressupõe, a vivência de um currículo que integra teoria e prática através de mecanismos de colaboração com empresas e instituições, de modo a assegurar aos alunos/profissionais a oportunidade de contato regular supervisionado mediante a sua inserção nos projetos desenvolvidos pelas referidas empresas ou instituições.

Referencial de conteúdos

Conforme Resolução CNE/CES nº 2, de 19 de abril de 2021, os conteúdos curriculares estão assim organizados:

- I. Formação geral, que tem por objetivo oferecer ao graduando os elementos fundamentais do Direito, em diálogo com as demais expressões do conhecimento filosófico e humanístico, das ciências sociais e das novas tecnologias da informação, abrangendo estudos que, em atenção ao PPC, envolvam saberes de outras áreas formativas, tais como: Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia;
- II. Formação técnico - jurídica, que abrange, além do enfoque dogmático, o conhecimento e a aplicação, observadas as peculiaridades dos diversos ramos do Direito, de qualquer natureza, estudados sistematicamente e contextualizados segundo a sua evolução e aplicação às mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais do Brasil e suas relações internacionais, incluindo-se, necessariamente, dentre outros condizentes com o PPC, conteúdos essenciais referentes às áreas de Teoria do Direito, Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional, Direito Processual; Direito Previdenciário, Formas Consensuais de Solução de Conflitos; e
- III. Formação prático-profissional, que objetiva a integração entre a prática e os conteúdos teóricos desenvolvidos nas demais perspectivas formativas, especialmente nas atividades relacionadas com a prática jurídica e o TC.

A concepção do Projeto Pedagógico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa atende às exigências expressas nas Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito (Resolução CNE/CES n. 5 /2018) que estabelece a formação profissional, que revele, pelo menos, as competências cognitivas, instrumentais e interpessoais a saber: Formação geral, Formação técnico - jurídica e Formação prático-profissional, apresentadas acima, distribuído em 10 (dez) períodos semestrais, além do Estágio Curricular Supervisionado e o Trabalho de Curso. Obedece também a Resolução nº

2, de 18 de junho de 2007 que dispõe sobre carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e à duração dos cursos de graduação na modalidade presencial.

O Estágio Supervisionado consiste na solução de casos práticos e teóricos, que serão realizados na própria IES (sede ou polos), semanalmente, com controle de presença, inclusive. Este, sem dúvida, é um ponto que diferencia o curso de Direito objeto do presente processo. O referido estágio supervisionado foi inserido na matriz no 7º, 8º, 9º e 10º semestres do curso, conforme regulamento de estágio supervisionado integrante deste projeto. Assim, o acadêmico poderá aplicar os conhecimentos teóricos obtidos no estudo das mais diversas disciplinas.

De forma igualmente inovadora, consta da grade curricular do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, o Direito Ambiental, Estatuto da Criança e do Adolescente, Estatuto do Idoso, Direito Eleitoral, Direito Cibernético, que permitirão ao aluno que obtenha conhecimento nas plataformas eletrônicas judiciais, adquira conhecimentos de letramento digital e práticas remotas.

Ressalte-se que o Trabalho de Conclusão de Curso será elaborado na forma de Monografia Jurídica, para orientação, elaboração e defesa perante Banca Examinadora, inclusa na matriz curricular, com professor específico da disciplina, além dos professores orientadores nos diversos ramos de pesquisa estabelecidos, conforme regulamento próprio. Sem deixar de mencionar que, as disciplinas de Linguagem e Interpretação Jurídica e Metodologia da Pesquisa Jurídica auxiliam na elaboração de seu estudo monográfico.

Além das disciplinas obrigatórias constantes da matriz curricular apontada, apresenta-se, outrossim, no 9º semestre ocorre a inserção de disciplina eletiva, que definidas pelo NDE, ouvido o colegiado, conferem flexibilidade à matriz curricular, permitindo estudos específicos da área de direito que normalmente não fazem parte da matriz curricular.

Ainda, o curso possui Acessibilidade Metodológica, também conhecida como acessibilidade pedagógica diz respeito à queda de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionado diretamente à concepção subjacente da atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção de barreiras pedagógicas. Como exemplo, citamos os momentos em que professores realizam trabalhos e atividades com o uso de recursos de **acessibilidade** para alunos com deficiência, como textos em braile ou textos ampliados.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa reforça a tese de que a questão da interdisciplinaridade não se trata da mera justaposição de disciplinas de áreas diferentes, mas sim na análise do objeto com base nas categorias pertencentes a vários campos do conhecimento, buscando apreender todos os seus aspectos na sua integridade.

Nesse sentido, sendo a formação interdisciplinar imprescindível hoje, na educação jurídica, o professor deve orientar o processo de aprendizagem dos conteúdos de suas disciplinas sempre em correlação com os demais componentes da matriz curricular e com as demais ciências não-jurídicas. O estudo da ciência jurídica no Brasil percorre hoje novos momentos, especialmente para aqueles que acreditam na dimensão social do Direito.

Assim, sem descuidar do seu aspecto técnico, torna-se necessário que a constante luta pelo aprimoramento da ordem jurídica paute-se nos pilares da ética, da moral e da equidade social. Desta forma, os conteúdos das disciplinas fundamentais são considerados verdadeiros alicerces para a compreensão e aplicação dos conteúdos das matérias constantes dos eixos profissional e prático. Diante disso, as disciplinas do eixo profissional devem demonstrar aos alunos uma nova realidade do Direito, que procura atingir não só os escopos jurídicos, mas também os sociais e políticos.

Com base nessa concepção, o ensino de Direito é desenvolvido não apenas nas salas de aula, mas em locais onde se possa dialogar, discutir e debater sobre temas que integram o conteúdo programático das disciplinas, assim como questões de relevância social atreladas a esses conteúdos, fazendo com que professor e aluno venham interagir como sujeitos do conhecimento – dotados de saberes, dúvidas e perplexidades.

5.2. Matriz Curricular do Curso de Direito

A matriz curricular proposta para o Bacharelado em Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, contendo a distribuição dos componentes curriculares por semestre letivo, é apresentada a seguir.

O Curso proposto possui uma carga horária total mínima de 3850 horas relógio, a serem integralizadas no prazo mínimo de 10 semestres ou 5 anos e máximo de 15 semestres ou 7 anos e meio, na modalidade presencial, distribuída em conteúdo de acordo com as Diretrizes Curriculares.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa em atendimento à disposição legal da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, prevê a oferta da disciplina de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, como disciplina optativa que integra a matriz curricular do curso de Direito.

5.3. Estratégias de flexibilização curricular

Apesar de garantir uma formação geral, humanística e axiológica e a competência para análise e domínio de conceitos e terminologias jurídicas, de fornecer meios para construir uma adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, assegurando espaços para a formação crítica e reflexiva para a construção do perfil dos egressos, não se pode bloquear possibilidades de acrescentar ainda, oportunidades de

escolhas de possíveis trajetos alternativos.

O perfil buscado e já delineado, acrescido das orientações limitativas da normativa educacional, pela sua abrangência no que tange aos conteúdos e atividades, não pode impedir o discente de fazer determinadas opções individuais na sua formação. Como consequência, a carga horária destinada à realização de disciplinas eletivas atende aos perfis do curso e às opções subjetivas dos alunos.

Ainda, a estrutura curricular e as metodologias de ensino-aprendizagem estabelecidas ampliam consideravelmente as estratégias de flexibilidade na formação discente, visto que excluem a ideia de uma formatação com base em conteúdo. A partir do 7º. período do curso é um momento adequado à realização de atividades que tenham a capacidade de ampliar os interesses particulares dos discentes quanto à carreira que pretendem desenvolver pós-formado, advindas principalmente das atividades práticas que irá desenvolver e das disciplinas eletivas ofertadas à partir do 9º semestre.

5.4. Matriz Curricular 2022 do Curso de Direito

1º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Introdução ao Estudo do Direito	1h30	30	0	0	0	30
Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado	1h30	30	0	0	0	30
Introdução à Linguagem	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Teoria do Crime	3	60	0	0	0	60
História do Direito	1h30	30	0	0	0	30
Sociologia Geral e Jurídica	1h30	30	0	0	0	30
Estudos Sócio Antropológico (EAD)	0	40	0	0	0	40
Ética, Cidadania e Inclusão Social (EAD)	0	40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito I	0	0	0	50	10	60
Carga Horária Total	12	320	0	50	10	380
2º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Civil: Parte Geral (Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos)	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Sanção Penal	3	60	0	0	0	60
Direito Constitucional: Direito e Garantias Fundamentais	3	60	0	0	0	60
Leitura e Interpretação de Textos	1h30	30	0	0	0	30
Hermenêutica Jurídica	1h30	30	0	0	0	30
Economia (EAD)		40	0	0	0	40
Filosofia (EAD)		40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito II		0	0	50	10	60
Carga Horária Total	12	320	0	50	10	380
3º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Obrigações	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Crimes contra a Pessoa	1h30	30	0	0	0	30

Direito Constitucional: Organização Política Administrativa e controle de Constitucionalidade	3	60	0	0	0	60
Teoria Geral do Processo	3	60	0	0	0	60
Filosofia do Direito	1h30	30	0	0	0	30
História e Cultura Afro- Brasileira e Indígena (EAD)	0	40	0	0	0	40
Psicologia Jurídica (EAD)	0	40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito III	0	0	0	50	10	60
Carga Horária Total	12	320	0	50	10	380
4º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos	1h30	30	0	0	0	30
Direito Penal: Crimes contra o Patrimônio e Contra Dignidade Sexual	3	60	0	0	0	60
Direito Administrativo: Teoria Geral da Administração Pública	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Civil: Instrumentalidade	3	60	0	0	0	60
Estatuto da Criança e do Adolescente	1h30	30	0	0	0	30
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EAD)	0	40	0	0	0	40
Direitos Humanos (EAD)	0	40	0	0	0	40
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito IV	0	0	0	50	10	60
Carga Horária Total	12	320	0	50	10	380
5º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Contratos em Espécie	3	60	0	0	0	60
Direito Penal: Crimes contra fé e a Administração e Legislação Penal Especial	3	60	0	0	0	60
Direito do Trabalho: Direito Individual	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Civil: Recursos	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Penal: Instrumentalidade	3	60	0	0	0	60
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito V	0	0	0	60	0	60
Carga Horária Total	15	300	0	60	0	360
6º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Responsabilidade Civil	1h30	30	0	0	0	30
Direito Administrativo: Licitação, Contratos e Processo Administrativo	1h30	30	0	0	0	30
Direito do Trabalho: Direito Coletivo	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Civil: Execução	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Penal: Prisão e Liberdade	3	60	0	0	0	60
Direito Empresarial: Teoria Geral da Empresa	1h30	30	0	0	0	30
Métodos Extrajudiciais e Judiciais de Solução de Conflitos	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual do Trabalho	1h30	30	0	0	0	30
Direitos Difusos: Processo Coletivo	1h30	30	0	0	0	30
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito VI		0	0	60	0	60
Carga Horária Total	15	300	0	60	0	360
7º SEMESTRE						
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total
Direito Civil: Direitos Reais	3	60	0	0	0	60
Direito do Consumidor	1h30	30	0	0	0	30
Direito Processual Civil: Procedimentos Especiais e Tutelas de Urgência	3	60	0	0	0	60
Direito Processual Penal: Júri e Recursos	3	60	0	0	0	60
Direito Empresarial: Títulos Mercantis e Lei de Falência	3	60	0	0	0	60
Prática do Processo do Trabalho	1h30	0	30	0	0	30
Estágio Supervisionado I	0	0	0	0	75	75

Carga Horária Total		15	270	30	0	75	375
8º SEMESTRE							
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total	
Direito Civil: Família	3	60	0	0	0	60	
Direito Processual Penal: Procedimentos Especiais e Nulidades	3	60	0	0	0	60	
Direito Financeiro e Tributário	3	60	0	0	0	60	
Prática do Processo Penal	1h30	0	30	0	0	30	
Prática do Processo Civil	3	0	60	0	0	60	
Trabalho de Curso I (Projeto)	1h30	0	0	0	30	30	
Estágio Supervisionado II	0	0	0	0	75	75	
Carga Horária Total	15	180	90	0	105	375	
9º SEMESTRE							
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total	
Direito Civil: Sucessões	3	60	0	0	0	60	
Direito Cibernético	1h30	30	0	0	0	30	
Prática do Processo Tributário	1h30	0	30	0	0	30	
Ética Profissional	1h30	30	0	0	0	30	
Eletiva I	1h30	30	0	0	0	30	
Direito da Seguridade Social	1h30	30	0	0	0	30	
Direito Ambiental	1h30	25	0	5	0	30	
Trabalho de Curso II	0	0	0	0	30	30	
Estágio Supervisionado III	0	0	0	0	75	75	
Carga Horária Total	12	210	30	5	105	345	
10º SEMESTRE							
Componente Curricular	CH Semanal	Teórica	Prática	Extensão	Outras Atividades	Total	
Direito Internacional Público e Privado	3	60	0	0	0	60	
Empreendedorismo, Marketing e Startups	1h30	30	0	0	0	30	
Eletiva II	1h30	30	0	0	0	30	
Tópicos de Direito I	1h30	30	0	0	0	30	
Tópicos de Direito II	1h30	30	0	0	0	30	
Estudo do Direito Contemporâneo	3	0	0	60	0	60	
Estágio Supervisionado IV	0	0	0	0	75	75	
Carga Horária Total	12	180	0	60	75	315	

Disciplinas Presenciais

Disciplinas AVA/EAD

Disciplinas Extensão e Trabalho Integrado

Disciplinas Extraclasse

QUADRO GERAL		
	Carga Horária (Horas)	Carga Horária (%)
CH de Componentes Curriculares Teóricos	2.720	70,65
CH de Componentes Curriculares Práticos	150	3,89
CH de Estágio Supervisionado	300	7,79
Práticas Extensionistas	385	10,00
CH de Atividade Complementar	200	5,19
Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito	40	1,03
Trabalho de Conclusão de Curso - TCC	60	1,55
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO	3.850	100

DISCIPLINAS ELETIVAS			
	CH Semanal	Teórica	Total
Língua Brasileira De Sinais - Libras	1h30	30	30
Gestão Estratégica	1h30	30	30
Interface Humano-Computador	1h30	30	30
Gestão De Marketing	1h30	30	30
Empreendedorismo	1h30	30	30
Inglês Instrumental Básico	1h30	30	30

5.5. Ementário e Bibliografias

O ementário e bibliografias do Curso de Direito referendado pelo NDE, encontra-se em ANEXO a este documento, com uma apresentação clara, concisa e objetiva do que se vai estudar e os procedimentos a serem realizados nos conteúdos das disciplinas da Matriz Curricular porposta.

5.6. Adequação da Metodologia do Processo de Ensino e da Metodologia de Aprendizagem

O aluno ingressante apresenta normalmente deficiências em seu aprendizado anterior e o acompanhamento de atividades de nivelamento desse aluno permite que ele consiga aos poucos suprir a deficiência dos conteúdos básicos. O conteúdo é apresentado de forma gradual e orgânica a fim de desenvolver o raciocínio. A solução de casos práticos põe em prova esse raciocínio, fazendo com que o estudante absorva o curso de Direito como um verdadeiro sistema.

Novas tecnologias são aplicadas no ensino e a interdisciplinaridade estimula na formação não somente de um técnico, mas de um cidadão crítico e construtor de seu próprio aprendizado.

5.7. Modos de Integração entre a Teoria e Prática

A relação entre a teoria e a prática na formação do Bacharel formado pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa está presente não somente no modo como as disciplinas são ministradas (metodologia), mas de forma especial, por meio das Atividades complementares e de extensão, visitas técnicas, e demais atividades laboratoriais integradas ao conteúdo ministrado. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas.

O dimensionamento da carga horária das disciplinas foi repensado, reavaliado e então proposto pelo NDE considerando os objetivos do curso, o perfil do egresso, os objetivos das disciplinas e, mais precisamente o conteúdo de cada disciplina e, fundamentalmente se será possível com o dimensionamento desse espaço na organização curricular desenvolver as competências e habilidades próprias de cada unidade de ensino. Tal proposta recente deverá ser acompanhada, analisada, avaliada e reformulada se for o caso, em momentos oportunos desde que sem prejuízo da formação dos alunos e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

Nessa articulação entre teoria e prática, o estagiário deverá desenvolver atividades que contemplam:

a) uma fundamentação teórica através de estudos que auxiliem o estagiário nas análises, proposições e atividades docentes, em consonância com o tema a ser desenvolvido;

b) levantamento de dados sobre os processos jurídicos em escritórios de advocacia, órgãos do Poder Judiciário ou em espaços não governamentais, bem como procedimentos administrativos, como prefeituras e Ministério Público, ou investigativos, como delegacias; e

c) observação do ambiente de trabalho, do desempenho do advogado ou do magistrado, membro do Ministério Público ou delegados de polícia, e da relação com as partes envolvidas no processo.

Além disso, o estagiário deve intervir através de auxílio nas atividades desenvolvidas no campo de estágio e/ou elaboração de proposta de trabalho que contribua para a melhoria das atividades desenvolvidas no local do estágio; acompanhar/participar as atividades de planejamento, desenvolvimento e avaliação realizadas pelos docentes e participar de reuniões em conselhos de classe ou reunião de advogados.

O Estágio Curricular Obrigatório prevê um conjunto de condições e procedimentos administrativos e pedagógicos que devem ser cumpridos pelos alunos, como já citado anteriormente (termos de compromisso, plano de atividade, ficha de acompanhamento, ficha de avaliação do Supervisor de Campo e o relatório final).

Assim, o aluno, ao final de cada período letivo, deverá entregar tais documentos e elaborar obrigatoriamente o relatório final, sendo este um documento no qual ele deve expor os resultados das atividades desenvolvidas durante o Estágio, devendo ser apresentado obedecendo às normas da ABNT.

Ressalta-se que a construção do relatório de estágio é uma boa oportunidade de registrar a relação teoria e prática, pois seu objetivo é justamente fazer o resgate dos conceitos teóricos trabalhados em sala de aula e reconhecê-los com aplicabilidade no mercado, transportando o conceito para a realidade e reconhecendo na vivência os conhecimentos construídos em sala de aula.

O estágio supervisionado no Curso de Direito é, portanto, uma importante etapa da formação profissional do futuro advogado ou magistrado, permitindo-lhe desenvolver habilidades e competências essenciais para o exercício da profissão.

5.8. Dimensionamento da Carga Horária das Disciplinas

O dimensionamento da carga horária das disciplinas foi repensado, reavaliado e então proposto pelo NDE considerando os objetivos do curso, o perfil do egresso, os objetivos das disciplinas e, mais precisamente o conteúdo de cada disciplina e, fundamentalmente se será possível com o dimensionamento desse espaço na organização curricular desenvolver as competências e habilidades próprias de cada unidade de ensino. Tal proposta recente deverá ser acompanhada, analisada, avaliada e reformulada se for o caso, em momentos oportunos desde que sem prejuízo da formação dos alunos e em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais.

5.9. Adequação e Atualização das Ementas e Programas das Disciplinas

A Matriz Curricular é importante documento do curso, capaz de nortear o caminho a ser percorrido pelo aluno para que sua formação, iniciada no primeiro semestre, complete-se nos dez semestres ou séries do curso. Porém, a Matriz deve estar sempre a serviço do Projeto Pedagógico do Curso, não podendo ser obstáculo para a efetivação do Projeto Pedagógico e realização dos seus objetivos.

Não é diferente a preocupação com a carga horária das disciplinas, pois esta é distribuída de forma a atender às exigências e peculiaridades de cada uma delas. Não se pode distribuir a carga horária das disciplinas de maneira acertada sem que se atenha aos objetivos, às ementas, e aos conteúdos de cada uma, privilegiando aquelas que apresentam um conteúdo programático mais complexo.

Por fim, há que se ressaltar a preocupação constante com a atualização tanto da Matriz, como das ementas e conteúdo das disciplinas, pois a matriz curricular não pode ser fator limitante e impeditivo da elevação na qualidade do curso. A matriz curricular, suas disciplinas, ementas e conteúdo deverão refletir o processo que deverá ser desenvolvido na construção de todas as competências e habilidades previstas na formação do perfil desejado do futuro advogado. Toda vez que se fizer necessária a atualização da Matriz Curricular e o NDE estará vigilante para encaminhar isso, deverá ser feita, sob pena de comprometer a qualidade do curso.

Pautados nestes aspectos bem como nas mudanças globais que envolvem a carreira que o corpo docente revê, propõe e realiza as adaptações necessárias.

5.10. Adequação, Atualização e Relevância da Bibliografia

A atualização e revisão da bibliografia operam-se em duas etapas, a primeira pelo trabalho dos professores, da coordenação do curso e do Núcleo Docente Estruturante - NDE no cuidado de rever e referendar a bibliografia indicada; e a segunda pelo cuidado da IES em atualizar a biblioteca para que as obras indicadas estejam ao alcance efetivo dos alunos e sejam, de fato, instrumento de acompanhamento e complemento das aulas.

5.11. Coerência do Corpo Docente e do Corpo-Técnico Administrativo com a Proposta Curricular

A aderência entre a formação acadêmica do docente, a experiência docente e as atividades que desempenha no mercado profissional, é considerada um elemento de grande importância para a consecução dos objetivos pedagógicos institucionais.

Igualmente, o corpo técnico-administrativo atende de forma plena aos interesses da IES, pois gozam de experiência na área. A equipe gestora está qualificada academicamente

e têm o perfil particular buscado pela IES e pelo Curso.

A gestão colegiada das questões pedagógicas e administrativas é um elemento que fortalece o curso, evitando a adoção de medidas advindas de percepções individuais e fortalece a continuidade dos projetos institucionais de forma transparente e comprometida.

5.12. Coerência dos Recursos Materiais Específicos

O Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa dispõe de laboratórios e instalações específicas - Núcleo de Prática Jurídica - NPJ, que atendem de forma plena ao Projeto Pedagógico do Curso.

Além da aquisição de material específico que atenda as necessidades do curso, a IES tem buscado manter uma política de renovação de equipamentos sempre que necessário.

5.13. Estratégias de Flexibilização Curricular

A flexibilização curricular decorre do exercício concreto da autonomia universitária, defendida e garantida pela LDB nº 9.394/96 e pelo Plano Nacional de Educação pela Lei nº 10.172 de janeiro de 2001, que define objetivos e metas que assegurem a necessária flexibilidade e diversidade nos programas oferecidos pelas diferentes instituições de ensino superior, de forma a melhor atender às necessidades diferenciais de suas clientelas e às peculiaridades das regiões nas quais se inserem.

No curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa a flexibilidade curricular é contemplada na oferta de componentes curriculares como estágio supervisionado, disciplinas eletivas, monitorias, programas de iniciação científica, extensão, atividades complementares e cursos realizados em outras áreas.

Estas atividades complementares são desenvolvidas de forma correlacionada às disciplinas, com um grau de complexidade crescente ao longo do processo de formação, garantindo a característica de um generalista e, ao mesmo tempo, possibilitando o desenvolvimento em áreas de interesse específico. Neste contexto, compondo a formação da graduação, deve-se manter estreita relação no processo de ensino-aprendizagem e está, após a graduação, seja por ação direta nas atividades de ensino, seja na participação efetiva em pesquisa ou incentivando a educação continuada.

Ainda, entre outros requisitos necessários para o curso, está a elaboração do trabalho de conclusão de curso a ser desenvolvido sob a orientação docente, de acordo com a normatização vigente.

Ainda no processo de formação do aluno, a comunicação e permeabilidade entre diferentes cursos, também é um dos eixos comuns que permite mobilidade e a integração entre eixos temáticos comuns. O trabalho em grupo é uma das habilidades requisitadas pela chamada “sociedade do conhecimento”, exigindo o pensar de forma coletiva e o respeito aos

diferentes pontos de vista. Para tanto, é importante favorecer a convivência entre alunos de diferentes áreas do saber, por meio de disciplinas que tenham um eixo comum.

Atividades relacionadas ao empreendedorismo a partir da inclusão de projetos que estimulem o espírito inovador é umas das formas de desenvolver a inovação, bem como a sensibilização e a mobilização da comunidade acadêmica e da sociedade civil a partir de questões raciais, respeito à diversidade sexual e acessibilidade.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa buscam e firmam parcerias com instituições, entidades no intuito de estender seu trabalho junto a comunidade, bem como a troca de experiências.

6. METODOLOGIA

A organização curricular está organizada em forma de unidades curriculares. Essa não é a única forma possível de organização do conhecimento acadêmico. No entanto, o currículo do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa será constantemente discutido e revisado, segundo as necessidades reais dos discentes alunos, em reuniões periódicas com o Núcleo Docente Estruturante - NDE, já constituído para elaboração e discussão deste projeto.

A metodologia de ensino aplicada no curso de Direito segue o princípio da transmissão do conhecimento teórico e técnico, desenvolvimento da consciência crítica, desenvolvimento da capacitação técnica e instrumentalização plena do aluno para o trabalho no grande leque dos ofícios. Desta forma, sem perder de vista a formação cultural discente e o princípio de educar, não apenas para o trabalho, mas também na vida, o ensino neste curso dá ênfase às disciplinas de caráter técnico e de aplicabilidade no mercado, como a habilidades de planejamento, projeto, execução, controle, manutenção das edificações em geral, recursos hídricos e saneamento visando à qualidade, segurança, economia e durabilidade dos mesmos.

A formação teórico-conceitual está presente desde o início do curso, dado que, embora no Brasil as organizações judiciárias remonte décadas de existência, o conceito de gerenciamento e a aplicabilidade deste conceito como um fenômeno de judicial reestruturado é recente, razão pela qual a pesquisa conceitual e reflexão crítica sobre este fenômeno social e foco de estudo debate como um dos princípios dos métodos de ensino do curso de Direito, através de disciplinas como Práticas Forenses e as disciplinas Eletivas.

Se considerarmos: aluno, professor, conteúdo. Cada um desses elementos acaba por exercer uma influência sobre os demais, ligando e alterando as suas características. Entende-se que o aluno é participante efetivo do processo de ensino-aprendizagem e não apenas um ouvinte, e que o professor é um orientador no processo de ensino e não dono do conhecimento, e o conteúdo capacitam o aluno a compreender as informações necessárias para o seu aprendizado. O Projeto Pedagógico do Curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa reforça a tese de que a questão da interdisciplinaridade não se trata da mera justaposição de disciplinas de áreas diferentes, mas sim na análise do objeto a partir de categorias pertencentes a vários ramos de conhecimento, buscando apreender todos os seus aspectos na sua integridade.

Diante disso, as disciplinas do eixo profissional devem demonstrar aos alunos uma nova realidade que o novo contexto demanda do Direito. Com esse propósito, o ensino que se oferece ao aluno deve ser uma fonte de produção de conhecimento atualizado e sintonizado com o tempo presente, afastando-se do modelo que se constitui apenas na repetição de um saber estabilizado.

7. ATIVIDADES ACADÊMICAS ARTICULADAS À FORMAÇÃO

7.1. Prática Profissional e/ou Estágio

O Estágio Supervisionado Obrigatório do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa está previsto e descrito no Projeto Político Pedagógico e é entendido como um momento de aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do futuro advogado.

O Estágio deve promover a relação prática/teoria/prática e ajustando-se aos dispositivos da Lei nº 11.788/2008, que em seu primeiro parágrafo define o Estágio como ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições de educação superior.

A carga horária e a definição do início do Estágio são estabelecidas conforme o disposto nas Diretrizes Curriculares e a RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2018, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito.

Art. 6º A Prática Jurídica é componente curricular obrigatório, indispensável a consolidação dos desempenhos profissionais desejados, inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus colegiados próprios, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§ 1º É obrigatória a existência, em todas as IES que oferecem o curso de Direito, de um Núcleo de Práticas Jurídicas, ambiente em que se desenvolvem e são coordenadas as atividades de prática jurídica do curso.

§ 2º As IES deverão oferecer atividades de prática jurídica na própria instituição, por meio de atividades de formação profissional e serviços de assistência jurídica sob sua responsabilidade, por ela organizados, desenvolvidos e implantados, que deverão estar estruturados e operacionalizados de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo seu órgão colegiado competente;

§ 3º A Prática Jurídica de que trata esse artigo deverá ser coordenada pelo Núcleo de Práticas Jurídicas, podendo ser realizada, além de na própria Instituição de Educação Superior:

I - em departamentos jurídicos de empresas públicas e privadas;

II - nos órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública e das Procuradorias e demais departamentos jurídicos oficiais;

III - em escritórios e serviços de advocacia e consultorias jurídicas.

§ 4º. As atividades de Prática Jurídica poderão ser reprogramadas e reorientadas em função do aprendizado teórico-prático gradualmente demonstrado pelo aluno, na forma definida na regulamentação do Núcleo de Práticas Jurídicas, até que se possa considera-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício das diversas carreiras contempladas pela formação jurídica.

§ 5º As práticas jurídicas podem incluir atividades simuladas e reais e estágios supervisionados, nos termos definidos pelo PPC.

§ 6º A regulamentação e o planejamento das atividades de prática jurídica incluirão práticas de resolução consensual de conflitos e práticas de tutela coletiva, bem como a prática do processo judicial eletrônico.

Além das atividades práticas relacionadas ao estágio, os alunos também precisam realizar visitas técnicas a instituições e departamentos como o judiciário, a delegacia de polícia, cartórios extrajudiciais, Ministério Público e Ordem dos Advogados do Brasil. Tendo em vista a necessidade de conciliar os conteúdos teóricos ministrados com a prática, e perfeitamente integrar-se às diretrizes curriculares estabelecidas pelo curso de Direito, o

estágio de supervisão será realizado nas IES por meio do Centro de Prática Jurídica, Gabinete Experimental e Escritório de Advocacia nas IES e em instituições públicas.

É imprescindível, portanto, o estabelecimento de vínculos e de parcerias entre a instituição formadora, espaços minuciosamente escolhidos que recebe os estagiários, o que no curso de Direito se dá por meio de parcerias.

7.1.1 Base Legal

A regulamentação do Estágio do curso de Direito deve atender os dispostos na Lei de Diretrizes Bases da Educação Nacional (LDB n.º 9.394/96) que estabelece a regulamentação para o estágio supervisionado, na Lei nº 11.788/2008 que dispõe sobre o estágio de estudantes de ensino superior e nas normas estabelecidas no regulamento do curso, disponível na IES.

7.1.2 Concepção e Organização

Baseado no que prevê a legislação o Estágio Supervisionado é entendido como eixo articulador e concebido como um momento de aprendizagem para o desenvolvimento de competências e habilidades necessárias para a formação do futuro Bacharel em Direito colocando, na situação da experiência de exercício profissional, em empresas e organizações que ampliem e fortaleçam suas percepções, atitudes éticas, conhecimentos e competências.

Ele consta de atividades teóricas e práticas exercidas em situações reais de trabalho e são supervisionadas por um professor do curso que encaminhará as orientações para cada turma e disponibilizará o Manual de Estágio para o esclarecimento do discente.

O estágio supervisionado do curso apresenta-se no 7º, 8º, 9º e 10º semestres totalizando uma carga horária de 300 horas e pressupõe a inserção do estagiário em uma situação de realidade e, a atuação participativa em todas as etapas do processo, seja no exercício das atividades técnicas, seja pela participação em outras situações de desenvolvimento. A carga horária total do estágio inclui as horas destinadas ao planejamento, orientação desenvolvimento e avaliação, sendo que 75 horas devem ser cumpridas pelos discentes no 7º semestre, 75 horas no 8º semestre, 75 horas no 9º semestre e 75 horas no 10º semestre.

7.1.3 Objetivos Gerais

O Estágio Supervisionado de Direito tem como objetivo propiciar aos discentes situações que envolvam a prática do ofício baseado na fundamentação teórica obtida no estudo em sala de aula.

7.1.4 Abrangência

O Estágio Supervisionado Obrigatório é componente curricular, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção do diploma. São modalidades de Estágio a planejamento, orientação desenvolvimento e avaliação, que devem articular teoria e prática, aproximar e/ou inserir o discente na realidade de sua área de atuação profissional e promover o contato do aluno com o mundo científico.

Essas modalidades de Estágio serão desenvolvidas em etapas, iniciadas conforme estabelece a Matriz Curricular do Curso vigente e de acordo com o previsto no Regulamento de Estágio. São atividades organizadas e desenvolvidas em instituições como indústrias, Escritórios de Advocacia, Delegacias, Foruns, grandes ou pequenas empresas.

7.1.5 Supervisão e Avaliação

O Coordenador de Estágio/ Advogado é escolhido entre o quadro de professores do curso e terá mandato de um ano com direito a recondução. A supervisão do Estágio Supervisionado Obrigatório será exercida por indicação da Coordenação do curso, que é um órgão de disciplinamento, controle, acompanhamento, supervisão geral e avaliação final do Estágio Curricular.

Coordenador de Estágio, que é responsável pelo Estágio, deve pertencer ao quadro de docentes da Faculdade e ser advogado e profissional experiente na área do curso. Ele tem a responsabilidade de divulgar o regulamento do estágio, planejar, controlar e avaliar os estágios, bem como elaborar a organização do estágio e o cronograma de atividades e divulgá-lo e ainda, fornecer aos alunos estagiários, no início do ano letivo, o Manual de Orientações.

A avaliação do estagiário é feita ao final de cada semestre letivo com previsão de Estágio mediante a verificação da efetiva realização das atividades programadas através de relatórios de atividades e supervisão do Orientador de Estágio, atribuindo-se notas a estes instrumentos, de acordo com os critérios de avaliação de aprendizagem da Instituição. Ao final do processo, cabe ao Orientador de Estágio, a menção de Suficiente ou Insuficiente. Considerado insuficiente, se sujeita o aluno à repetição do estágio ou de parte dele, a critério da Comissão de Supervisão de Estágio.

É condição necessária para aprovação, que o discente cumpra a carga horária mínima estabelecida e ações determinadas pelo Regulamento do Estágio Supervisionado, de acordo com os objetivos propostos e as datas previstas, demonstrando conduta compatível com o desempenho da função que irá exercer, especificamente compromisso e ética profissional.

7.2. Trabalho de Conclusão de Curso – TCC

O trabalho de curso é uma atividade acadêmica obrigatória que sistematiza o

conhecimento sobre um objeto de estudo relacionado ao curso. Esse pode ser desenvolvido opcionalmente sob a forma de relatório monográfico ou artigo científico.

Independente da forma de opção, o Trabalho de Conclusão envolve três etapas:

- Formulação de um projeto;
- Desenvolvimento do trabalho escrito na forma de uma investigação científica;
- Apresentação escrita dos resultados

O Trabalho de Conclusão de Curso cumpre a função de catalisar os conhecimentos teórico-práticos construídos ao longo do curso, constituindo-se em análise de um tema ou objeto de estudo a partir destes conhecimentos. A avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso consta de dois indicadores: o trabalho escrito, a apresentação oral e a defesa.

O desenvolvimento do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é acompanhado pelo orientador escolhido pelo aluno ou indicado pela Coordenação de TCC, ouvindo o Coordenador de curso, quando necessário.

Os orientadores formalizam a aceitação dos orientandos por escrito, assinando um Termo de Compromisso de ambas as partes Orientador/Orientando. Individualmente, entregam-no ao Coordenador, que a partir deste documento elabora uma relação de alunos por orientador, mantendo-a atualizada.

Cada orientador disponibiliza um número de horas mensais a serem determinadas pelo colegiado do curso para a orientação, sendo o local, dia do mês e horário, levados ao conhecimento dos respectivos orientandos e das coordenações de curso e de TCC.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é disciplinado em regimento específico.

7.3. Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito

O Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito previsto no curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa é caracterizado como uma atividade acadêmica que integra os conhecimentos e habilidades de todas as disciplinas, e consiste no desenvolvimento de um trabalho prático interdisciplinar, a ser apresentado ao final de cada semestre no curso de Direito. O Projeto Integrador respeita as características da matriz pedagógica do curso e suas especificidades e é contemplado também como extensão curricular.

O foco do Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito é proporcionar aos discentes um embasamento prático dos conteúdos teóricos adquiridos através dos conteúdos ministrados em sala de aula previstos no Plano de Ensino de cada disciplina.

Trata-se de um trabalho interdisciplinar e em equipe, onde os alunos serão estimulados a verificar a relação entre a teoria e as práticas do mercado. O Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito do curso de Direito apresenta um Regulamento específico,

discriminando as normas, atividades didáticas, ementas e bibliografias utilizadas no trabalho interdisciplinar.

Objetivo Geral do Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito

Proporcionar aos discentes a oportunidade de desenvolver um trabalho prático interdisciplinar que integre todos os conhecimentos teóricos obtidos em cada disciplina cursada ao longo do semestre do curso de Direito.

Objetivos Específicos do Trabalho Integrado Interdisciplinar de Direito

- Proporcionar aos discentes a oportunidade de aplicar os conteúdos teóricos adquiridos para resolução de problemas práticos;
- Desenvolver nos alunos habilidades para trabalhar em equipe;
- Proporcionar ao discente a oportunidade de confrontar as teorias estudadas com as práticas profissionais existentes para consolidação de experiência e desempenho positivo aos profissionais;
- Vivenciar as atividades práticas da área de Direito;
- Contribuir para aperfeiçoamento da prática na solução dos problemas cotidianos nos segmentos técnicos, sociais e ambientais;
- Capacitar o discente na elaboração e apresentação de trabalhos, utilizando metodologias adequadas;
- Contribuir com a formação integral do aluno por meio da inter-relação entre os diversos temas e conteúdos ministrados durante o curso;
- Desenvolver no aluno habilidade de planejamento, organização e disciplina na resolução dos problemas dentro das diversas áreas do conhecimento;
- Despertar no aluno, o interesse para o desenvolvimento de pesquisa;
- Contribuir para a construção do conhecimento coletivo e interdisciplinar;
- Desenvolver competências profissionais – a ética e a solidariedade – melhorando as relações humanas;
- Proporcionar ao estudante competências e habilidades para exercer sua profissão de forma inovadora, competente e ética, pois os conhecimentos adquiridos deixarão de ser vistos de forma isolada, a partir das práticas integrativas do Trabalho Integrado Interdisciplinar.

7.4. Atividades Complementares

As Atividades Complementares constituem-se em componentes curriculares enriquecedores e implementadores do próprio perfil profissional, sem que se confundam com estágio curricular. As Atividades Complementares se apresentam como práticas acadêmicas obrigatórias para todo aluno, não permitem dispensa e podem ser desenvolvidas sob múltiplas

formas e são consideradas complementares porque compõem a carga horária mínima do curso, somam-se ao currículo, seu cumprimento é considerado requisito indispensável à conclusão do curso e priorizam o aprimoramento pessoal e profissional necessários para o enriquecimento da formação integral do aluno. No curso de Direito é obrigatório a realização de 200 horas a serem entregues até o final da graduação, conforme regulamento específico disponível na IES. São atividades promovidas pelo curso, pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa ou por qualquer outra instituição desde que devidamente comprovada, analisada e avaliada pelo curso. As Atividades Complementares contam com o registro específico para o controle e gestão acadêmica, e o acompanhamento é feito pela coordenação de curso, juntamente com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - NEPE da IES.

7.5. Curricularização das Atividades de Extensão

A Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, que estabelece as diretrizes para a extensão na educação superior brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE (2014-2024) apresenta em seu artigo 3º que (2018, p.1):

“A Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de ensino superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.”

Neste processo, a comunidade acadêmica leva conhecimentos e/ou assistência à sociedade, e recebe dela influxos positivos, aprendendo com e com o ganho de conhecimentos relativos às reais necessidades e anseios da população. Dessa forma, há uma troca de saberes, possibilitando assim a participação efetiva do público externo nas questões da Universidade e no resultado de sua produção.

Assim em consonância com a Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014 e Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 que determina “... o mínimo 10% do total de horas curriculares exigidos para a graduação de atividades de extensão universitária as quais deverão fazer parte da matriz curricular...”, os cursos da IES assumem o compromisso com a sociedade e apresentam uma proposta de execução das atividades em consonância com a atual conjuntura social, responsabilizando-se com a formação do profissional cidadão, envolvido e comprometido com os problemas nacionais.

O objetivo principal das atividades de extensão é a troca de saberes, que na perspectiva da comunidade, aproxima conceitos e aprendizados desenvolvidos no ambiente acadêmico para atendimento das demandas do indivíduo, família e comunidade.

Desta forma, a partir da curricularização da extensão o Núcleo Docente Estruturante - NDE do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa estruturou uma nova matriz de forma sistemática a extensão por meio de sua integração aos conteúdos programáticos dos componentes curriculares, totalizando 385 horas de extensão coordenadas por professores/as do curso, vinculados e contabilizados por meio do acompanhamento realizado pela coordenação de curso, juntamente com o Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão - NEPE da IES.

Diante do exposto, a extensão como prática acadêmica interliga a Faculdade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com a sociedade civil e define como política nessa área o desenvolvimento de ações que possibilitem a formação do profissional-cidadão.

Embora os conceitos sobre extensão sejam diversos e existam diferentes propostas para sua prática no mundo universitário, a integração do aprimoramento do saber com o exercício da cidadania parece definir a verdadeira vocação extensionista da IES.

É a extensão que propicia a integração participativa e produtiva da Instituição com a comunidade e permite, por meio dos projetos da educação continuada, de divulgação científica, de ações culturais, artísticas, desportivas, de lazer, de preservação ambiental, comunitárias e de cursos em geral, expandir, transmitir e definir o potencial de conhecimentos acumulados por meio do ensino, da pesquisa e da produção científica.

Nas Faculdades Integradas Rui Barbosa, a extensão se caracteriza pelo desenvolvimento algumas vertentes de ação:

- Cursos;
- Projetos Artístico-Culturais, Esportivos e Comunitários;
- Atividades extracurriculares por semestre;
- Serviços.

A promoção de eventos diferenciados como palestras, debates, minicursos, mesas redondas entre outras, tem sido a forma mais ágil e flexível encontrada pela IES para, proporcionar aos acadêmicos, professores e pesquisadores da instituição o exercício da prática e buscar o aprimoramento dos diferentes segmentos da sociedade.

Assim, essas ações são desenvolvidas por meio de convênios com prefeituras e Empresas, Foruns, Delegacias, abertura da faculdade para visitação da comunidade, a IES ABERTA, cursos preparatórios de língua portuguesa e matemática gratuitos para o ENEM, trote solidário com doação de alimentos para entidades carentes, entre outras ações divulgadas pela IES.

No âmbito do curso, pressupõe a formação de um profissional criativo, responsável e transformador, que contribua com a sociedade de forma a torna-la melhor no âmbito humanista, social, econômico e ambiental.

Para tanto, se faz necessário a manutenção do currículo e a formação continuada dos professores, observando-se o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Destaca-se no âmbito do curso atividades com conteúdo de formação humana e atividades transversais que buscam atender e resgatar aos valores humanos dos discente e da sociedade.

Além de contribuir para um ensino pautado no respeito à diversidade e pela inclusão social, buscar melhorar o ensino e o aprendizado dos discentes por meio de estudos em grupos e no núcleo de pesquisas do curso.

As atividades práticas de laboratórios e de campo, bem como as visitas técnicas, as monitorias, os estágios supervisionados, as Atividades Complementares e o Trabalho de Conclusão de também promovem interação do aluno e o a realidade do profissional da Direito. O curso de Direito também promove política de ensino articulada a práticas de pesquisa e extensão, visto que além da estrutura curricular do curso existe uma preocupação com as ações pedagógicas, de pesquisa e extensionistas.

7.6. Iniciação Científica

As Faculdades Integradas Rui Barbosa propõe políticas que incentivam o desenvolvimento da pesquisa em todas as áreas do conhecimento, com vistas ao avanço científico, a promoção da inovação tecnológica, ao intercâmbio e à divulgação científica e tecnológica, contribuindo significativamente para a formação de recursos humanos.

A iniciação científica envolve o aluno com os fundamentos da ciência e com as formas de construção dessa ciência, preparando-o para a futura atuação profissional e, mais do que isso, para uma atuação profissional crítica e autônoma, dando-lhe condições de enfrentar, com maiores chances de sucesso, as novidades científicas.

A prática pedagógica que possibilita ao aluno, além do conhecimento acumulado de uma área, o acesso ao método de construção desse conhecimento, contribui para a formação de um profissional capaz de identificar um problema de pesquisa, procurando equacioná-lo com instrumentos conceituais adequados e com matrizes teóricas que ajudem a resolvê-lo ou a avançar na sua formulação. O espaço da sala de aula, no entanto, não é o bastante para a formação de alunos que desejam se aprofundar no universo da pesquisa. Condições adicionais são necessárias para iniciar cientificamente os alunos que tenham vocação para a pesquisa, permitindo-lhes participar ativamente em projetos de investigação de docentes.

Nesse sentido, é imprescindível o apoio à iniciação científica para a concretização do projeto acadêmico da Faculdade, propiciando o engajamento do aluno no desenvolvimento de projetos de pesquisa conduzidos por docentes e grupos de pesquisadores experientes. A busca do incentivo à atividade da iniciação científica conduz a uma melhor articulação do grupo de pesquisa, aumenta o impacto do trabalho e o efeito multiplicador dessa atividade,

além de diminuir a possibilidade de acomodação institucional, contribuindo para que a sala de aula tenha novo significado enquanto espaço de aprendizagem de habilidades teóricas e práticas e de convivência social eticamente qualificadas.

Além disso, contribui para formar futuros pesquisadores, encaminhar os alunos para programa de pós-graduação e diminuir seu tempo de permanência nesse programa.

No âmbito do curso, os discentes têm desenvolvido projetos de iniciação científica e voltados a preservação e manutenção do meio ambiente como a trilha ecológica.

Sem perder de vista os objetivos que norteiam a formação de profissionais cidadãos, a linha metodológica da Instituição procura formar profissionais capazes do exercício pleno de todas as atribuições que lhe são conferidas pela legislação e pela própria evolução social e tecnológica.

8. APOIO AO DISCENTE

8.1. Núcleo de Apoio ao Discente

O apoio pedagógico ao discente será realizado por meio de reuniões regulares com os representantes de classe, que relatam as ocorrências em sala de aula, desde os fatos referentes às questões materiais, como a condição de conservação das salas, ventilação, iluminação e capacidade, até os referentes a problemas didático-pedagógicos, como os procedimentos de avaliação, a metodologia de ensino, a postura do professor. Tal diálogo permitirá ao coordenador do curso a tomada de decisões. Além disso, há um permanente contato direto da comunidade discente com o coordenador que, dentro da informalidade, poderá colher opiniões sobre o andamento de cada curso.

Para o acompanhamento pedagógico dos discentes são estabelecidas atividades/projetos/programas, visando a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, a formação global e a realização profissional do aluno, facilitando, dessa forma, a integração à vida universitária e social.

Procura-se fazer feedback entre as necessidades do aluno e as possibilidades das Faculdades Integradas Rui Barbosa proporcionando, por meio do planejamento, a expansão dos programas de acompanhamento que visem à adaptação e à permanência do aluno no curso escolhido e na Instituição.

O coordenador do curso também mantém franco e constante diálogo com o órgão de representação estudantil, o qual tem por objetivo implantar ações que tenham por objetivo minimizar as dificuldades encontradas pelos alunos durante o processo ensino-aprendizagem.

Assim, periodicamente serão realizadas reuniões para descrição da realidade, reflexão crítica desta realidade e criação coletiva de propostas para o Curso.

Eventualmente, se necessário, professores, pedagogos ou psicólogos, externos ao curso poderão participar, com o intuito de enriquecer as discussões.

Além disso, os alunos contam com o apoio do Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, cuja atuação está calcada nos seguintes princípios:

- Proporcionar atendimento individual ao aluno, buscando identificar os obstáculos estruturais e funcionais ao pleno desenvolvimento do processo educacional;
- Acompanhar e orientar didaticamente, de modo prioritário, os alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Estimular o relacionamento produtivo entre professor e aluno;
- Definir o aluno como foco principal do processo ensino-aprendizagem.

8.2. Núcleo de Apoio Psicopedagógico – NAP

O Núcleo de Apoio Psicopedagógico - NAP, atende a alunos mediante encaminhamento realizado pelo coordenador do curso ou por iniciativa do aluno interessado, objetivando resolver questões especificamente acadêmicas, tais como: problemas de aprendizagem, dificuldades com provas ou questões pontuais de relacionamentos tangentes a atividade desenvolvida nas Faculdades Integradas Rui Barbosa.

Os atendimentos são realizados individualmente, pelo tempo que for necessário e com a possibilidade de envolvimento familiar nestes e direcionamento profissional quando houver necessidade.

O NAP também acompanha as questões relacionadas a pessoa com deficiência, incluindo a Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Conforme Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012).

Nas Faculdades Integradas Rui Barbosa, o NAP, juntamente com o Comitê de Acessibilidade, Inclusão e Direitos Humanos, articulados no Plano de Desenvolvimento Institucional, por meio da Política de Inclusão, a acessibilidade não se limita a permitir que pessoas com deficiências ou mobilidade reduzida participem de atividades que incluam o uso de produtos, serviços e informações, mas propiciar a inclusão e extensão do uso destes, por todos os segmentos sociais, que garante a participação igualitária de todos na sociedade, independente da classe social, da condição física, da educação, do gênero, da orientação sexual, da etnia, entre outros aspectos.

Assim, no caso das pessoas com deficiência, como das pessoas com Autismo, a IES oferece acessibilidade atitudinal, pedagógica, psicopedagógica, comunicacional, digital, instrumental e metodológica pelos seus colaboradores de cada setor, seja técnico administrativo ou acadêmico.

8.3. Apoio Técnico-Administrativo

As Faculdades Integradas Rui Barbosa conta com o suporte acadêmico, departamento encarregado da ligação entre os setores oficiais e a Faculdade. Atua junto aos cursos, informando e esclarecendo diretores, coordenadores e docentes sobre a legislação em vigor e supervisionando a adequação dos projetos pedagógicos às portarias, resoluções, e legislações do Ministério da Educação.

Esse setor é o orientador acadêmico situado junto a mantenedora atuando de forma online e mantendo um responsável no apoio da unidade.

A IES conta ainda com a Secretaria Acadêmica, onde são concentradas as informações discentes, atende aos professores recebendo as informações sobre frequência e aproveitamento discente e fornecendo as informações que os Coordenadores e professores possam necessitar.

Cabe à Secretaria orientar os alunos nos assuntos pertinentes à sua vida acadêmica,

especialmente no que tange à matrícula, avaliação do rendimento escolar, frequência às aulas, expedição de documentos, etc.

A Coordenação do Curso será sempre o elo entre os discentes e os demais setores administrativos da IES, contando ele com o apoio: do Núcleo de Pesquisa e Extensão, setor de Estágios e Projetos Sociais, e demais setores.

8.4. Mecanismos de Nivelamento

O Processo Seletivo é o primeiro ato pedagógico da Instituição e, por isso, é visto como um momento de análise diagnóstica do perfil do ingressante. Da mesma forma, a avaliação em sala de aula é vista como um instrumento diagnóstico que aponta e corrige os rumos do processo de ensino e aprendizagem. A partir disso, é planejado o nivelamento dos alunos.

As das Faculdades Integradas Rui Barbosa adotam uma série de mecanismos que têm por finalidade superar as deficiências dos alunos ingressantes. De uma maneira geral elas são as seguintes:

- Atividades didáticas preventivas e/ou terapêuticas, presenciais ou não, coordenadas por professores e executadas por alunos monitores ou estagiários de licenciaturas;
- Dedicção para sanar as dificuldades detectadas pelo processo seletivo, em sala de aula, nas disciplinas do primeiro bimestre do semestre letivo;
- Acompanhamento e orientação didática, de moda prioritário, aos alunos ingressantes com dificuldades de aprendizagem;
- Estímulo aos alunos do primeiro período, ingressantes na faculdade, a participarem de eventos promovidos pela Instituição que vislumbrem a integração dos alunos e seu desenvolvimento; e
- Outros que os professores acharem interessantes, desde que aprovados pelo Colegiado de Curso.

8.5. Monitoria Acadêmica

O Programa de Monitoria tem por objetivo promover o desenvolvimento dos alunos por meio de diversas atividades relacionadas ao processo ensino-aprendizagem, tais como o atendimento aos colegas, esclarecendo dúvidas, orientando a realização de exercícios, acompanhando experiências nas aulas práticas, auxiliando em trabalhos de grupo, práticos e experimentais, etc.

A monitoria é exercida por Monitor Voluntário e o mesmo tem a certificação com validade na formação profissional.

8.6. Acompanhamento de egresso

O Curso de Direito busca manter uma atenção especial voltada a dar atendimento aos alunos egressos, com as seguintes finalidades:

- Proporcionar aos concluintes um acompanhamento especial na etapa final do seu curso;
- Acompanhar e orientar a inserção profissional dos egressos.

O Programa de Atendimento dos Egressos tem como objetivo instituir um canal de integração entre o ex-aluno e o curso.

Os egressos são atendidos, inicialmente, pelo Coordenador do Curso pessoalmente ou por meio de redes sociais ou demais meios eletrônicos, que organiza o cadastramento do ex-aluno, na qual constará um resumo de sua trajetória profissional e suas expectativas futuras.

Cabe ao Coordenador do Curso proporcionar ao egresso o apoio de que necessita para a sua plena inserção profissional e estimulá-lo a continuar participando da vida universitária, transmitindo aos atuais alunos suas experiências após a formatura, participando como autores de artigos para Revistas Científicas da mantenedora ou em outras do Qualis/CAPES.

Para acompanhamento dos egressos, adotam-se as seguintes ações:

- Manter um contato constante dentro do projeto de Avaliação Institucional, permitindo à IES ter um feedback de suas ações, avaliando seus projetos pedagógicos a partir de seu principal ator – o discente egresso;
- Promover contato permanente com a intenção de criar um banco de empregos e oportunidades, bem como realizar eventos periodicamente reunindo as turmas formadas em eventos sociais esporádicos;
- Participação dos egressos nas jornadas acadêmicas promovidas pelos diferentes cursos de graduação;
- Permitir que o egresso tenha participação nos conselhos da IES como colaborador da comunidade;
- Página na Internet, destinada aos ex-alunos com divulgação de trabalhos, eventos, mensagens, entre outros;
- Estímulo à participação nos eventos sociais, culturais e esportivos da IES;
- Oferta de cursos de educação continuada, em nível de aperfeiçoamento e extensão;
- Propiciar, em conjunto com a mantenedora, que o egresso tenha acesso a todos os convênios que a IES venha a firmar, tanto no aspecto acadêmico como financeiro.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa ainda, irá apoiar seu egresso com o programa de Asisstência ao egresso. Os egressos regularmente inscritos nos Quadros da Ordem dos Advogados do Brasil como advogados podem aderir a este programa e fazer uso da sala de atendimento, computadores, internet e mobiliários do Núcleo de Prática Jurídica - NPJ da IES.

8.7. Ouvidoria

A Ouvidoria das Faculdades Integradas Rui Barbosa, representada por um ouvidor, é o órgão de otimização da comunicação e aperfeiçoamento dos padrões e mecanismos de transparência, eficiência, segurança e controle dos serviços prestados no âmbito de suas unidades, e tem como objetivos:

- Assessorar a Direção Geral da IES quanto aos itens de maior incidência ou de maior relevância, com o fim precípua de reestruturação de ações e procedimentos para toda a comunidade acadêmica;
- Orientar a comunidade acadêmica em relação à utilização da Ouvidoria;
- Identificar suas instâncias e forma de resolução e orientação das necessidades de docentes e discentes;
- Permitir a participação efetiva da comunidade, tendo em vista a melhoria das condutas acadêmicas e administrativas.

8.8. Bolsas de Estudos e Financiamento Estudantil

É disponibilizado aos alunos diferentes programas de bolsas de estudos. É política institucional oferecer ao discente, bolsas de estudos por meio de Projetos Sociais que na verdade concentram programas facilitadores para o acesso de jovens e adultos carentes ao ensino superior e assim atender a missão da IES.

Também é realizado semestralmente um concurso de Bolsas de Estudo com diferentes percentuais, inclusive integrais.

Uma grande parcela de seus alunos são trabalhadores, por vezes braçais que não dispõem de todos os recursos necessários para arcar com o pagamento integral das semestralidades, para tanto, na tentativa de ampliar o elenco de programas por meio de parcerias com os governos Federal e Estadual (PROUNI e Escola da Família), ainda há a possibilidade de financiar os seus estudos, por meio do FIES, conforme apresentado e/ou proposto no Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI.

8.9. Apoio à Participação em Eventos

As Faculdades Integradas Rui Barbosa assumem como política institucional apoiar

os alunos para que participem de eventos que possam contribuir para a atualização e aperfeiçoamento de sua formação. Este apoio é realizado na forma de facilitador de transporte aos alunos para eventos, visitas, dentre outros, além de incentivos para publicação de artigos científicos, elaboração de jornais e murais didático-pedagógicos, congressos, seminários, encontros e outras atividades voltadas para a formação mais adequada e atual dos alunos.

9. GESTÃO DO CURSO E OS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO INTERNA E EXTERNA

9.1. Autoavaliação do Curso

As Faculdades Integradas Rui Barbosa possui um Sistema de Avaliação Institucional que prevê princípios, procedimentos e critérios das dimensões relevantes do processo de ensino- aprendizagem, do processo de gestão, da avaliação de desempenho de funcionários e docentes, embasado em duas lógicas: processo de avaliação interno que contará com a participação de toda a comunidade acadêmica e; processo de avaliação externa por meio de indicadores de avaliação institucionalizados pelo MEC, além da opinião regular e periódica de uma comissão de especialistas em Gestão Acadêmica. Os desdobramentos institucionais advindos desta proposta são discutidos e aprovados por conselhos competentes que tratam dos seguintes aspectos:

- Organização didático-pedagógica: administração acadêmica, projeto do curso, atividades acadêmicas articuladas ao ensino de graduação;
- Corpo docente: formação acadêmica e profissional, condições de trabalho; atuação e desempenho acadêmico e profissional;
- Infraestrutura: instalações gerais, biblioteca, instalações e laboratórios específicos.

No contexto do curso de Direito, este avalia o seu projeto de curso valendo-se de dispositivos variados e uma das formas de avaliação é através da Comissão Própria de Avaliação - CPA que por meio de relatórios preenchidos pelos alunos avaliam seus docentes desde assiduidade, didática, domínio de conteúdos, ética, entre outros pontos que podem ser positivos ou frageis.

O objetivo destas avaliações é promover transformações sociais dentro do ambiente da faculdade tornando possível e harmoniosa a relação entre alunos e professores, bem como promover transformações no sentido da melhoria na qualidade do ensino.

Outra maneira de avaliação é feita a partir de reuniões de professores, com o colegiado de curso e representante de discentes, com o NDE, o acompanhamento da execução do plano de ensino pelos docentes e pela análise de índices numéricos referentes ao curso (retenção, evasão, inadimplência e reprovação).

O NDE acompanha os professores, contribui para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico trocando informações e experiências com os professores e a coordenação do curso com o intuito de chegar a um denominador comum e, dessa forma ir de encontro com a proposta do projeto e atingir os objetivos do curso.

Os alunos representantes de turma mantêm um contato constante com a coordenação e professores representantes do colegiado de curso fazendo com que os problemas e dificuldades dos alunos possam ser acompanhados e atendidos em tempo hábil.

A autoavaliação do curso de Direito também se dá pela análise do desempenho didático dos docentes e acadêmicos dos discentes, visando à identificação de problemas, das mudanças necessárias e das inovações exigidas pelo curso e pelo mercado de trabalho.

Os representantes do curso de Direito entendem que a autoavaliação no ensino superior é de fundamental importância uma vez que ela busca o aperfeiçoamento e sustenta a instituição frente às mudanças e não deve ser encarada como uma forma punitiva e sim um incentivo para o processo de tomada de decisões que visem garantir a equidade e eficácia do ensino. Nesse sentido, e partindo do pressuposto de que a autoavaliação é um indutor de melhoria da qualidade da educação a comunidade acadêmica será conscientizada de que esta deve ser coletiva e participativa.

9.1.1 Políticas de Avaliação Institucional da IES e dos Cursos

A Autoavaliação Institucional é realizada por meio de sua Comissão Própria de Avaliação - CPA, Órgão independente, responsável pelo planejamento e organização da avaliação institucional. Anualmente, é realizada a autoavaliação institucional com a participação dos alunos, docentes, coordenadores e funcionários, que, por meio de um questionário eletrônico, avaliam: atendimento, coordenação, infraestrutura e docentes.

Ao término de cada período de avaliação, a CPA repassa aos gestores e aos demais membros da comunidade acadêmica o relatório final com os pontos positivos e negativos levantados, assim como sugestões de ações a serem desenvolvidas, para que os gestores da IES possam planejar suas atividades e subsidiar decisões diárias em todas as dimensões que compõem o PDI. Destaca-se o envolvimento constante da CPA durante todo o ano letivo, participando ativamente na ouvidoria eletrônica e no acompanhamento das atividades e cobrando a realização das mesmas.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa buscam desde o início de suas atividades a melhoria contínua através da Autoavaliação, visando o aprimoramento e o crescimento como IES, alicerçando-se em bases concretas de modo a oferecer à comunidade de Andradina e região um ensino superior com qualidade.

Os princípios estabelecidos para o desenvolvimento da CPA são:

- responsabilidade e comprometimento com a melhoria da qualidade da IES;
- respeito à missão e história da faculdade, respeitando suas individualidades;
- globalidade de instrumentos e métodos; a adesão voluntária e sigilo dos participantes; e principalmente, a autonomia em relação à direção da faculdade e o foco no processo formativo e não punitivo.

Objetivos da CPA

- Diagnosticar e produzir conhecimento sobre as fragilidades e potencialidades das Faculdades Integradas Rui Barbosa em sua totalidade, de maneira cíclica e contínua, com a cooperação de toda a comunidade acadêmica e administrativa;
- Levar a comunidade acadêmica à reflexão sobre o seu papel na relação instituição-aluno-professor;
- Cooperar na produção do Relato Institucional que descreve e evidencia os principais elementos do processo avaliativo (interno e externo) da Instituição;
- Propiciar elementos que favoreçam a orientação das ações estratégicas e operacionais a fim de subsidiar o desenvolvimento da instituição e a melhoria na qualidade do ensino oferecido.

Metodologia da CPA

- Desenvolvimento de Material de Apoio para sensibilização da comunidade acadêmica e administrativa;
- Promoção de palestras e discussões sobre a importância da Autoavaliação, com o uso de material de apoio/apresentação, mídia eletrônica e impressa;
- Aplicação de Questionários por meio de Ambiente Virtual;
- Elaboração do Relatório da CPA, com os resultados obtidos por meio dos questionários, com gráficos percentuais de resultados por dimensão avaliada;
- Possibilidade de sugestão de melhorias a serem implantadas na IES;
- Promoção de reuniões com grupos de docentes, direção e técnicos-administrativos para apresentação e discussão do relatório da CPA e conseqüentemente, as possíveis ações a serem implantadas na IES;
- Apresentação de Resultados à comunidade acadêmica.

9.1.2 Ações Decorrentes dos Processos de Avaliação

Os resultados obtidos decorrentes das avaliações são levados aos NDEs e colegiados de cada curso. Os resultados positivos são divulgados para expandir e refletir a busca pela melhoria contínua em todos os campos. Já os resultados negativos são discutidos de modo a determinar as causas e o tratamento das mesmas a fim de eliminar as causas de problemas observados nas diversas formas de avaliação, tendo em vista a correção, melhoria, inclusão ou reformulação do PPC, quando for o caso.

Nos casos de avaliação docente, o professor que por ventura apresentar avaliação negativa é encaminhado para o núcleo de apoio pedagógico para orientação, capacitação, e treinamento em didática docente e, em caso de reincidência, poderá ser substituído.

No que se refere à estrutura física, sejam, salas de aula, laboratórios, cantinas, espaços de lazer e convivência, as reivindicações com embasamento e fundamentação, são

analisadas pelas coordenações, NDEs e colegiados de cursos e tratadas diretamente com a direção da IES.

As decisões necessárias são sempre tomadas em decorrência dos resultados obtidos nas avaliações efetuadas.

9.1.3 Avaliações Externas do Curso

Além da autoavaliação, o resultado das avaliações externas, principalmente o desempenho discente no ENADE deverão direcionar as ações institucionais para a consolidação do curso. A análise dos resultados no Exame Nacional de Cursos fornece subsídios para identificar as eventuais fragilidades no processo de ensino e aprendizagem e deverão desencadear ações reparadoras, como a alteração do conteúdo programático, realocação de docentes, adoção de novos métodos de ensino e o que mais for necessário.

Pensando nessas fragilidades e observadas as dificuldades apresentadas pelos discentes quanto a realização ENADE, a coordenação vem discutindo e pensando com o colegiado, medidas de ações reparadoras, tais como o acompanhamento dos alunos com reuniões de orientações quanto a relevância do resultado do Enade e a importância do preenchimento do questionário. O curso, ainda tem criado e divulgado ações para minimizar e trabalhar as dificuldades apresentada pelos alunos e para contribuir para uma avaliação efetiva e comprometida com a formação dos profissionais.

Para os bacharéis em Direito, existe avaliação externa realizada pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) é uma avaliação facultativa após a conclusão do curso de graduação. A prova é composta por duas avaliações eliminatórias, aplicadas em dias diferentes: a primeira fase, sendo uma prova objetiva e a outra fase, prova prática-profissional. Através da aprovação, os novos profissionais demonstram que possuem a capacitação necessária para o exercício da advocacia. A prestação do Exame de Ordem, é obrigatória para aqueles que optem por fazer o registro profissional e obter sua carteira. Caso contrário, não podem exercer a profissão de Advogado.

Considerando as avaliações externas citadas acima e o foco nos bons resultados e na melhoria do ensino-aprendizagem a coordenação e os docentes do curso tem discutido e pensado sistematicamente na metodologia e buscado a constante melhoria no currículo do curso, inclusive trabalhando com provas e simulados que preparem os discentes para tais avaliações.

9.1.4 Avaliação Ensino X Aprendizagem

O sistema de avaliação do ensino-aprendizagem consta no Regimento Geral das Faculdades Integradas Rui Barbosa.

A avaliação do desempenho escolar é feita por disciplinas, incidindo sobre a frequência e o aproveitamento escolar. A frequência às aulas e demais atividades escolares

soa obrigatórias e permitidas apenas aos alunos matriculados. Independente dos demais resultados obtidos é considerado reprovado na disciplina o aluno que não obtiver frequência de, no mínimo de 75% das aulas e demais atividades realizadas e a verificação e o registro de frequência são de responsabilidade do professor e seu controle da secretaria acadêmica. O aluno poderá requerer junto à secretaria acadêmica, nos prazos fixados no calendário escolar, a realização de prova repositiva, a fim de concluir uma das avaliações componentes da média semestral que não tenha sido avaliado.

O aluno convocado para integrar o Conselho de Sentença em Tribunal do Júri, prestar serviço Militar obrigatório ou Serviço da Justiça Eleitoral, assim como o portador de doenças infectocontagiosas e gestantes têm direito a atendimento especial na forma da legislação em vigor.

A aferição do rendimento escolar de cada disciplina é feita através de notas inteiras de 0 (zero) a 10 (dez), permitindo-se a fração de 0,5 (cinco décimos) e o aproveitamento escolar é avaliado pelo acompanhamento contínuo do aluno e dos resultados por ele obtidos nas provas, trabalhos, exercícios escolares e outros e, caso necessário, no exame final.

Dentre os trabalhos escolares de aplicação, há pelo menos uma nova avaliação, tais como: projetos, seminários, pesquisas bibliográficas e de campo, relatórios cujos resultados podem culminar com atribuição de uma nota representativa de cada avaliação bimestral.

Em qualquer disciplina, os alunos que obtiverem média semestral de aprovação igual ou superior a 6 (seis) e frequência igual ou superior a 75% são considerados aprovados.

É promovido ao semestre seguinte, o aluno aprovado em todas as disciplinas do período cursado, admitindo-se ainda a promoção com dependência de até três disciplinas no semestre.

O exame final será aplicado ao aluno que obtiver média semestral inferior a 6, e não inferior a 4. O resultado final não poderá ser inferior a cinco, correspondendo ao cálculo aritmético entre a média semestral e a nota do exame final.

O aluno que obtiver média semestral menor que 4 ou média final menor que 5 será reprovado.

9.2. Forma de acesso ao curso e número de vagas

O acesso ao curso é semestral, podendo ser realizado mediante processo seletivo, utilização da nota do ENEM, obtenção de novo título ou por transferência externa.

O número de vagas para o curso foi fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos e em pesquisas com o mercado de trabalho e, com a comunidade acadêmica, que demonstra sua adequação à dimensão do corpo docente, tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, pesquisa e extensão.

A Faculdade observou as particularidades, as especificidades e o Mercado de

Trabalho do município de Andradina e região, elencando pontos que contemplem ao Egresso, no final do curso, as habilidades e as competências específicas de sua região de inserção. O número de vagas implantadas visa corresponder, com qualidade, à dimensão do corpo docente, tutorial e às condições de infraestrutura das Faculdades Integradas Rui Barbosa - FIRB. O curso de Direito possui 90 vagas anuais, com regime de matrícula seriado semestral. O número de vagas para o curso foi fundamentado em estudos periódicos, quantitativos e qualitativos e em pesquisas com o mercado de trabalho e, com a comunidade acadêmica, que demonstra sua adequação à dimensão do corpo docente, tutorial e às condições de infraestrutura física e tecnológica para o ensino, pesquisa e extensão. A Faculdade observou as particularidades, as especificidades e o Mercado de Trabalho do município de Andradina e região, elencando pontos que contemplem ao Egresso, no final do curso, as habilidades e as competências específicas de sua região de inserção.

Assim posto, acredita-se que o profissional capacitado a atender aos reclamos do município de Andradina e região e ao exercício da profissão jurídica, deva estar comprometido com a preservação e conservação dos recursos ambientais, portador de conhecimentos gerais que lhe permita estar atento com o mundo e lhe propicie uma visão sistêmica das questões político-culturais e das práticas jurídicas; que demonstra flexibilidade, conseguindo rapidamente assimilar e se adaptar às mudanças que ocorrem nos governos, sociedades, organizações, no arcabouço científico-tecnológico vinculado a vida social, ao direito do cidadão e ao bem estar sob o foco das ciências sociais e jurídicas; assertividade, apresentando garra, determinação e, principalmente, enfoque em resultados atrelados ao respeito dos direitos coletivos e humanos; equilíbrio emocional, na administração dos conflitos pessoais e interpessoais, na forma de se expressar e na facilidade de relacionamento; estando apto a expor suas ideias, saber ouvir a opinião dos outros, saber dividir experiências para obter produtividade e qualidade no trabalho em equipe; e, dotado de conhecimentos específicos mais aprofundados do campo profissional que escolha, porque tem prazer em trabalhar nessa área e desperte seu espírito inovador, fazendo brotar sua criatividade, entusiasmo e envolvimento, três pilares que, associados à postura ética e à lealdade à corporação, constituem estratégias competitivas que garantem a empregabilidade do indivíduo, sobrevivência e desenvolvimento das instituições.

Frente a esse contexto, as FIRB oferecem o Curso de Direito com um currículo integrado baseado em competências, oferecendo um processo de formação inovador centrado nas Metodologias Ativas de Ensino tendo o aluno como protagonista de seu processo ensino-aprendizagem. Para tanto, possui infraestrutura privilegiada dispendo de laboratórios com tecnologia inovadora que busca desenvolver um curso de excelência preocupada em oferecer ao mercado de trabalho e à sociedade profissionais qualificados e conscientes de sua responsabilidade social, contribuindo para a melhoria dos indicadores sociais da microrregião e aumentando a oferta de profissionais capacitados, com visão crítica reflexiva,

prontos para o atendimento da população de forma ética e livre de qualquer forma de discriminação.

Assim sendo, a Instituição, como um todo, busca, de forma integrada e coerente, a realização concreta dos objetivos descritos no Regimento Interno, no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e neste Projeto Pedagógico do Curso (PPC), destacando-se as Políticas Institucionais de ensino, pesquisa e extensão.

10 ATIVIDADES DE TUTORIA

Como integrante da equipe acadêmica dos cursos, o tutor cumpre papel estratégico em todas as atividades do curso presencial de Direito da FIRB que em sua matriz curricular contém disciplinas na modalidade à distância. As atribuições do tutor não se limitam ao acompanhamento das atividades dos alunos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), mas o de verdadeiro mediador do processo de ensino, uma vez que ele é a pessoa que o aluno toma como referência na condução do seu processo de aprendizagem. É o tutor que faz a mediação entre os conteúdos propostos pelos professores autores e as atividades realizadas pelos alunos, dando vida ao curso e aos princípios definidos no PPC.

O papel principal do tutor é o de conscientizar permanentemente o aluno de que ele estuda para seu próprio desenvolvimento pessoal e profissional. Para desenvolver essa consciência, o tutor deve motivar o aluno a agir de forma responsável pelo cumprimento das atividades de ensino, devendo manter-se atento aos prazos e tempos de dedicação aos estudos e à pesquisa.

No dia a dia dos cursos, o tutor atende os alunos no AVA e com eles interage, tanto por meio dos fóruns, chats, como também por e-mail. Por meio dessas diferentes ferramentas, o tutor deve dar o devido suporte ao aluno, respondendo continuamente às suas dúvidas, propondo atividades, acompanhando e comentando as produções desenvolvidas no decorrer das aulas. Para questões relativas ao conteúdo dos temas abordados em aulas, o tutor contará com o apoio dos supervisores das respectivas áreas.

O tutor é responsável pela condução das dinâmicas de integração dos conteúdos, organização, mediação e orientação dos alunos na produção de textos coletivos e projetos integradores e/ou complementares às disciplinas em desenvolvimento. Nos fóruns temáticos, participadaelaboraçãodas atividades edosdebates sobre questões pertinentes às temáticas em discussão, colaborando para que o aluno esclareça dúvidas, organize e sistematize informações e conhecimentos acerca do tema em estudo.

10.1 Conhecimentos, Habilidades e Atitudes necessárias às Atividades de Tutoria

O tutor a distância é um docente com formação acadêmica compatível com o Plano de Ensino da disciplina ao qual está vinculado, sendo a titulação mínima de especialista, e que possui domínio das técnicas indicadas para o desenvolvimento da ação docente nesta modalidade de ensino.

É um ator importante e indispensável na rede de comunicação que vincula os alunos às disciplinas e à Instituição de Ensino, pois, além de manter a motivação dos alunos, possibilita a retroalimentação acadêmica e pedagógica do processo educativo.

O papel do tutor a distância é imprescindível para transmitir ao aluno segurança de que ele não está só em seu processo de aprendizagem. Dentro de uma abordagem na qual o aprendiz é o agente do processo de aquisição e reconstrução do conhecimento, esse docente é o orientador, instigador, aquele que vai levar os alunos ao trabalho cooperativo e colaborativo. É também aquele que potencializa o diálogo, a troca de conhecimento e oportunizando a produção coletiva dos discentes.

10.2 Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA)

Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), requer algumas ferramentas tecnológicas diferenciadas, a fim de que a “aula” ocorra a partir de uma perspectiva de aprendizagem integrada. Com base nisso, propõe-se que as aulas sejam desenvolvidas em diferentes momentos/espços virtuais, visando à formação de competências diversas, como o domínio de conceitos e aplicação às situações-problema concretas, discussões temáticas em grupo, desenvolvimento de projetos, entre outras atividades.

Rompendo com o modelo tradicional de ensino, os projetos dos cursos adotam o conceito de *flipped classroom* ou “sala de aula invertida”, que inverte a lógica da dinâmica de aprendizagem dos alunos. Nesse formato, o aluno possui espaços diversos de estudo, aprendem por meio de textos, videoaulas, arquivos de áudio, filmes e vídeos diversos, gamificação e outros recursos interativos disponíveis no AVA.

O objetivo principal desse modelo é trazer contribuições significativas para enfrentar um dos maiores desafios que se deparam, atualmente, as várias modalidades de cursos: motivação, hábito de leitura, capacidade de autogestão e qualidade da aprendizagem.

Por esse motivo, em um curso EaD, também deve haver formas de garantir a possibilidade de “diálogo” dos alunos com os objetos de aprendizagem. Assim, a apresentação de um determinado texto, por exemplo, deve ser acompanhada de anotações, questões e dicas, do tutor, para ampliação e enriquecimento de sua aprendizagem.

Como cada curso tem suas características, competências e público-alvo específicos, os materiais de suporte à aprendizagem são elaborados pelos tutores das disciplinas, que contam com o suporte da equipe pedagógica do NEaD, seguindo os manuais

próprios desenvolvidos para este fim.

10.3 Composição e Dinâmica das Aulas EaD

Os tópicos apresentados a seguir descrevem a composição e a dinâmica das aulas e o conjunto de materiais e ferramentas que dão suporte às aprendizagens à distância e são referências tanto para as atividades de avaliação de desempenho das disciplinas, como às demais atividades curriculares dos cursos em EaD da IES.

10.3.1 Fale como Tutor:

Ferramenta e espaço de comunicação dos alunos com os tutores, acessível pelo AVA, para esclarecimento de dúvidas sobre os conteúdos das aulas, orientações sobre o desenvolvimento de atividades, entre outras informações relevantes e pertinentes às aulas. Neste ambiente virtual, estabelece-se uma dinâmica importante de relacionamento entre tutor/aluno para o seu envolvimento com as atividades propostas.

10.3.2 Leitura Prévia:

A Leitura Prévia é constituída por textos teóricos e exemplos práticos sobre os dois temas complementares que compõem cada aula. Essa atividade corresponde a, no mínimo, três horas da carga horária total das aulas. A Leitura prévia é a principal referência dos temas abordados em vídeo aulas – e nas aulas presenciais, sempre que estiverem estipuladas no calendário acadêmico. Trata-se de atividade obrigatória, pois é com base nesse material que o aluno será avaliado, levantará eventuais dúvidas, formulará questionamentos e fará comentários sobre os conteúdos estudados, enriquecendo o diálogo com os tutores e colegas durante as atividades interativas subsequentes. Dada a sua importância, os textos são elaborados em linguagem clara para favorecer o entendimento dos conceitos essenciais desenvolvidos nas vídeo aulas e direcionar e orientar a progressão dos estudos. O texto da Leitura Prévia faz referência às fontes bibliográficas e não-bibliográficas das informações trabalhadas em todas as unidades de ensino, citando-as de acordo com as normas da ABNT. Visando a interatividade e o protagonismo do aluno no seu processo de aprendizagem, esse material deve estimular a pesquisa em outras fontes, como sites, livros, artigos e vídeos para ampliar o contato do aluno com diversos autores e fontes sobre as temáticas abordadas no material básico. Como incentivo ao debate, a Leitura Prévia é acompanhada de questões que estimulem a reflexão e interesse pela pesquisa. Os textos da Leitura Prévia são elaborados pelo professor autor e organizados em sequência didática de complexidade crescente. Esse material é organizado pelo Assistente de Ambiente Virtual, que cria a estrutura que o abrigará no AVA e web designer, que customiza o conteúdo de acordo com as características da disciplina. Esses textos ficam disponíveis no AVA, inclusive para impressão, de modo que, ao final da disciplina, o aluno poderá organizar e montar sua própria apostila.

10.3.3 Vídeo aulas:

Cada vídeo aula é composta por um bloco de 30 minutos e é gravada pelo professor autor que compõe o conteúdo da disciplina, o qual deve estar alinhado às propostas pedagógicas contidas no PPC de cada curso. Caso sejam propostos outros vídeos (de domínio público ou adquiridos pela Instituição), estes devem ser, necessariamente, relacionados ao tema que compõem a aula e suas fontes e créditos de autoria deverão ser informados nos textos da Leitura Prévia.

10.3.4 Saiba Mais:

Constituem dicas e informações de fontes complementares para enriquecer os conteúdos das Leituras Prévias, das vídeo aulas e das aulas presenciais. No "Saiba Mais" de cada disciplina, o aluno encontrará indicações de outros materiais de estudo, como textos, apresentações gráficas, vídeos, entrevistas, filmes, sites de interesse, portais de periódicos científicos, entre outros. Esses materiais poderão ser impressos ou arquivados em mídia digital. A indicação dos materiais complementares é de responsabilidade do professor autor da disciplina e recebe o mesmo tratamento editorial dado à Leitura Prévia.

10.3.5 Avaliação de Desempenho:

É composta, principalmente, por questões de múltipla escolha, no formato Quiz (questionário com o mínimo 5 questões) relacionadas ao conteúdo da Leitura Prévia e das vídeo aulas, realizadas sempre ao final de cada aula. Essas atividades são elaboradas pelo professor autor da disciplina, com a participação do Analista de Ambiente Virtual que cria a estrutura no AVA e do Web designer, responsável pela customização do conteúdo.

10.3.6 Fórum Temático:

São momentos privilegiados de interação entre tutores/alunos e dos alunos entre si. Os fóruns são planejados de forma integrada pelo corpo docente e conduzidos pelos tutores, cuja postura pedagógica fundamental é a de mediador dos processos de aprendizagem do aluno. Por isso, é fundamental que o tutor se mostre sempre presente e estimule o debate de questões pertinentes aos conteúdos e temáticas da aula. É nesse espaço/tempo que o tutor tem a oportunidade de organizar e sistematizar os conhecimentos acerca do tema em estudo, dando suporte no esclarecimento de dúvidas dos alunos, cabendo a ele mediar os debates dos alunos, com especial atenção à gestão do tempo em que eles ocorrem. Nessa atividade estabelece-se uma dinâmica importante de estreitamento do vínculo tutor/aluno para o envolvimento de todos com as atividades propostas.

10.3.7 Desafio Profissional:

Atividade a ser elaborada em conjunto pelos professores autores, tutores,

supervisores e coordenadores. A atividade propõe uma situação-problema e a finalidade desta é desafiar o aluno a apresentar propostas fundamentadas para a sua resolução. O Desafio Profissional pode ser realizado por meio de diferentes dinâmicas de integração, a saber:

- **Questão Dissertativa:** atividade individual, elaborada sobre os temas expostos para que o aluno possa desenvolver sua capacidade de integrar conteúdos e produzir textos escritos;

- **Wiki:** ferramenta que deve ser explorada ao máximo pelo tutor para desenvolver propostas colaborativas de trabalho que promovam a comunicação dos alunos entre si e a capacidade de trabalho em equipe. Para cada turma de 30 alunos, esta ferramenta pode ser utilizada para a produção de textos coletivos acerca de uma temática atual, polêmica e transversal aos conteúdos disciplinares. Pode ser utilizada, também, para o desenvolvimento de projetos integradores em andamento no bimestre, visando o desenvolvimento de um “produto” relevante e coerente com os temas discutidos tanto no interior das disciplinas como também nos fóruns temáticos. O tutor é importante mediador dessa “produção coletiva”, devendo orientar as discussões, oferecer sugestões e apontar as correções necessárias para que o trabalho que vai sendo editado, resulte em um produto que promova o avanço da aprendizagem do aluno. Para tanto, deve ter claro para si mesmo e deixar claro aos alunos, os objetivos da atividade, as etapas e os prazos de tempo a serem cumpridos. Com isso, garante-se a qualidade e o efetivo aproveitamento das atividades pelos alunos, cujo resultado será analisado e avaliado;

- **Painel de Opiniões:** visa estimular o exercício da reflexão e a construção de posturas críticas, além do respeito ao outro e o pluralismo das ideias. Nessa atividade, o tutor apresenta uma proposta de tema a ser discutido e cada aluno deve pesquisar e emitir suas próprias opiniões sobre o tema, que deverão ser debatidas com os outros alunos participantes;

- **Trabalhos em Grupo:** atividade colaborativa em grupos compostos por 5 ou 6 integrantes de uma mesma turma, de modo aleatório, que se manterão inalterados ao longo de todo o trabalho. Os temas são sugeridos pelo tutor e cada grupo é responsável pela produção de uma síntese escrita, com base em pesquisas, discussões e debates, utilizando fóruns como meio de comunicação.

- **Pensata:** a partir de um texto indicado pelo tutor, disponível na internet, o aluno, de forma individual, deverá analisá-lo e fazer seus comentários baseados em dados resultantes de trabalhos de pesquisa.

10.4 Mecanismos de Interação entre Docentes, Tutores e Estudantes

A Plataforma de Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA), contém metodologias inovadoras, onde os professores envolvem os alunos de formas novas e estimulantes, proporcionando um relacionamento mais eficaz, mantendo os alunos informados, envolvidos e colaborando uns com os outros. Na plataforma cria salas de aula, escritórios e salas de reunião virtuais que abrem mais possibilidades a mais alunos, oferecendo novas abordagens de aprendizado em grupo com o conceito de web conferência.

Desta forma, a Plataforma possibilita as instituições desenvolverem processos educacionais, destinado ao desenvolvimento de métodos que privilegiam a proatividade dos educandos, e sua autonomia durante o processo de aprendizagem, totalmente a distância ou complementar ao ensinopresencial. Possui layout diferenciado, de fácil usabilidade e sistema de gerenciamento acadêmico vinculado. A utilização do AVA possibilita e incentiva que o indivíduo autônomo, pensante e reflexivo atue frente aos novos conteúdos que serão discutidos em comunidades de aprendizagem colaborativa.

No AVA os materiais didáticos se articulam numa arquitetura pedagógica previamente planejada. O desenvolvimento das disciplinas conta com Atividades para serem realizadas pelo aluno, em cada disciplina, utilizando a ferramenta Fórum no AVA e também a entrega de trabalho ou exercícios.

Para efetivar a interlocução entre a comunidade acadêmica virtual serão utilizados os seguintes recursos:

- Ambiente Virtual de Aprendizagem, com recursos de fórum, chat, caixa de mensagens, agenda, objetos de aprendizagem, planos de ensino, planos de aula, vídeo aulas, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, relatórios de frequência e participação discente e docente, relatório de notas, entre outros;
- Telefone/WhatsApp e E-mail.

Através desses recursos, o aluno terá acesso ao conteúdo das disciplinas e aos tutores, que mediarão o processo de aprendizagem.

10.5 Tecnologia de Informação e Comunicação - TICS

Com a acessibilidade comunicacional se elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braile, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital). Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença de interprete na sala de aula em consonância com a Lei de libras e Decreto de Acessibilidade. Nas Faculdades Integradas Rui Barbosa, o interprete é contrato, conforme as necessidades do aluno.

Acessibilidade Digital é o direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acessos físicos, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos. Evidencia-se a existência

dessa acessibilidade quando a IES possui acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência. Na IES está disponível aos discentes, docentes e técnicos administrativos, sistema operacional que permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo, assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho. Biblioteca Virtual (E-Livro): Acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma). Modo de exibição noturna. Prodeaf tradutor ou similar (Traduza frases e palavras de português para Língua Brasileira de Sinais - Libras).

Obedecidas às regras fixadas no Regimento Geral das Faculdades Integradas Rui Barbosa, confere-se ao docente a autonomia de estabelecer, de acordo com o programa e as características da disciplina, os métodos e instrumentos de avaliação, a saber: provas teóricas, provas práticas, realização e apresentação de trabalhos, seminários, avaliação do grau de participação. Os resultados obtidos nessas avaliações, e também o resultado obtido no ENADE, são discutidos, sistematicamente pelos docentes e pela coordenação do curso, permitindo reavaliação da metodologia, na busca da constante de melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Utilizando-se de tecnologias de informação e comunicação o processo de ensino é potencializado, possibilitando aos alunos relacionar trocando informações simultâneas, experiências e tendo uma comunicação imediata. Assim, temos a oportunidade de rompermos barreiras com a sala de aula, integrando o aluno à comunidade e sociedade de informação.

Além disso, considerando a interação humana mediada pela linguagem, ganha destaque a investigação de textos que circulam pela Internet, assim, em todas as aulas de análise linguística, faz-se presente o uso das TICs como veículos criadores de suportes para a diversidade textual no ciberespaço.

O computador, que é um equipamento de uso individual e simultâneo possui a seguinte relação equipamento/aluno que atende a necessidade dos alunos. A faculdade possui laboratórios de informática com máquinas e equipamentos, disponíveis para aulas práticas, com softwares específicos e utilização livre para pesquisas.

No processo ensino-aprendizagem, os alunos se familiarizam com o uso das ferramentas computacionais, adquirem habilidades e técnicas de desenho técnico, como aumento o conhecimento em específico da área.

O mundo atual passa por uma revolução tecnológica muito grande levando todos à busca constante por atualização nesse campo, por isso temos a considerar que todas as possibilidades que a Instituição tiver de inovar e se revestir de uma melhor estrutura tecnológica a ser disponibilizada, será feita, pois hoje, essa abertura de universos e oportunidades de acesso deve ser oferecida a todos os alunos indistintamente.

As Faculdades Integradas Rui Barbosa também possui setores de atendimento específicos que facilitam e oportunizam o desenvolvimento acadêmico do aluno, tais como:

- Acesso à biblioteca através da Internet e pesquisa local informatizada;
- Acesso à laboratórios de computação com internet;
- Acesso à rede wireless;
- Acesso ao boletim de controle de notas e faltas pela internet;
- Mecanismos de nivelamento para inclusão digital, formação pessoal e conhecimentos básicos.

10.6 Processo de Controle de Produção ou Distribuição de Material

Didático (Logística)

O material didático utilizado nas disciplinas ofertadas na modalidade à distância, é de responsabilidade EDUCAZ TECNOLOGIA EM EDUCAÇÃO E TREINAMENTO, em parceria com a Universidade Brasil.

A EDUCAZ oferece a prestação de serviços de Design Instrucional e Curadoria, prospecção, contratação, gestão e coordenação de professores conteudista, atividades de Design Gráfico, e revisor.

Assim, a empresa destina-se a apoiar e suportar os conteúdos apresentados nas disciplinas EAD, sendo concebidos e revisados de modo a permitir a excelente execução das atividades das disciplinas EAD do curso em questão. Garante assim que a formação definida no Projeto Pedagógico do Curso seja plenamente atendida, uma vez que atendem a critérios de abrangência, adequação bibliográfica às exigências da formação, aprofundamento e coerência teórica.

Os conteúdos trabalhados nos cursos que são oferecidos pelas unidades mantidas da UNIVERSIDADE BRASIL foram selecionados a partir da filosofia, princípios, objetivos e metas a serem alcançados e se adequam à natureza específica de cada curso oferecido.

Este trabalho conjunto encaminha a vida acadêmica, planejando os diferentes conteúdos programáticos, para que venham conferir uma base sólida de sustentação ao plano evolutivo da construção de conhecimentos, habilidades, hábitos, atitudes e valores, em cada um dos cursos que serão oferecidos pela Faculdade.

Para isso, dentro de uma orientação global, toma como base a Diretriz Curricular Nacional e os padrões de qualidade referentes ao Curso, bem como informações conceituais, reflexões e discussões levadas a efeito em reuniões e eventos de cada uma das áreas.

O planejamento do ensino-aprendizagem constitui-se em um dos processos pedagógico-administrativos de singular importância na organização, sendo que, a partir da

sua concretização prática nas salas de aulas e outros ambientes especiais, poderão ser alcançados os objetivos, as metas propostas para cada curso e concretizada a missão institucional. Este processo é realizado por meio de reuniões regulares, onde a decisão consensual é a tônica adotada, considerando os seguintes aspectos:

- O desenvolvimento das potencialidades educativas e afetivas que se quer construir como perfil de saída;
- Deve ser funcional, aplicável à profissão, ajustado à instituição, ser atualizado técnica e cientificamente;
- Deve ser flexível, permitindo e ajustando-se às particularidades dos alunos, prevendo saídas e permitindo a integração com conteúdos afins;
- Deve estar coerente a partir dos objetivos e competências propostos e, também, com a formação do profissional em questão;
- Atualidade, alcançada por meio da constante busca de novos conhecimentos;
- Contribuição social, com vistas a atender às necessidades da sociedade local, regional e nacional;
- Interdisciplinaridade dos conteúdos, possibilitando a compreensão do conteúdo a partir de diversas perspectivas.

Integração vertical e horizontal dos conteúdos, possibilitando não apenas a compreensão da sequência lógica dos conteúdos ao longo do curso, mas também a interligação entre as diversas áreas de conhecimento dentro de um todo complexo.

Nas disciplinas à distância os processos de ensinar e de aprender não acontecem de forma simultânea e nem em espaços necessariamente compartilhados por alunos e professores, as propostas de ensino nessa modalidade são mediadas por meio de materiais didáticos.

O material didático, tanto do ponto de vista da abordagem do conteúdo, quanto da forma é concebido de acordo com os princípios epistemológicos, metodológicos e políticos explicitados no Projeto Pedagógico de cada Curso, de modo a facilitar a construção do conhecimento e mediar a interlocução entre aluno e professor, devendo passar por rigoroso processo de avaliação prévia (pré-testagem), com o objetivo de identificar necessidades de ajustes, visando o seu aperfeiçoamento.

O desenvolvimento, bem como a aquisição de material didático-pedagógico é muito importante para a análise e seleção dos conteúdos a serem desenvolvidos dentro dos componentes curriculares, e essa é uma atividade que envolve dedicação da equipe de apoio técnico da Instituição.

Todos os materiais didáticos utilizados nas disciplinas à distância das mantidas pela UNIVERSIDADE BRASIL passam por rigoroso processo de aquisição e/ou produção, análise, revisão e diagramação.

Outro ponto relevante é a objetividade da escrita - a linguagem acadêmica deve ser priorizada; no entanto, os textos devem ser apresentados de forma clara e dialógica, convidando o aluno a compreender os conteúdos e a aprofundar-se em questões e conceitos fundamentais.

A equipe multidisciplinar é composta de professores e tutores com a responsabilidade de revisar o material didático adquirido pela empresa EDUCAZ, para ser veiculado pela Web. A equipe de revisão é integrada por profissionais das áreas de produção em mídias e conhecimento, especialistas em educação e novas tecnologias de comunicação e informação, além de diagramadores e especialistas em WEB, e os coordenadores dos respectivos cursos.

Todo os materiais educacionais e atividade propostas são baseadas nas melhores práticas pedagógicas encontradas no mercado, com a compreensão de que a aquisição, bem como o desenvolvimento do material didático, deve ter critérios estruturados, para que os projetos pedagógicos atendam aos requisitos de formação exigidos pelas Diretrizes Curriculares Nacionais respectivas, e que também possam expressar o pensamento da Instituição quanto, à cultura, à ciência e à formação profissional cidadã.

Os materiais didáticos (audiovisual e escrito), são adquiridos e/ou produzidos para o ambiente virtual de aprendizagem (AVA). Esse ambiente virtual possui livros digitais, vídeo aulas, e conteúdos complementares que possibilita o estudo e desenvolvimento das atividades acadêmicas que facilitam o processo ensino-aprendizagem.

11. CORPO DOCENTE

Os professores do curso devem estar permanentemente preocupados com a aprendizagem como processo qualitativo e interdisciplinar, dando prioridade à autoimagem dos alunos como geradora de melhor desempenho. Devem estar voltados para o desenvolvimento tanto no próprio corpo docente, quanto no discente, das características humanas requeridas pela atual sociedade em termos de espírito empreendedor, visão estratégica e generalista, compreensão holística da realidade e adaptabilidade aos cenários de mudança.

O corpo docente do curso deve estar imbuído da necessidade de aperfeiçoamento constante e contínuo de sua qualificação, competência técnica, cultural e pedagógica, atitudes responsáveis e éticas, demonstrando comprometimento com o futuro do país e da instituição, capacidade para trabalho coletivo, interdisciplinar e organizado, além de possibilitar aumento gradativo de sua carga horária de trabalho na instituição. A sua comprovada experiência na área do curso e suas habilitações são fundamentais ao bom êxito das atividades.

Para desempenhar com qualidade suas funções, os docentes devem:

- construir conhecimentos, competências, habilidades e atitudes previstas para atuação na educação superior;
- estar consciente de que sua formação deve contemplar os diferentes âmbitos do conhecimento profissional de sua área de atuação;
- entender que a seleção dos conteúdos do curso deve orientar-se pelas diretrizes e sugestões previstas neste Projeto Pedagógico, buscando identificar as necessidades dos alunos para que se garantam os conteúdos necessários às diferentes etapas da aprendizagem do curso de Direito;
- saber tratar os conteúdos ministrados no curso, de modo articulado com outros conteúdos e estratégias pedagógicas;
- entender que a avaliação é processo que deve orientar o trabalho do professor, a autonomia dos alunos em relação ao seu processo de aprendizagem e a qualificação de profissionais preparados para iniciar a carreira docente.

As atividades docentes compreendem:

I - As relacionadas com a preservação, elaboração e transmissão de conhecimentos, através de:

- a) aulas, conferências, seminários e outras formas de exposição de debates;
- b) realização de trabalhos práticos e treinamento;
- c) elaboração de trabalhos destinados à publicação e ligados ao ensino, pesquisa ou

extensão;

d) participação em congressos e reuniões de caráter científico, didático, cultural e artístico, para os quais seja designado.

II - as relacionadas com a formação ética dos alunos;

III - as relacionadas com a administração da faculdade ou da própria mantenedora, privativas do exercício da função docente a seguir:

a) participação em trabalhos de programação e assessoramento vinculados ao ensino, à pesquisa e à extensão;

b) participação em comissões para as quais forem designados, visando à seleção de novos docentes, verificação do aprendizado que não o da disciplina na qual seja titular, ou execução de outras atividades de interesse da Instituição.

11.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante – NDE

O NDE é o órgão consultivo e deliberativo, responsável pela concepção do Projeto Pedagógico do Curso, e tem por finalidade, a criação e consolidação do mesmo. A composição e atuação do NDE está baseada na Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior, Resolução N° 01, de 17 de junho de 2010.

De acordo com o Art. 2º da resolução citada acima são atribuições do Núcleo Docente Estruturante, entre outras:

I - contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso;

II - zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo;

III - indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso;

IV - zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Os membros deste núcleo são apresentados a seguir:

MEMBRO	TITULAÇÃO	FUNÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Mestre	Presidente	Integral
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Mestre	Secretário	Parcial
Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo	Mestre	Membro	Parcial
Aparecido Wilson Rodrigues	Doutor	Membro	Integral
Cristina Lacerda Soares Perarolha Silva	Doutor	Membro	Integral

Desde a sua criação, o NDE do curso de Direito atua em conjunto com os professores e coordenador do curso para implantação/desenvolvimento do PPC, discutidas em reuniões ordinárias realizadas periodicamente, isto é, mensalmente e/ou extraordinariamente com convocação específica e, devidamente registradas em atas.

11.2 Atuação do Coordenador

A coordenadora do curso de Direito é a Profa. Ms. Larissa Satie Fuzishima Komuro designada pelo Diretor da instituição sendo o responsável pelo curso – gestora eficaz, crítica, reflexiva, flexível e proativa – catalisa o comprometimento com uma visão clara e forte, bem como se envolve na busca vigorosa desta, estimulando padrões mais elevados de desempenho de todo o corpo docente e corpo discente de seu curso.

A coordenadora atua na gestão acadêmica e pedagógica do curso, desempenhando as atividades de planejamento e seleção de docentes, integração aluno-professor, reuniões com discentes e docentes, avaliação das atividades complementares, implementação de programas das semanas acadêmicas, visitas técnicas, controle da frequência e aprendizado discente, análise dos planos de ensino, controle do andamento e cumprimento do conteúdo programático das disciplinas do curso e análise metodológica das provas e trabalhos. Comparece às salas de aula, quando necessário, para avaliação e condução de anormalidades no clima interno, com poder de negociar situações novas. Atua no âmbito do NDE com trabalhos de acompanhamento e revisão do PPC, planejamento de revisão da bibliografia, aquisição de novas obras, acompanhamento da utilização do potencial bibliográfico. Ainda, conduz as reuniões de colegiado e participa de todas as reuniões de treinamentos e planejamentos acadêmicos realizados na IES.

Distribui encargos de ensino, pesquisa e extensão entre seus professores, respeitando as especialidades, bem como supervisiona e fiscaliza a execução das atividades programadas bem como a assiduidade dos professores e, desempenha outras funções inerentes ao cargo.

11.3 Experiência Profissional, de Magistério Superior e de Gestão Acadêmica do(a) Coordenador(a)

A coordenadora do curso de Direito é a Profa. Ms. Larissa Satie Fuzishima Komuro, Graduada e Mestre em Direito. Na experiência profissional, de magistério superior, conta com 10 anos.

11.4 Regime de Trabalho do Coordenador do Curso

O regime de trabalho do coordenador do curso de Direito é de 40 horas, regime integral.

11.5 Titulação do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa é composto atualmente por 8 (oito) docentes sendo:

- 02 doutores – 25%
- 06 mestres – 75%

Veja abaixo o quadro de docentes do curso e suas respectivas titulações.

DOCENTES	TITULAÇÃO
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Mestre
Ana Cláudia Colacino	Mestre
Antonio Ricardo Chiquito	Mestre
Aparecido Wilson Rodrigues	Doutor
Cristina Lacerda Soares Petrarolha Silva	Doutor
Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo	Mestre
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Mestre
Flavia Petra Melara Benatti	Mestre

11.6 Índice de Qualificação do Corpo Docente – IQCD

É um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior. O seu valor varia de 1 (todos os professores possuem apenas graduação) até 5, situação em que todos os docentes são doutores. O indicador é calculado por meio da expressão matemática: $IQCD = \frac{5D + 3M + 2E + G}{D + M + E + G}$, onde:

D = nº de professores com doutorado; M = nº de professores com mestrado; E = nº de professores com especialização; G = nº de professores apenas graduados; “/” significa dividido.

Assim, o curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, atualmente, pelo cálculo apresentado acima uma média ponderada da capacitação docente com IQCD = 3,5.

11.7 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso

O corpo docente do curso de Direito tem o seguinte regime de trabalho:

- Tempo Integral: 04 professores – 36%
- Tempo Parcial: 07 professores – 64%

Veja abaixo a relação de docentes e seus respectivos regimes de trabalho:

DOCENTES	REGIME DE TRABALHO
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Integral
Ana Cláudia Colacino	Integral
Antonio Ricardo Chiquito	Integral
Aparecido Wilson Rodrigues	Integral
Cristina Lacerda Soares Petrarolha Silva	Integral
Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo	Parcial
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Parcial
Flavia Petra Melara Benatti	Parcial

11.8 Quadro de Docentes

Os docentes do curso das Faculdades Integradas Rui Barbosa apresentam características compatíveis com o Projeto Pedagógico do Curso. O corpo docente do curso é constituído por pessoal que exerça atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração em geral.

A idoneidade profissional, a capacidade didática, a integridade moral e a boa conduta são condições para o ingresso e permanência no Quadro de Pessoal Docente da Instituição (Quadro 4). A admissão de professores, cumpridas as normas regimentais, far-se-á mediante contrato de trabalho celebrado com a Entidade Mantenedora.

As estatísticas de qualificação do corpo docente das Faculdades Integradas Rui Barbosa indicam que o mesmo é constituído por profissionais capacitados por mestrado, todos aptos à docência no ensino superior, fator que contribui para a excelência do ensino oferecido.

11.9 Experiência Profissional do Corpo Docente do Curso de Direito

As Faculdades Integradas Rui Barbosa delinearam como perfil do quadro docente para seus cursos de graduação, professores que possuem formação e experiência profissional nas áreas das unidades curriculares e disciplinas a serem ministradas em cada

curso.

Assim, o corpo docente do curso de Direito é composto por docentes qualificados com ampla experiência profissional, inseridos em suas respectivas áreas de atuação e preocupados em buscar uma qualificação profissional compatível com as exigências de uma instituição inovadora e participante, que objetiva formar profissionais para atuar na área de Direito com alto grau de excelência.

A Instituição tem a preocupação de manter em seu quadro docente, aqueles cuja formação e experiência atendam satisfatoriamente aos objetivos pedagógicos institucionais, com qualidade e excelência acadêmica.

Assim, os docentes do curso possuem experiência profissional comprovada que demonstra e justifica a relação entre a experiência docente para apresentar exemplos contextualizados com relação a problemas práticos, de aplicação da teoria ministrada em diferentes unidades curriculares em relação ao fazer profissional. Os docentes se mantêm atualizado com relação à interação conteúdo e prática, que possibilita a aplicação da interdisciplinaridade no contexto laboral e analisa as competências previstas no PPC considerando o conteúdo abordado e a profissão.

O tempo de experiência profissional do corpo docente do curso de Direito está ilustrado abaixo.

DOCENTES	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL (ANOS)
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Direito	Mestre	14
Ana Cláudia Colacino	Psicologia	Mestre	12
Antonio Ricardo Chiquito	Direito / Eng de Produção / Eng Civil / C. Contábeis e Adm	Mestre	22
Aparecido Wilson Rodrigues	Pedagogia, Estudos Sociais, História e Geografia	Doutor	53
Cristina Lacerda Soares Petrarolha Silva	Ciências Biológicas/ Direito	Doutor	36
Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo	Educação/Direito/ Pedagogia	Mestre	26
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Direito/Administração	Mestre	18
Flavia Petra Melara Benatti	Direito	Mestre	25

11.10 Experiência de Magistério Superior do Corpo Docente do Curso de Direito

A experiência de magistério superior do corpo docente do curso de Direito é apresentada abaixo. Fica evidente a experiência na docência superior por parte do quadro de docentes, já que mais de 50% dos professores do curso estão em sala de aula há mais de 04 anos.

DOCENTES	GRADUAÇÃO	TITULAÇÃO	EXPERIÊNCIA MAGISTÉRIO SUPERIOR (ANOS)
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Direito	Mestre	13
Ana Cláudia Colacino	Psicologia	Mestre	5
Antonio Ricardo Chiquito	Direito / Eng de Produção / Eng Civil / C. Contábeis e Adm	Mestre	16
Aparecido Wilson Rodrigues	Pedagogia, Estudos Sociais, Historia e Geografia	Doutor	45
Cristina Lacerda Soares Petrarolha Silva	iências Biológicas/ Direito	Doutor	22
Laura de Cássia Ribeiro Lima Adamo	Educação/Direito/ Pedagogia	Mestre	7
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Direito/Administração	Mestre	12
Flavia Petra Melara Benatti	Direito	Mestre	16

11.11 Produção Científica, Cultural, Artística ou Tecnológica do Corpo Docente do Curso de Direito

As Faculdades Integradas Rui Barbosa mantém mecanismos institucionais de apoio à produção pedagógica, científica, técnica, cultural e artística dos seus docentes. Para tanto, tem como objetivos:

- Desenvolver e difundir pesquisas nas suas áreas de atuação e que possam constituir-se em diferencial efetivo para a IES;
- Elaborar calendário de eventos para a divulgação da produção científica, técnica, cultural e artística dos docentes;
- Divulgar o trabalho do Núcleo de Pesquisa mediante redes cooperativas;
- Estimular o desenvolvimento de atitudes empreendedoras entre alunos e professores;
- Incentivar o intercâmbio de pesquisadores da instituição, nos planos local, nacional e internacional.

A Faculdade dispõe de apoio à pesquisa que estimula a produção científica docente e discente através de incentivo à publicação e de programas de Iniciação Científica, com organização de congressos internos ao mesmo tempo que estimula a participação discente em congressos regionais e nacionais.

11.12 Funcionamento do Colegiado de Curso ou Equivalente

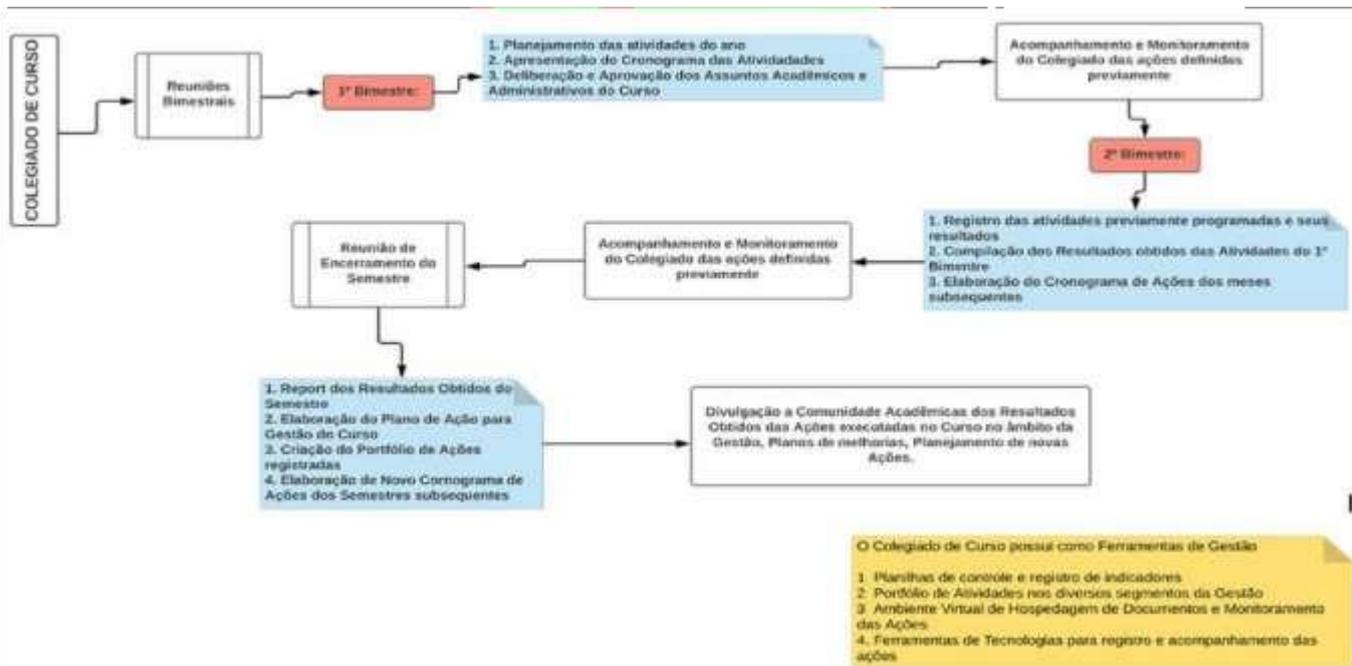
O Colegiado de Curso é o órgão de coordenação didático destinado a elaborar e implantar a política de ensino do respectivo curso e acompanhar a sua execução, ressalvada a competência do Órgão Superior.

O Colegiado é composto por no mínimo 5 (cinco) docentes de disciplinas da área do curso e/ou afins e por 2 (dois) representantes do corpo discente, nos quais são eleitos por seus pares, com direito a voto.

Os membros desta comissão são apresentados a seguir:

REPRESENTANTES	MEMBROS
Larissa Satie Fuzishima Komuro	Presidente/Coordenador
Ana Claudia Colacino	Docente
Antonio Ricardo Chiquito	Docente
Aparecido Wilson Rodrigues	Docente
Cristina Lacerda Soares Perarolha Silva	Docente
Laura de Cássia Ribeiro Lima	Docente
Maria Fernanda Paci Hirata Shimada	Docente
Flavia Petra Melara Benatti	Docente
Cristina Saemi Kuriyama Chagas	Discente
Francisco Leomagno Lima Dos Santos	Discente

As reuniões ordinárias do Colegiado são realizadas bimestrais e/ou extraordinariamente com convocação específica e com resultados registrados em atas e arquivados. A atuação básica consiste em conduzir o processo de ensino, pesquisa e extensão, com atividades de planejamento, seleção de novos docentes, e solicitação de melhorias para o curso.



Fluxograma 1 - Fluxo de Atuação do Colegiado de Curso

12 INFRAESTRUTURA FÍSICA E INSTALAÇÕES ACADÊMICAS

As Faculdades Integradas Rui Barbosa, situada no Município de Andradina, Estado de São Paulo, possui todas suas dependências adequadas ao desenvolvimento das atividades e disciplinas curriculares.

As especificações dos espaços obedecem aos padrões arquitetônicos recomendados quanto à ventilação, iluminação, dimensão e destinação específica.

As salas de aula, laboratórios, biblioteca, cantinas e outras dependências são de uso privativo dos corpos docente, discente e técnico-administrativo, permitido o acesso de pessoas estranhas apenas quando da realização de eventos, encontros culturais, seminários ou em casos de expressa autorização da Direção Geral.

A infraestrutura física está à disposição dos alunos para atividades extraclasse, desde que pertinentes aos cursos ofertados e dentro dos horários devidamente agendados.

As salas de aula estão aparelhadas para possibilitar melhor desempenho docente e discente.

As instalações atuais estão apresentadas no quadro a seguir, onde são listadas de forma detalhada as especificações dos espaços disponíveis para utilização pela comunidade das Faculdades Integradas Rui Barbosa.

12.1. Gabinete de trabalho para professores de tempo integral

Os professores em regime de trabalho integral possuem uma sala, devidamente climatizada, com iluminação natural e artificial, equipada com mesas, cadeiras, telefone e computador com acesso à Internet e sala de reunião.

O espaço é comum, atendendo a programação de utilização.

12.2. Espaço do trabalho para a coordenação do curso e serviços acadêmicos

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB disponibilizam de salas destinada as atividades de coordenação e serviços acadêmicos, com mesas, cadeiras, armários e computadores ligados à rede de Internet e atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, acessibilidade, conservação, equipamentos, gabinete individual para coordenador, número de funcionários, atendimento aos alunos e aos docentes.

12.3. Sala de professores

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB possuem espaço adequado destinado a sala de professores, com mesas para reuniões com cadeiras, quadro de avisos, abastecimento com água mineral, computadores ligados a internet para pesquisa e digitação de notas e armários individuais. Atendem aos requisitos de disponibilidade de equipamentos

em função do número de professores, dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade.

A instituição adota uma política de permanente manutenção dos seus espaços físicos que incluem as salas dos professores, as quais estão equipadas com computadores conectados à internet e mobiliários diversos para promover a convivência e oferecer mais conforto.

12.4. Salas de aula

As salas de aula utilizadas pelos diversos cursos possuem boa estrutura, são ventiladas e iluminadas, com iluminação natural e artificial, estão mobiliadas com carteiras individuais para os alunos, mesa e cadeira para o professor, quadro branco, ar condicionado, data show e computador.

O acesso aos portadores de necessidades especiais se dá por meio de rampa, banheiros adaptados.

12.5. Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB possuem 2 (dois) Laboratórios de Informática, que dispõem de 20 Computadores cada laboratório (DELL PROCESSADOR CORE i3, 4GB de memória RAM, HD 500GB, Monitor 19 Polegadas, teclado e mouse DELL, com Sistema Operacional Windows 7 - 64 Bits, Office 2016 – Profissional, acesso à internet), disponíveis para aulas práticas, com softwares específicos (AutoCad, Octave, Arena, Ftool e DEV C++) e utilização livre para pesquisas, com computadores disponibilizados para atendimentos especiais, além de teclados em Braille e fones de ouvido.

O mundo atual passa por uma revolução tecnológica muito grande levando todos à busca constante por atualização nesse campo, por isso temos a considerar que todas as possibilidades que a Instituição tiver de inovar e se revestir de uma melhor estrutura tecnológica a ser disponibilizada, será feita, pois hoje, essa abertura de universos e oportunidades de acesso deve ser oferecida a todos os alunos indistintamente.

12.6 Biblioteca: Infraestrutura e Serviços

As Faculdades Integradas Rui Barbosa possui uma Biblioteca e computadores para serem utilizados pelos alunos na pesquisa à base de dados local e outras bases nacionais e internacionais na procura de referências bibliográficas, incluídos no portal da CAPES.

Possui instalações de gabinetes individuais de estudo e salas para estudos individuais ou em grupo. As instalações para o acervo estão adequadas para a quantidade de alunos e livros existentes, devendo ser melhorada de acordo com as necessidades futuras.

As Faculdades integradas Rui Barbosa possui uma biblioteca, com cabines individuais e coletivas para estudo, mesas redondas e cadeiras, computadores para consulta e para portador de necessidades especiais, com teclados em Braille e fones de ouvido, para pesquisa na internet e consulta online do acervo.

A Biblioteca das FIRB foi criada inicialmente com o objetivo de fornecer apoio bibliográfico às atividades de ensino e pesquisa, desenvolvidas pelos Cursos implantados na instituição. A Biblioteca hoje, funciona como um centro prestador de serviços de disseminação e acesso de informações, prezando no atendimento às necessidades dos usuários internos e externos no que tange pesquisas, levantamentos bibliográficos e atividades, elaboração e orientação de fichas catalográficas, empréstimos entre bibliotecas com outras instituições da rede, e também as de cunho artístico e cultural.

O acervo é de livre acesso, podendo o usuário, desde que esteja inscrito na biblioteca, consultar os materiais diretamente nas estantes ou de maneira virtual não apenas os materiais disponíveis fisicamente como os periódicos eletrônicos, através no site da Faculdade no link biblioteca.

A infraestrutura da biblioteca apresenta espaço e acervos suficientes para atender a capacidade de atendimento e qualidade em serviços oferecidos a comunidade acadêmica. O ambiente atende aos requisitos de dimensão, iluminação, ventilação, acessibilidade, limpeza, conservação e equipamentos.

Organizada de acordo com os princípios internacionalmente aceitos em biblioteconomia, rege-se por regimento próprio.

Além disso, a Biblioteca possui:

- Regulamento para atendimento e consulta: que descreve os procedimentos para acesso aos serviços, normas de utilização das salas de estudo em grupo, dos serviços de referência, do serviço de cópias, de empréstimo domiciliar, de guarda-volumes e de utilização do espaço físico;
- Convênios com Biblioteca Virtual E-Livros e periódicos online;
- Plano de Contingência: que é o instrumento que fornece antecipadamente, informação necessária sobre os procedimentos a serem adotados em situações de emergência.

Horário de atendimento - segundas-feiras às sextas-feiras das 13h às 22h e aos sábados das 8h às 12h

O Regulamento da Biblioteca está disponível na IES para consulta.

12.6.1 Biblioteca: Plano de Atualização do Acervo

O acervo de livro é adequado em quantidade, pertinência, relevância acadêmico-científica e atualização; contempla as bibliografias, básica e complementar, dos cursos oferecidos pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa. A adequação dos periódicos impressos é verificada de acordo com a necessidade dos usuários da Biblioteca e daqueles específicos dos cursos oferecidos pela Instituição.

Para atender usuários potenciais da Biblioteca, os mecanismos de seleção, aquisição e atualização do acervo bibliográfico e audiovisual, tomam por base, tanto a bibliografia arrolada nos programas de ensino dos Projetos Pedagógicos de cada um dos cursos da instituição, como as bibliografias recomendadas pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE, em conjunto com os coordenadores e professores, fruto das reuniões periódicas.

De forma geral, para assegurar a qualidade e atualização do acervo bibliográfico e audiovisual, os critérios adotados são:

- adequação do material aos objetivos do curso e da disciplina;
- autoridade/conceito do autor;
- equilíbrio da obra quanto à distribuição do conteúdo;
- qualidade técnica quanto a ponto de vista gráfico e/ou sonoro;
- custo justificável em consideração à verba disponível;
- idioma acessível aos usuários;
- atualidade do material;
- disponibilização de livros-texto, na razão de um livro para cada 10 e menos 15 vagas autorizadas/ reconhecidas, nos cursos de graduação;
- disponibilização da bibliografia complementar, na proporção de dois exemplares para cada título;
- disponibilização dos demais títulos, em função de estatísticas de empréstimo e uso da coleção e da disponibilidade de outros títulos similares na coleção da Biblioteca.

Todos o acervo da Biblioteca das Faculdades Integradas Rui Barbosa permite o acesso a todo material bibliográfico por meio de terminais de consulta, listagens e fichários. É permitido o empréstimo domiciliar para alunos e funcionários da instituição. No caso de usuários externos é permitida a consulta local.

O acesso à internet é permitido apenas para alunos e funcionários e utilizado o sistema de reserva para uso da internet e dos equipamentos quando há muita procura.

O usuário pode fazer solicitações e renovações via área do aluno, no link para a biblioteca.

A biblioteca tem seu acervo ampliado e atualizado principalmente de acordo com as solicitações dos professores. Dá-se prioridade ao aumento do número de exemplares para os livros textos de todos os cursos, tudo isso em conformidade com a verba orçamentária que é

específica.

O Acervo virtual de livros e periódicos é acessado por alunos e colaboradores por meio de área específica no portal. A biblioteca virtual está disponível também para acesso em qualquer local de interesse do aluno.

A IES conta com terminais de consulta dentro da própria biblioteca e conta com laboratório de informática disponível para pesquisas. O acesso à internet é feito por diversos computadores de uso livre para os alunos e funcionários.

A política de desenvolvimento de aquisição, expansão e atualização do acervo da biblioteca do Instituto tem por finalidade a definição de critérios para a atualização do acervo, bem como a necessidade da aplicação correta dos recursos orçamentários disponibilizados pela Instituição, uma vez que essa política prevê a otimização da utilização dos recursos financeiros disponíveis. Para que os objetivos sejam alcançados, é fundamental que não só os profissionais da informação estejam envolvidos no processo decisório, mas também o corpo técnico (coordenadores, professores), pois contribuirão sobremaneira para a tomada de decisão, por meio de seus conhecimentos.

Todo o acervo é informatizado e funciona em rede. O software utilizado é o TOTVS, que possibilita a consulta e a alimentação das bases de dados simultaneamente. O sistema permite controle e acesso a módulos de consulta, catalogação e circulação, e possibilita ao aluno fazer reservas, devoluções, empréstimos e renovações.

Os alunos e professores dos cursos das Faculdades Integradas Rui Barbosa - tem acesso a Biblioteca Virtual, E-Livro Educacional Brasil SA, inscrita no CNPJ nº. 34.878.390/0001-19, com aproximadamente 11 mil títulos, com funções de acessibilidade, tais como: acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma) e modo de exibição noturna. E periódicos indexados na Base EBSCO, conforme as áreas do conhecimento.

A Biblioteca da IES, possui como instrumento para aquisição, expansão e atualização do acervo a Política de Desenvolvimento de Coleções (PDC), cuja finalidade é de estabelecer parâmetros e responsabilidades para o desenvolvimento do acervo bibliográfico, norteando o planejamento e avaliação das coleções, e funcionando como um guia para fundamentar a tomada de decisão do profissional bibliotecário em relação à composição do acervo, e de apontar o método de trabalho para consecução dos objetivos. Sendo revisada garantindo assim, a cada 02 (dois) anos a adequação à necessidade da comunidade universitária, aos objetivos da Biblioteca e aos da IES.

A formação do acervo deve ser constituída de acordo com seus recursos orçamentários, e deverá adquirir diferentes tipos de materiais, tais como: Obras de Referência; Bibliografias, Índices, Catálogos; Livros; Periódicos; Trabalhos Acadêmicos; Folhetos; Jornais; DVD e outros, tanto impresso como em formato eletrônico.

A aquisição dos materiais é um processo administrativo que requer estratégias e

ações que visem o melhor uso do recurso financeiro associado à eficácia no atendimento ao solicitante. As modalidades da Aquisição podem ser:

Compra: Devido às restrições orçamentárias e a grande quantidade de documentos produzidos, torna-se impossível para qualquer biblioteca universitária adquirir todo o material bibliográfico disponível no mercado editorial. Sendo assim, a Biblioteca estabeleceu as seguintes prioridades para compra de material bibliográfico:

- a) periódicos de referência (Base de Dados, Bibliografias, etc.);
- b) assinatura de periódicos cujos títulos já fazem parte da lista básica, conforme indicação dos docentes;
- c) obras que estejam na bibliografia dos cursos de graduação;
- d) obras para cursos em fase de reconhecimento, credenciamento, recredenciamento;
- e) obras para implantação de novos cursos;
- f) desenvolvimento de pesquisas;
- g) materiais para dar suporte técnico a outros setores da Instituição.

A ordem estabelecida acima não significa a prioritária, mas sim, critérios a serem observados no valor da verba para aquisição. Os casos não previstos serão submetidos à apreciação das Coordenações.

Doação: Materiais recebidos como doações serão submetidos aos mesmos critérios do material comprado. Não serão adicionados novos títulos ou volumes ao acervo somente porque foram recebidos de forma gratuita. Quanto às doações recebidas, a Biblioteca poderá dispor das mesmas, da seguinte maneira: incorporá-las ao acervo; doá-las ou permutá-las com outras Instituições e/ou descartá-las. Seleção das obras doadas: serão verificados os critérios abaixo:

a) Livros

- Autoridade do autor, editor e do próprio tradutor, se for o caso;
- Relevância do conteúdo para a comunidade universitária;
- Indicação do título em bibliografias e abstracts;
- Condições físicas do material;
- Língua em que está impresso.

b) Periódicos

- No caso da existência do título, serão aceitos para completar falhas ou coleção;
- No caso de não existência do título, serão aceitos somente aqueles cujos conteúdos sejam adequados aos interesses da comunidade universitária;
- Indexação do título em índices e abstracts;
- Citação do título em bibliografias.

- c) Materiais não convencionais
- Para incorporação ao acervo serão obedecidos os mesmos critérios da aquisição deste tipo de material por compra.

Permuta: a) Livros - as obras permutadas com as Livrarias ou Instituições de Ensino Superior serão selecionadas e acrescentadas ao acervo de acordo com a relevância e diversificação do material, atendendo as sugestões dos usuários; b) Periódicos - os periódicos permutados com as Editoras ou Instituições de Ensino Superior serão selecionados e acrescentados ao acervo de acordo com a relevância dos títulos e os cursos oferecidos pela Faculdade.

Desbastamento: é o processo pelo qual se retiram do acervo ativo títulos ou exemplares, parte de coleções, quer para remanejamento ou para descarte. Deve ser um processo contínuo e sistemático, para manter a qualidade da coleção. O desbastamento da coleção deverá ser feito no máximo a cada 03 (três) anos.

Remanejamento: É a armazenagem em depósito da Biblioteca do material bibliográfico retirado do acervo ativo, com o objetivo de abrir espaços para materiais novos. Este material ficará organizado e à disposição da comunidade quando solicitado. Critérios para se remanejar material bibliográfico:

- Títulos históricos e não utilizados durante os últimos 5 (cinco) anos;
- Coleção de periódicos correntes, anteriores aos últimos 3 (três) anos;
- Coleções de periódicos de compra encerrada e que tenham em formato eletrônico;
- Coleções de periódicos de valor histórico.

Descarte: Chama-se descarte, o processo mediante o qual o material bibliográfico, após ser avaliado, é retirado da coleção ativa, seja para ser doado a outras Instituições ou ainda eliminado do acervo, possibilitando a economia de espaço. A Biblioteca adotará para descarte de livros os seguintes critérios:

- a) inadequação: obras cujos conteúdos não interessam à Instituição, as incorporadas ao acervo anteriormente sem uma seleção prévia ou escritas em línguas pouco acessíveis;
- b) desatualização: este critério se aplica principalmente às obras cujos conteúdos já foram superados por novas edições. Entretanto, para aplicação deste critério, deve-se levar em consideração, principalmente, a área de conhecimento a que se refere a obra;
- c) condições físicas (sujas, infectadas, deterioradas ou rasgadas). Após análise do conteúdo e relevância da obra, esta deverá ser recuperada se for considerada de valor e não disponível no mercado para substituição. Havendo possibilidade

de substituição com seu custo inferior à da recuperação do material, será feita a aquisição e o material descartado;

- d) duplicatas: número excessivo de cópias de um mesmo título em relação à demanda.

Para o descarte de periódicos, a Biblioteca adotará os seguintes critérios:

- a) coleções não correntes que não apresentem demanda;
- b) periódicos de divulgação geral ou de interesse temporário;
- c) periódicos recebidos em duplicata;
- d) coleções de periódicos de caráter não científico.

Os critérios para descarte de trabalhos acadêmicos seguirão os mesmos critérios referentes a descarte de livros.

12.6.2 Bibliografia Básica por Unidade Curricular

Na formação da bibliografia básica do curso de Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, considerou-se para cada unidade de ensino um mínimo de 3 (três) títulos, sendo que, para cada uma das obras indicadas existe em média um exemplar na biblioteca para até 6 (seis) alunos, os quais estão devidamente atualizados e tombados junto ao acervo patrimonial da IES e devidamente referendado pelo NDE.

12.6.3 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

Na formação da bibliografia complementar do presente curso, considerou-se para cada unidade de ensino um mínimo de 5 (cinco) títulos, o que atende de forma excelente ao programa fixado nos planos de ensino das disciplinas do curso, os quais estão devidamente atualizados e tombados junto ao patrimônio da IES e devidamente referendado pelo NDE.

12.6.4 Biblioteca Virtual

Os alunos dos cursos das Faculdades Integradas Rui Barbosa tem acesso a *E-Livro Educacional Brasil SA*, inscrita no CNPJ nº. 34.878.390/0001-19, com aproximadamente 11 mil títulos, com funções de acessibilidade, tais como: acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta), configurando a velocidade, o volume e a voz (idioma) e modo de exibição noturna. O Acervo virtual de livros e periódicos é acessado por alunos e colaboradores por meio de área específica no portal. A biblioteca virtual está disponível também para acesso em qualquer local de interesse do aluno e do professor, com acesso 24 horas/dia.

A *E-Livro Educacional* conta com um acervo completo e funcionalidades exclusivas, com praticidade, flexibilidade e segurança para suas pesquisas, por meio de:

- Tecnologia avançada e dinâmica de busca;

- Conteúdos únicos e exclusivos;
- Atualização constante do acervo;
- Presença global;
- Leitor online (text to speech) em 3 idiomas: Inglês, Português e Espanhol;
- Possibilidade de acesso à leitura modo offline;
- Funcionalidades dinâmicas como: Modo resumo, Citações Compartilhadas, Tradutor, Maps, Youtube e muito mais;
- Plataforma segura e responsiva.

12.6.5 Periódicos Especializados

As Faculdades Integradas Rui Barbosa reconhece a importância e a imprescindibilidade dos periódicos especializados na construção do saber, principalmente em atividades ligadas ao ensino e pesquisa, dispensando constante atenção para a continuada expansão do acervo de periódicos da sua Biblioteca. Atualmente, o acervo da Biblioteca conta com títulos indexados na Base EBSCO, entre outros das áreas do conhecimento.

12.7 Salas de Apoio de Informática ou Estrutura Equivalente

As Faculdades Integradas “Rui Barbosa” - FIRB possuem 2 (dois) Laboratórios de Informática, que dispõem de 20 Computadores cada laboratório (DELL PROCESSADOR CORE i3, 4GB de memória RAM, HD 500GB, Monitor 19 Polegadas, teclado e mouse DELL, com Sistema Operacional Windows 7 - 64 Bits, Office 2016 – Profissional, acesso à internet), disponíveis para aulas práticas, com softwares específicos (AutoCad, Octave, Arena, Ftool e DEV C++) e utilização livre para pesquisas, com computadores disponibilizados para atendimentos especiais, além de teclados em Braille e fones de ouvido.

O mundo atual passa por uma revolução tecnológica muito grande levando todos à busca constante por atualização nesse campo, por isso temos a considerar que todas as possibilidades que a Instituição tiver de inovar e se revestir de uma melhor estrutura tecnológica a ser disponibilizada, será feita, pois hoje, essa abertura de universos e oportunidades de acesso deve ser oferecida a todos os alunos indistintamente.

Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

A IES dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação com rede de computadores que interliga equipamentos entre microcomputadores, impressoras entre outros.

A IES conta com uma estrutura própria de acesso à Internet, para uso acadêmico, que opera por fibra óptica, disponível através de computadores ligado à rede cabeada e três pontos de transmissão de rede sem fio, cobrindo todo perímetro da instituição.

Este recurso está disponível internamente aos alunos, tanto para atividades de aula

como para atividades extra aula, oferecendo possibilidades de pesquisa e desenvolvimento de trabalhos.

Para manter este parque tecnológico a Instituição conta com um Departamento de Tecnologia da Informação da mantenedora, auxiliado pelo responsável local. Estes são responsáveis pela manutenção preventiva e corretiva dessa infraestrutura com corpo técnico especializado.

Objetivo: A política de aquisição, atualização e manutenção de equipamentos de Tecnologia da Informação visa garantir aos cursos de graduação e extensão da Faculdade infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento.

O programa de atualização da Faculdade oferece acesso à hardwares e softwares disponíveis no mercado. Para atendimento quanto à acessibilidade, os laboratórios de informática são equipados com softwares específicos de leitura de tela, teclados adaptados, fones de ouvido e espaço reservado para cadeirantes.

Laboratório de Informática, Departamentos Acadêmicos e Departamentos Administrativos

A IES possui microcomputadores distribuídos entre os laboratórios de informática, departamentos acadêmicos e departamentos administrativos da IES, conta com Datashow.

Periodicamente, são realizadas atividades de manutenção e no caso de defeito em equipamentos, a substituição deste é realizada.

Os critérios de prioridade de atualização dos equipamentos são analisados em duas dimensões: critérios estratégicos para os serviços educacionais da Instituição (passíveis de deferimento pelo Departamento de Tecnologia da Informação e critérios técnicos).

Os critérios técnicos são identificados pelo tempo de uso do equipamento, uso de recursos de processamento, capacidade de armazenamento, acesso à rede e demanda de manutenções corretivas.

Plano de Ampliação da Internet

A IES conta com internet banda larga, distribuída em toda a instituição através de rede cabeada e rede sem fio, contando com bloqueio de websites indesejados através de firewall.

Para melhorar a segurança está em processo de implantação um servidor Proxy e Firewall para monitoramento da Internet que passará a dispor de controle rigoroso e proteção, proporcionando maior segurança e possibilitando uma expansão gradativa da velocidade de conexão sem a troca de equipamentos, bastando a contratação de mais banda com o provedor atual.

Expansão de Hardware e Software

A expansão da infraestrutura de tecnologia deve ser prevista no PDI da IES. Após aprovação pela direção da Faculdade, a necessidade de expansão deve ser encaminhada ao Departamento de Tecnologia da Informação que, por sua vez, definirá as configurações de hardwares e softwares necessárias, bem como o projeto de implantação, e encaminhará para o Departamento de Compras.

Manutenção Preventiva e Corretiva

O Departamento de Tecnologia da Informação (TI) possui uma equipe de técnicos e monitores de laboratórios de informática. Essa equipe é responsável por manter a infraestrutura de Tecnologia da Informação em condições perfeitas de uso, oferecendo serviços de suporte, manutenção preventiva e manutenção corretiva. O Departamento de Tecnologia da Informação planeja e executa um cronograma de manutenção preventiva anualmente em todos os equipamentos de Tecnologia da Informação da Instituição.

As manutenções corretivas são realizadas através das ocorrências identificadas na manutenção preventiva. E também podem ser solicitadas pelos usuários diretamente ao Departamento de Tecnologia da Informação. O suporte e manutenção dos equipamentos obedecem ao seguinte Programa de Manutenção:

- **Manutenção Permanente:** Realizada pelo técnico da Faculdade. Consiste na verificação diária do funcionamento normal de todos os computadores, antes do início de utilização do Laboratório de Informática;
- **Manutenção Preventiva:** Realizada semanalmente no Laboratório de Informática pelo técnico da IES, onde é realizada a verificação das conexões e estado geral dos equipamentos;
- **Manutenção Corretiva (interna):** Realizada pelo técnico da IES. Consiste na solução dos problemas detectados na manutenção permanente e preventiva;
- **Manutenção Corretiva (externa):** Realizada por empresa de suporte externa.

12.8 Instalações Sanitárias

As Faculdades Integradas Rui Barbosa possuem espaço adequado para as instalações sanitárias, atendem aos requisitos de dimensão, limpeza, segurança, iluminação, ventilação, acessibilidade, conservação e comodidade, possui gerenciamento da manutenção patrimonial, com normas institucionalizadas.

12.9 Laboratório de Informática

Os laboratórios de Informática são utilizados com o objetivo de auxiliar os discentes e docentes no conteúdo das disciplinas relacionadas a informática e Direito bem como outras de modo geral.

Os laboratórios de Informática servem para integrar os recursos tecnológicos à comunidade acadêmica, objetivando dinamizar o processo de ensino, pesquisa e extensão. São de uso exclusivo dos alunos e professores e seu uso é comum a todos os cursos. O laboratório é equipado com softwares apropriados para pesquisa e para o desenvolvimento e visualização da prática exigida pelo curso de Direito, além softwares para acessibilidade.

Cabe ressaltar que o laboratório de informática poderá ser utilizado pela comunidade acadêmica fora do horário previsto para aula. Para viabilizar esta utilização, as Faculdades Integradas Rui Barbosa mantém os laboratórios em funcionamento das 08h às 22 horas de segunda a sexta-feira e, aos sábados, das 8 às 12 horas, com a supervisão do pessoal de apoio ligado a TI.

Os equipamentos são atualizados periodicamente. Além disso, a Faculdade realiza pesquisas para a avaliação dos equipamentos lançados no mercado e que melhor atendem às necessidades de sua comunidade acadêmica.

Os softwares disponíveis na IES são atualizados anualmente ou conforme solicitação do corpo docente. A manutenção dos equipamentos e atualização de programas é feita por funcionários da própria da faculdade, qualificados para esse fim.

12.10 Infraestrutura Tecnológica

Os equipamentos de informática e internet são atualizados e em número adequado para a quantidade de usuários. Os terminais são localizados nas bibliotecas, laboratórios, secretarias, sala dos professores, coordenação e setores administrativos.

Os discentes também utilizam para suas atividades e pesquisas os computadores instalados na sala dos professores, salas de estudos da Biblioteca e Laboratórios de Informática. Os equipamentos e materiais disponíveis para os discentes são em quantidade suficiente para o desenvolvimento das atividades acadêmicas, compatíveis com a proposta pedagógica de cada curso.

A acessibilidade de rede internet/intranet em velocidade desejável, tendo em vista que o perfil de alunos do Instituto tem seus próprios equipamentos e quando não, podem fazer uso dos equipamentos disponibilizados na IES, é o foco da infraestrutura de informática.

A Faculdade dispõe atualmente de infraestrutura de Tecnologia da Informação - TI com rede de comunicação que interliga computadores e impressoras. Essa rede está conectada à Internet banda larga com fibra ótica de 20 Mb de banda dedicada.

A política de aquisição e atualização de hardwares visa atender a demanda. Todas as compras são feitas periodicamente, e são direcionadas através da apuração das necessidades, com base nas novas tecnologias, e tendências. Sendo que, em alguns casos opta-se pela locação de equipamentos.

A equipe de TI mantém alguns equipamentos em estoque, caso venha a surgir algum

tipo de problema. Portanto, a política de manutenção de equipamentos de tecnologia visa garantir aos cursos a infraestrutura de tecnologia adequada para seu melhor funcionamento. Todos os equipamentos (computadores, impressoras, teclados, mouses, monitores, roteadores, Datashow, etc.) que são usados para o ensino presencial, são revisados mensalmente, através de manutenção preventiva, e substituídos se necessário.

Considerando a oferta de recursos de Ferramentas e Sistemas Operacionais livres, a Faculdade desenvolve política e disseminação do uso de Software Livre em um dos seus laboratórios de Informática, visando aumentar o conhecimento dos alunos, seus benefícios económicos e os possíveis resultados em um mercado competitivo. Frente a crescente expansão e atualização dos softwares no mercado, a faculdade vem se reciclando a cada surgimento de uma nova funcionalidade ou ferramenta significativa, desde que as mudanças sejam realmente importantes para o aprendizado dos Discentes nas duas modalidades.

Como também, contemplando a área administrativa, de modo que está tenha uma melhor agilidade no atendimento aos Discentes e melhoria no fluxo de trabalho. A Faculdade disponibiliza computadores nos departamentos de atendimento ao Discente, apoio aos Docentes, e apoio/consulta na biblioteca física.

Além disso, a Faculdade vem traçando e aprimorando um plano de contingência que objetiva estabelecer procedimentos de comunicação e mobilização para controle e tratamentos de incidentes, com foco na redução de impacto negativo causado por desastres e no restabelecimento dos serviços de Tecnologia da Informação (TI). Em caso de contingências e emergências que possam ocorrer durante as atividades na execução dos serviços de Tecnologia da Informação, o plano de contingência contém os procedimentos de correção e/ou eliminação dos problemas. Para tanto, esse plano deve assegurar que os processos críticos têm seus riscos identificados, avaliados, monitorados e controlado.

A Faculdade vem nos últimos anos se dedicando ao atendimento de acesso à tecnologia e informação destinado a atender as pessoas com necessidades especiais. Desta forma, os serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS são contemplados na IES pelo acesso a softwares instalados nos computadores disponibilizados para as pessoas com as necessidades de acessibilidade, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, bem como por recursos didáticos para apoiar a **educação de estudantes surdos ou com deficiência auditiva**, em atendimento ao disposto no art. 14, § 1º, inciso VIII do Decreto nº 5.626/2005, conforme apresentados abaixo:

- BRAILLE TRANSLATOR: trata-se de um site simples que converte o texto digitado em braile;
- BRAILLE VIRTUAL: é um curso online, gratuito, baseado em animações gráficas destinados à difusão e ensino do sistema braile a pessoas que enxergam e também aos alunos. O programa braile virtual pode ser salvo e usado fora da internet de forma gratuita;

- DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS: disponibilizado pelo acesso ao site (<https://www.ines.gov.br/dicionario-de-libras/>).

As Faculdades Integradas Rui Barbosa buscando condições para o desenvolvimento do pleno potencial dos seus alunos, oferece-se para os **estudantes com deficiência visual e/ou cegos**, os softwares instalados nos computadores disponibilizados para as pessoas com as necessidades de acessibilidade, por meio das novas tecnologias de informação e comunicação, descritas abaixo:

- DOSVOX: sistema operacional, permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho;
- MECDaisy: baseado no padrão internacional Daisy - Digital Accessible Information System - a ferramenta brasileira traz sintetizador de voz (narração) e instruções de uso em português. O software permite converter qualquer texto em formato Daisy e, após a conversão, é possível manusear o texto sonoro de maneira semelhante ao texto escrito;
- NVDA: um sintetizador de voz, que é uma ferramenta em forma de hardware ou software que transforma o texto em voz. É um sistema gratuito que possibilita que usuários com deficiência visual possam acessar e interagir com o sistema operacional Windows e vários outros aplicativos;
- Teclado em Braille, com fone de ouvido;
- Biblioteca Digital (*E-Livro*), conta com áudio-book e mudança de tela;

Dando continuidade aos serviços de acessibilidade oferecidos pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa, segue abaixo a o programa de atende os **estudantes com deficiências motoras graves**:

- MOTRIX: é um software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação, por intermédio da internet. O acionamento do sistema é feito através de comandos que são falados num microfone.

12.11 Infraestrutura de Execução e Suporte

As Faculdades Integradas Rui Barbosa contam com um Departamento de Tecnologia da Informação, o qual é responsável pela manutenção preventiva e corretiva de toda a infraestrutura, contando com colaborador especializado para oferecer suporte tanto para os funcionários e docentes como para os discentes.

12.12 Plano de Expansão e Atualização de Equipamentos

Semestralmente são revistas todas as necessidades de atualização tecnológica do parque de equipamentos e softwares das Faculdades Integradas Rui Barbosa. Estas revisões são baseadas no orçamento corporativo para investimentos. As revisões acontecem nos meses de janeiro e julho, acompanhando o início dos períodos letivos semestrais.

Para fazer frente aos desafios da prestação de serviços de Tecnologia da Informação a Faculdade tem, ao longo do tempo, adequado o Plano Gestor da Tecnologia da Informação, que tem como objetivo fornecer diretrizes para a organização, alinhando tecnologia e planejamento e alocando de maneira estruturada os recursos orçamentários de infraestrutura tecnológica.

Este plano abrange os seguintes componentes de Tecnologia da Informação:

- Infraestrutura;
- Hardware;
- Softwares acadêmicos;
- Equipamentos de rede;
- Sistemas Operacionais;
- Comunicações;
- Pessoas (responsáveis pelos serviços);
- Processos.

Com seu parque tecnológico atual, atende satisfatoriamente os cursos e demais atividades acadêmicas da instituição.

12.13 Recursos de Tecnologias de Informação e Comunicação

As Faculdades Integradas Rui Barbosa conta com o sistema TOTVS. Através do sistema é feito o controle de matrículas, cadastro de alunos, evitando a duplicidade de dados e correspondência; emissão personalizada de certificados, declarações, histórico escolar e outros documentos. Com um sistema de gestão escolar pensado especialmente para o setor, permite entre suas funcionalidades:

- Realizar abertura e acompanhamento de processos acadêmicos, controla também, todo o trâmite de solicitações feitas por aluno, professores e outros colaboradores da Instituição;
- Processo Seletivo: Permite o gerenciamento de vestibulares e concursos de bolsas de maneira eficiente, disponibilizando a inscrição dos candidatos através da internet. Os candidatos também podem consultar essas informações no módulo e realizar a impressão de protocolo de inscrição e do boleto de pagamento, no caso de processos com taxa de inscrição;
- Professor: O avanço da tecnologia e a facilidade de acesso à internet têm

proporcionado às instituições a oportunidade de maximizar a qualidade dos seus serviços, além de proporcionar agilidade em algumas atividades essenciais para o bom andamento da instituição. Disponibiliza um ambiente online para dar apoio aos docentes da instituição durante as suas atividades acadêmicas de lançamento de notas, de frequência e de controle das turmas. Os principais recursos oferecidos por este módulo são: Lançamento de notas; Histórico das notas inseridas e alteradas; Visualização das médias dos alunos; Lançamento da frequência das turmas com listas de chamada por dia, por etapa e por mês; Configuração da composição das notas pelo professor.

Emissão de relatórios sobre: situação acadêmica dos alunos, notas lançadas pelo professor e atas de notas enviadas.

- Permite a disponibilização de diversas informações e serviços a professores e alunos, além de serviços diferenciados por meio da Internet, contendo os seguintes recursos disponíveis neste módulo: Quadro de avisos; Boletim de notas e faltas; Ficha de ocorrência; Ficha financeira e impressão de boletos.

12.14 Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ

O Núcleo de Prática Jurídica é um complexo formado por saguão de recepção e salas utilizadas para a prática jurídica, como Escritório Experimental de Advocacia: Ambiente para a prática de advocacia que conta com guichê de atendimento à população, uma mesa com atendimento individualizado e sala com atendimento individual, Sala de Conciliação e Mediação, Sala de audiência simulada, Escritório experimental que poderá ser utilizado pelo nosso egresso.

Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ: Atividades básicas

O Núcleo de Práticas Jurídicas tem como objetivo coordenar, supervisionar e orientar a execução das atividades de estágio de supervisão do curso de graduação em Direito das Faculdades Integradas Rui Barbosa, de forma que possa desenvolver as competências dos alunos e estagiários para o alcance das suas habilitações, para que se torne um profissional com responsabilidade, unidade e comum os valores da ética e do entusiasmo de interesse são orientados.

A supervisão das atividades de estágio será totalmente prática, sem recurso a disciplinas explicativas, incluindo: conduta jurídica e profissional, elaboração de procedimentos e rotinas, incluindo a proteção coletiva de interesses públicos e sociais; assistência e atuação em audiências e conferências; Opiniões; do judiciário; prestação de serviços jurídicos; atividades relacionadas a processos eletrônicos; treinamento em arbitragem, negociação, mediação e mediação; resolução de questões morais e legislativas

profissionais.

No que diz respeito às atividades básicas (simulação de práticas jurídicas e visitas guiadas), as visitas guiadas abrangeram diferentes jurisdições e prestaram assistência em audiências e julgamentos reais em diversos fóruns e tribunais e forneceram relatórios de audiências. Um relatório detalhado deve ser preparado para marcar a visita agendada e submetido ao professor estagiário para avaliação.

Esta abordagem inclui exercícios práticos para atividades forenses e não forenses; refinamento de programas de simulação e trabalhos profissionais e desempenho no processo de simulação. A lista de atividades de simulação também inclui o estudo das várias partes, rotinas e etapas do processo, verificando os registros preenchidos, realizando treinamento de simulação em técnicas de arbitragem, negociação, conciliação e mediação.

Arbitragem, Negociação e Mediação

O Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ também é responsável por realizar atividades de arbitragem, negociação e mediação, atividades jurídicas reais etc., para atender integralmente aos requisitos do curso. A prática propriamente dita é realizada integralmente no “Núcleo de Práticas Jurídicas - NPJ” das Faculdades Integradas Rui Barbosa, não sendo permitida a sua realização em escritórios de advocacia, agências, entidades ou empresas públicas ou privadas. O negócio real inclui a participação no atendimento de todas as partes através do Núcleo de Práticas Jurídicas, pesquisando, desenvolvendo documentos processuais e acompanhando diversos processos. Para efeito de participação no Núcleo de Práticas Jurídicas, os alunos do estágio supervisionado serão divididos em equipes de no mínimo (03) três e no máximo (05) cinco. É importante informar aos alunos que, no âmbito do estágio de supervisão, através da prática de simulação, os alunos podem realizar atividades de arbitragem, negociação e mediação.

13 INFRAESTRUTURA PLANEJADA PARA DEFICIENTES

O prédio está adaptado e preparado para que deficientes não tenham dificuldades de locomoção, sendo que recursos para deficientes visuais e auditivos estão disponíveis na instituição (quando necessário), atendendo ao que determina a legislação específica.

Entre os requisitos exigidos para atender as deficiências físicas estão os seguintes: rampas de acesso, vagas marcadas no estacionamento, adaptação de portas dos banheiros, barras de apoio. As instalações compõem-se de edificações, espaços livres, áreas de esportes e lazer, serviços e apoios, podendo apresentar um bom índice de aproveitamento das dependências nos dois turnos, além de infraestruturas de apoio ao aluno.

Desta forma, as Faculdades Integradas Rui Barbosa segue o que está disposto na CF/88, Art. 205, 206 e 208, na NBR 9050/2004, da ABNT, na Lei nº 10.098/2000, nos Decretos nº 5.296/2004, nº 6.949/2009, nº 7.611/2011 e na Portaria nº 3.284/2003, assim há condições de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme Tipologias apresentadas no Quadro 5 e no Comitê de Acessibilidade e Inclusão conforme demonstrado abaixo.

Comitê de Acessibilidade e Inclusão:

CAPÍTULO I

DA NATUREZA, FINALIDADES E OBJETIVOS

Art. 1º O Núcleo de Acessibilidade e Inclusão das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina de natureza diagnóstica, opinativa e propositiva composto por representantes dos vários segmentos da Instituição destina-se a planejar, organizar e avaliar processos e ações na implementação da política oficial das diferentes formas de acessibilidade quais sejam: atitudinal – na percepção e interação com o outro sem preconceito, estigma, estereótipo e discriminação, arquitetônica – na eliminação das barreiras físicas ambientais, metodológica – no afastamento de barreiras didáticas e metodologias de aprendizagem incluindo processos de avaliação, nas comunicações – ao suprimir obstruções na comunicação interpessoal quer seja oral , escrita, através de sinais e virtual e, finalmente digital – direito de acesso a esse sistema.

Art. 2º O Comitê de Acessibilidade e Inclusão das FIRBs possui as seguintes finalidades:

§1º dimensionar e equacionar adequações possíveis frente às barreiras atitudinais, pedagógicas, arquitetônicas, de comunicação e digital;

§2º orientar a comunidade universitária quanto a processos, tecnologias e equipamentos especializados indicados na superação das necessidades educacionais especiais;

§3º entender e conscientizar a sociedade da existência dos direitos sociais próprios dos portadores de NEE, presentes na legislação brasileira;

§4º assessorar a comunidade universitária em questões que envolvem inclusão e acessibilidade.

Parágrafo Único: o Comitê de Acessibilidade e Inclusão da FIRBs para melhor cumprir suas finalidades poderá estabelecer parcerias com outros setores institucionais privados ou públicos, grupos representativos e associações específicas de atendimento a portadores NEE.

Art. 3º São objetivos do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina:

§ 1º. Objetivo Geral

Organizar a IES para cumprir a legislação que segue e demais legislações subservientes:

- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 - Art. 5º (todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza...)

- Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989 - dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social.

- Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999 - regulamenta a Lei no 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência.

- Decreto nº 3.956, de 8 de outubro de 2001 - promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

- Portaria MEC 555/2007 - política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva.

- Portaria MEC 3.284/2003 - dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências.

- Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000 - dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

- Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000 - estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

- Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 - regulamenta as Leis 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica e, 10.098 de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

- Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 - regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei no 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

- Lei Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006- - descrição de políticas de direitos humanos que tratam da equidade e diversidade de gênero e do combate à violência contra a mulher.

- Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012 - institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

§ 2º. Objetivos Específicos

a) Propiciar o acesso e a permanência de estudantes portadores de deficiências, por meio da contextualização do currículo pleno dos cursos de graduação, permitindo meios de flexibilização metodológica, da infraestrutura necessária à sua realização e da disponibilização do material didático quando for o caso;

b) identificar estudantes e funcionários da IES com necessidades educacionais especiais;

c) apontar as barreiras arquitetônicas existentes e planejar o encaminhamento de possíveis soluções, mantendo o acompanhamento nas decisões estabelecidas;

d) facilitar espaço favorável à comunidade acadêmica para abrigar tecnologias assistivas, recursos didáticos em apoio ao desenvolvimento dos estudantes com NEE;

e) utilizar recursos e procedimentos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos, na elaboração, implantação e execução dos projetos pedagógicos inclusivos;

f) viabilizar a inserção na estrutura curricular dos cursos, onde for possível, sob a forma de unidade curricular a oferta do conhecimento pertinente a LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais, Necessidades Educacionais Especiais: conceitos, normas e procedimentos além de Sociedade e Diversidade no Contexto Educacional;

g) combater todas as formas de violência contra a mulher quer seja física, psicológica, sexual, patrimonial e moral promovendo assim a equidade e diversidade de gênero;

h) promover procedimentos que minimizem as desigualdades sociais, discriminação de pessoas e manifestação de preconceitos, rótulos e estigmas, oportunizando o convívio harmônico na diversidade;

i) instituir grupos de estudos para discutir e estabelecer o processo avaliativo de desempenho dos estudantes com necessidades educativas especiais em todos os cursos de graduação oferecidos pelas Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina;

j) estimular o desenvolvimento ou a participação em projetos de ensino e extensão, que apoiem a realização de eventos com abordagem na inclusão social das pessoas com deficiência.

CAPÍTULO II

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º O Comitê de Acessibilidade e Inclusão Faculdades Integradas Rui Barbosa será composto de profissionais (docentes e técnico-administrativos) ligados à Instituição, preferencialmente com conhecimento científico ou empírico de processos de acessibilidade e

inclusão, sendo permitida a presença de representantes da sociedade civil organizada, vinculados à especificidade dessas políticas sociais.

Art. 5º O Comitê de Acessibilidade e Inclusão das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina terá a seguinte composição:

Representante do Núcleo de Gestores

Coordenadora do NAPE – Núcleo de Apoio Psicopedagógico

Três representantes docentes

Representante do Colégio Objetivo/Rui Barbosa

Representante discente

Representante dos funcionários

§ 1º – O Comitê será coordenado por um de seus participantes, eleito pelos pares para o mandato de dois anos, podendo ser reconduzido por igual período;

§ 2º - a cada dois anos ocorrerá a alteração de 25% dos demais membros que serão substituídos em qualquer tempo, a pedido ou em face do desligamento da IES;

§ 3º – poderão ser convidados outros profissionais ou especialistas para assessorar o Comitê em questões específicas.

§ 4º – o Comitê de Acessibilidade e Inclusão das FIRBs reunir-se-á uma vez ao ano e proporá uma agenda com questões da acessibilidade para atendimento dos estudantes, funcionários e docentes com NEE.

§ 5º – a Coordenação e os demais membros do Comitê não receberão quaisquer remunerações ou vantagens, sendo o exercício da função considerado de interesse público relevante;

§ 6º – serão certificadas pela Direção das Faculdades Integradas Rui Barbosa de Andradina as horas dedicadas à concretização das finalidades do Comitê, para fins de Currículo e/ou Atividades Complementares;

§ 7º - o Comitê de Acessibilidade e Inclusão da FIRBs ocupará de maneira compartilhada as dependências da estrutura física das Faculdades para o desenvolvimento de suas atividades.

Art. 6º - Compete ao Coordenador (a) do Comitê:

- a. coordenar e administrar todas as atividades do Comitê;
- b. convocar e presidir as reuniões do Comitê;
- c. representar o Comitê publicamente;
- f. promover o intercâmbio com instituições científicas, empresas, entidades da sociedade civil organizada, quando for necessário;
- g. orientar e acompanhar Programas e Projetos direcionados ao atendimento dos docentes, estudantes e funcionários com deficiência;
- h. orientar a reorganização da estrutura física das FIRBs, em conformidade com a norma técnica atualizada da ABNT (acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e

equipamentos urbanos);

i. solicitar e alimentar, no sítio das Faculdades este Regulamento e os Programas e Projetos implantados para atender portadores de deficiência;

j. promover e apoiar a realização de campanhas educativas e de conscientização sobre acessibilidade e inclusão, bem como promover a participação do Comitê em eventos da área na comunidade;

k. elaborar relatório anual de desempenho das atividades realizadas pelo Comitê e encaminhá-lo para a Comissão Própria de Avaliação;

l. elaborar uma agenda anual de atividades contendo ações, programas e projetos e submetê-los ao Comitê e à Direção da Faculdade.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 7º O presente regulamento passa a vigorar na data de sua aprovação no CEPEX – Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, homologado pelo Diretor Geral das FIRB.

Art. 8º Os casos omissos neste regulamento serão analisados pelo Comitê de Acessibilidade e Inclusão e homologado pelo CEPEX.

Art. 9º - Os conselheiros serão escolhidos pelos seus pares e a nomeação ocorrerá por Portaria do Diretor Geral da IES.

Quadro 5 - Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, temos determinações específicas para as pessoas com deficiência.

Espectro da Acessibilidade	Definições	Práticas e exemplos relacionados à IES	Práticas efetivamente utilizada na IES
Acessibilidade Atitudinal	Refere-se a percepção do outro sem preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Todos os demais tipos de acessibilidade estão relacionados a essa, pois é a atitude da pessoa que impulsiona a remoção de barreiras.	Essa acessibilidade pode ser notada quando existe, por parte dos gestores institucionais, o interesse em implementar ações e projetos relacionados à acessibilidade em toda a sua amplitude. A priorização de recursos para essas ações é um indicativo da existência de acessibilidade atitudinal.	NAP (Núcleo de Apoio Psicopedagógico); Orientações aos familiares dos alunos com deficiência.
Acessibilidade Arquitetônica (também conhecida como física)	Eliminação das barreiras ambientais físicas nas residências, nos edifícios, nos espaços e equipamentos urbanos.	Os exemplos mais comuns de acessibilidade arquitetônica são a presença de rampas, banheiros adaptados, elevadores adaptados, piso tátil, entre outras.	Rampas de acesso; Piso tátil; Banheiros adaptados; Placas impressas em Braille.
Acessibilidade Metodológica (também conhecida como pedagógica)	Ausência de barreiras nas metodologias e técnicas de estudo. Está relacionado diretamente a concepção subjacente a atuação docente: a forma como os professores concebem conhecimento, aprendizagem, avaliação e inclusão educacional irá determinar, ou não, a remoção de barreiras pedagógicas.	É possível notar a acessibilidade metodológica nas salas de aulas quando os professores promovem processos de diversificação curricular, flexibilização do tempo e utilização de recursos para viabilizar a aprendizagem de estudantes com deficiência, como por exemplo: pranchas de comunicação, texto impresso e ampliado, softwares ampliadores de comunicação alternativa, leitores de tela, entre outros recursos.	Impressões ampliadas; Interprete de libras; Aplicativo no celular para a comunicação com surdo - <i>Hand Talk</i> ; Softwares específicos para os níveis de deficiência, tais como auditiva, visual e motora, apresentados na Acessibilidade Digital; Biblioteca Virtual (<i>E-Livro</i>) e o Ambiente Virtual de Aprendizagem, com acessibilidades que viabilizam a aprendizagem.
Acessibilidade nas comunicações	É a acessibilidade que elimina barreiras na comunicação interpessoal (face a face, língua de sinais), escrita (jornal, revista, livro, carta, apostila, etc., incluindo textos em braille, uso do computador portátil) e virtual (acessibilidade digital).	Um dos exemplos de acessibilidade nas comunicações é a presença de interprete na sala de aula em consonância com a Lei de libras e Decreto de Acessibilidade.	Interprete de libras; Aplicativo no celular para a comunicação com surdo - <i>Hand Talk</i> ; Placas de identificação em Braille.

Acessibilidade Programática	Eliminação de barreiras presentes nas políticas públicas (leis, decretos, portarias, normas, regulamentos entre outros).	Ocorre quando a IES promove processos de sensibilização que envolvem a informação, o conhecimento e a aplicação dos dispositivos legais e políticas relacionadas á inclusão e á acessibilidade de estudantes com deficiência na educação superior. Muitas vezes estes estudantes não têm conhecimento de seus direitos e, em razão disso, não vislumbram a possibilidade de acessar a universidade. Essa acessibilidade se expressa, também, toda vez que novas leis, decretos, portarias são criados com o objetivo de fazer avançar os direitos humanos em todos os seus âmbitos.	Palestras que abordam o tema. Trabalhos desenvolvidos em sala de aula sobre direitos humanos. Disponibilidade de documentos legais sobre Inclusão.
Acessibilidade Instrumental	Superação das barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de estudo (escolar), do trabalho (profissional), de lazer e recreação (comunitária, turística de esportiva).	Esse tipo de acessibilidade envolve todas as demais e sua materialidade reflete a qualidade do processo de inclusão plena do estudante na educação superior.	Interprete de libras; Traduções em Braille – aplicativo no celular, que traduz automaticamente texto e áudio (<i>Hand Talk</i>).
Acessibilidade nos transportes	Forma de acessibilidade que elimina barreiras não só nos veículos, mas também nos pontos de paradas, incluindo as calçadas, os terminais, as estações e todos os outros equipamentos que compõem as redes de transportes.	Percebe-se aderência da IES a esse tipo de acessibilidade quando existe transporte coletivo à disposição dos estudantes e aqueles com algum tipo de deficiência física ou mobilidade reduzida conseguem fazer uso do mesmo com segurança e autonomia, sem prejuízo para sua locomoção.	Guias rebaxadas das calçadas; Linha de ônibus adaptados para deficientes.
Acessibilidade Digital	Direito de eliminação de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acessos físicos, de equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos.	Evidencia-se a existência dessa acessibilidade quando a IES possui acervos bibliográficos dos cursos em formato acessível ao estudante com deficiência (prioritariamente os de leitura obrigatória) e utiliza diferentes recursos e ajudas técnicas para que o estudante tenha acesso a informação e ao conhecimento independentemente de sua deficiência.	Sistema DOSVOX (O sistema operacional DOSVOX permite que pessoas cegas utilizem um microcomputador comum (PC) para desempenhar uma série de tarefas, adquirindo assim um nível alto de independência no estudo e no trabalho); DICIONÁRIO DA LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS, BRAILE TRANSLATOR, BRAILE VIRTUAL, instalados nos

			<p>computadores específicos para a acessibilidade;</p> <p>Biblioteca Virtual (<i>E-Livro</i>): Acessibilidade em voz alta (escutar o livro em voz alta, configurando a velocidade, o volume e a voz - idioma); modo de exibição noturna;</p> <p><i>Hand Talk</i> tradutor ou similar (Traduz frases e palavras de português, e áudio para Língua Brasileira de Sinais - Libras);</p> <p>MECDaisy (ferramenta brasileira traz sintetizador de voz-narração e instruções de uso em português);</p> <p>NVDA (um sintetizador de voz, que é uma ferramenta em forma de hardware ou software que transforma o texto em voz);</p> <p>MOTRIX (é um software que permite que pessoas com deficiências motoras graves, possam ter acesso a microcomputadores, permitindo um acesso amplo à escrita, leitura e comunicação, por intermédio da internet);</p> <p>Teclado em Braile com fone de ouvido.</p>
--	--	--	-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Fonte: Referenciais de Acessibilidade na Educação Superior e a Avaliação *in loco* do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES (INEP, 2013).

13.1 Atendimento às Pessoas Portadoras de Necessidades Educacionais Especiais ou com Mobilidade Reduzida

A Faculdade atende todas as normas legais de acessibilidade tornando possível a ampla circulação assim como a utilização adequada de mobiliário e equipamentos. Há itinerários que comunicam todas as dependências entre si e com a área externa.

Os espaços internos dispõem de reserva para pessoas que utilizam cadeiras de rodas e de lugares específicos para pessoas com outras necessidades educacionais especiais. Nas áreas externas há reserva de vagas para estacionar em proximidade aos acessos de circulação de pedestres.

Plano de promoção de acessibilidade e atendimento prioritário, imediato e diferenciado para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte, dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, serviços de tradutor e intérprete da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (Decreto 5296/04).

A Instituição tem amplas condições de promover a qualquer momento atendimento prioritário que compreende conforme o Decreto 5296 de 02/12/2004 tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida significando isso: assentos de uso preferencial sinalizado, espaços e instalações acessíveis, mobiliário adequado, serviço de atendimento para pessoas com deficiência auditiva, pessoal capacitado para prestar atendimento às pessoas com deficiência e idosos, área especial para embarque e desembarque e atendimento prioritário.

13.2 Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista Conforme disposto na Lei Nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012

As Faculdades Integradas Rui Barbosa buscam promover, fomentar e divulgar estudos e experiências bem-sucedidas realizados na área de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

REFERÊNCIAS

BERBEL, N. A. N. **A problematização e a aprendizagem baseada em problemas.** Interface - Comunicação, Saúde, Educação, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Carga Horária Mínima e Procedimentos Relativos à Integralização e Duração dos Cursos de Graduação, Bacharelados, na Modalidade Presencial. **Resolução CNE/CES nº 2, de 18 de junho de 2007.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 jun. 2007. Seção I, p. 6. Republicada em 17 set. 2007. Seção 1, p. 23.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Procedimentos a serem Adotados Quanto ao Conceito de Hora-Aula, e dá Outras Providências. **Resolução CNE/CES nº 3, de 2 de julho de 2007.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 jul. 2007. Seção I, p. 56.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação - Câmara de Educação Superior. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e dá outras providências. **Resolução CNE/CES nº 05, de 17 de dezembro de 2018.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 de dez. 2018, Seção 1, p. 47 e 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 31 maio 2012, Seção I, p. 48.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. **Resolução nº 1, de 17 de junho de 2004.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 22 jun. 2004, Seção I, p. 11.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Educação Ambiental, Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá Outras Providências. **Decreto Federal nº 4.281, de 25 de junho de 2002.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 26 jun. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Estabelece Normas Gerais e Critérios Básicos para a Promoção da Acessibilidade das Pessoas Portadoras de Deficiência ou com Mobilidade Reduzida, e dá Outras Providências. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 20 dez. 2000.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e daí outras providências. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 19 dez 2018, Seção I, p. 49.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3o do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB. **Lei Federal nº 9.394, 1996.**

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Língua Brasileira de Sinais – Libras. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005** – Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 23 dez. 2005. Seção I, p. 28.

BRASIL. Ministério da Educação. **Constituição da República Federativa do Brasil 1988.** Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2018.

LIMA, F. B.; FERNANDES, J. D.; SANTOS, R. M. S.; SANTOS, J. O. Uma abordagem sobre a utilização dos mapas conceituais no ensino de biologia. **Revista Latino-Americana de Educação, Cultura e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 1-10, 2017.

LITTO, F. M.; MATTAR, J. **Educação aberta online:** pesquisar, remixar e compartilhar. São Paulo: Artesanato Educacional, 2017.

MENEZES, E. T. de; SANTOS, T. H. dos. **Verbetes IQCD (Índice de Qualificação do Corpo Docente).** Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrasil. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <<http://www.educabrasil.com.br/iqcd-indice-de-qualificacao-do-corpo-docente/>>. Acesso em: 10 de dez. 2021.

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL - PDI, 2022-2026.

SANTOS, E. **Mídias e tecnologias:** na educação presencial e a distância. Rio de Janeiro: LTC, 2016.

SCHENEIDERS, L. A. **O método da sala de aula invertida (*flipped classroom*).** Lajeado: Ed. da Univates, 2018.

EMENTÁRIO E BIBLIOGRAFIAS DO CURSO DE DIREITO



Faculdade Rui Barbosa - Andradina

UNIDADE: Andradina Bibliotecário (a): Karine Carraro
Curso: Bacharelado em Direito

Disciplina	Semestre	Bibliografia	Títulos
		Ementa:	O Direito e suas conceituações, objetivos, finalidades e técnicas. Histórico e fontes do Direito. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Prática e utilização de legislação codificada. Normas jurídicas: integração, interpretação e aplicação no tempo e no espaço. Norma Jurídica: estrutura e classificação. Teoria Tridimensional do Direito. Organização judiciária. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.
Introdução ao Estudo do Direito	1º	Básica	MALUF, carlos alberto dabus. introdução ao direito civil. saraiva, 2018.
		Básica	MASCARO, alysson leandro. introdução ao estudo do direito. atlas, 2019.
		Básica	S. D. A. Neto, Introdução ao Estudo do Direito, 1. Bookwire - Editora Dialética, 2021. [En Línea] Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202115 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	BETIOLI, antonio bento. introdução ao direito. saraiva educação, 2018.
		Complementar	CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civil: contratos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2011. 384 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171375 . Consultado em: 24 Jul 2023
		Complementar	CORTEZ FERNANDES, A. Direito Civi: responsabilidade civil. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2013. 296 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171376 . Consultado em: 24 Jul 2023
		Complementar	HEILMANN, M. D. J. R. A. (Org.). Temas de Direito Ambiental e Administrativo. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 388 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/193539 . Consultado em: 24 Jul 2023
		Complementar	XAVIER, G. Direito Administrativo: 4.700 Questões Respondidas. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 793 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/205589 . Consultado em: 24 Jul 2023
		Ementa:	Conceito de ciência política. Evolução histórica do pensamento político: Grécia, Roma, Idade Média e Modernidade. Pensamento político contemporâneo. Ciência Política e Teoria do Estado. As relações entre ciência política, teoria constitucional e o Direito Público em Geral. Origem e evolução do Estado. Elementos. Estado Moderno e Estado Contemporâneo. Função Social do Estado Contemporâneo. Regimes de governo. Soberania. Território. Povo. Finalidades e funções do Estado. Personalidade jurídica do Estado. Estado e democracia. Democracia direta e semidireta. Democracia representativa. Sistemas eleitorais e sistemas partidários. O Estado de Direito. O Estado Social de Direito. O Estado Democrático de Direito. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.
Ciências Políticas e Teoria Geral do Estado	1º	Básica	LUCAS, J. I. Ciência política. ed. [S. l.]: Universidade Caxias do Sul, 2021. 187 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/213541 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	FIUZA, R. A. M. Aulas de teoria do estado (4a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2016. 229 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175820 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	WEBER, M. Ciência e Política - Duas Vocações. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Editora Cultrix, 2015. 116 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/190430 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	DALLARI, dalmo de abreu. elementos de teoria geral do estado. saraiva, 1994.
		Complementar	FAU, M. E. Diccionario básico de Ciencia Política. ed. Buenos Aires: La Bisagra, 2013. 129 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/127991 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VILLAMAR CRUZ, V. ; LÓPEZ DURÁN, R. Teoría del estado. ed. México, D.F.: IURE Editores, 2018. 265 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/40258 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	RUSSO, J. Repensar la ciencia política. ed. México: Editorial Miguel Ángel Porrúa, 2011. 334 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/38513 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	DIZ OTERO, I. Ciencia política contemporánea. ed. Barcelona: Editorial UOC, 2013. 269 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/56588 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Ementa:	Apresentação da relação entre o Direito e a Linguagem e a importância no processo do pensar jurídico. Figuras de linguagem e o discurso. A importância da gramática da língua portuguesa na manifestação da estrutura do pensamento jurídico e na construção transdisciplinar.
Linguagem	1º	Básica	MARCHIORI, M. Linguagem e discurso. Difusão Editora, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173719 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Básica	FERREIRA, Gonzaga, Redação Científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011.
		Básica	OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto Acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica. 8.ed. São Paulo: Vozes, 2012.
		Complementar	VALVERDE, ALDA DA GRAÇA MARQUES. LINGUAGEM E ARGUMENTAÇÃO JURÍDICA. FORENSE, 2018.
		Complementar	NASCIMENTO, EDMUNDO DANTES. LINGUAGEM FORENSE. SARAIVA, 2013.
Complementar	GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.		

Introduç		Complementar	VILLELA, A. M. N. (Org.), SOBRINHO, J. C. (Org.); DA SILVA, R. B. (Org.). Linguagem, tecnologia e educação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Peirópolis, 2010. 403 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196089 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FERNANDES, L. C. Interação: práticas de linguagem. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2019. 187 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198740 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Estudos sobre os principais institutos da parte geral de direito penal. Fontes do direito penal. Princípio da legalidade. Princípios. Vigência da lei penal. Do crime. Tipicidade. Da antijuridicidade. Da culpabilidade. Das causas excludentes da imputabilidade. Do concurso de pessoas. Da comunicabilidade.	
Direito Penal: Teoria do Crime	1º	Básica	RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiautuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	RODRIGUES, C. S. Direito Penal. São Paulo: Saraiva, 2012
		Básica	VALENTE, N. O. (Org.), SILVA, R. B. D. (Org.); LEAL, T. B. T. L. (Org.). Análises sobre direito penal: coletânea de artigos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2019. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196107 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SILVA, K. C. D. Direito Penal do Inimigo: Aspectos Jusfilosóficos e Normativos. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2016. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118869 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	BATISTA, G. B. D. M. Ética, Direito Penal e Mercado: Mercantilização do Sistema Penal no Brasil. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 422 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194365 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Instituições jurídicas nos impérios da Antiguidade. Instituições jurídicas gregas, romanas e medievais. Instituições jurídicas modernas e contemporâneas. Evolução das instituições no Brasil. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
História do Direito	1º	Básica	BITTAR, EDUARDO C. B. HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO. ATLAS, 2017
		Básica	OLIVEIRA, M. A. C. D. (Il.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 782 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206744 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Básica	RIBAS, C. L. Discursos na Cultura do Direito: Uma Análise Interdisciplinar da História não Contada. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2020. 156 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194307 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	DE CICCIO, CLÁUDIO. HISTÓRIA DO DIREITO E DO PENSAMENTO JURÍDICO. SARAIVA, 2017.
		Complementar	MASCARO, A. L. INTRODUÇÃO A FILOSOFIA DO DIREITO: DOS MODERNOS AOS CONTEMPORÂNEOS. ATLAS, 2005
		Complementar	MARCOS, RUI DE FIGUEIREDO. HISTÓRIA DO DIREITO BRASILEIRO. FORENSE, 2015.
		Complementar	NOGUEIRA DA SILVA, C. (Coord.); SEIXAS, M. (Coord.). Estudos Luso-Hispanos de História do Direito. ed. Madrid: Dykinson, 2021. 657 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/182187 . Consultado em: 24 Jul 2023
		Complementar	WOLKMER, ANTONIO CARLOS. HISTÓRIA DO DIREITO NO BRASIL. FORENSE, 2018.
Ementa:		Homem, Sociedade, Estado, Família. Ordem Social. Importância da Sociedade Estatal. Ações Humanas. Sociedade Criminógena. Criminalidade, Causas e Fatores. Ação, Consciência e Estrutura Social. Comportamento Anti-Social. Processos Sociais Internos e Sistemas Sociais Ativos. Ordem, Natureza Humana e Conflitos. Ordem e Padrões Sociais. Controle Social: A Política e a Polícia. Política Eficiente. Sociedade como substrato da realidade política do Estado. Estado Liberal e de Direito. O estado democrático de Direito, Regimes Políticos. Partidos Políticos. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
Sociologia Geral e Jurídica	1º	Básica	SPAGNOL, ANTONIO SERGIO. SOCIOLOGIA JURÍDICA. SARAIVA, 2013.
		Básica	VILA NOVA, SEBASTIAO. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA. ATLAS, 2018.
		Básica	GIL, ANTONIO CARLOS. SOCIOLOGIA GERAL. ATLAS, 2016
		Complementar	HERNÁNDEZ, P. P. Sociología jurídica. ed. [S. l.]: Universidad Abierta para Adultos (UAPA), 2018. 261 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175607 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SORIANO, R. Sociología del derecho. ed. Barcelona: Editorial Ariel, 2005. 476 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/48242 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	BOUDON, R. A Sociologia como ciência. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Vozes, 2021. 144 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204753 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CUNHA, F. S. História & Sociologia. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2013. 101 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192517 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	DURAND, J. A Sociologia de Marx. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Vozes, 2016. 149 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204755 . Acesso em: 24 mar. 2022.

		Ementa:	Abordagem de conhecimentos desenvolvidos pela sociologia e pela antropologia a respeito de diferentes modos de organização e interação social. Campo e objeto dos estudos socioantropológicos: relação indivíduo-sociedade na sociologia; definição antropológica de cultura. Conceitos básicos de sociologia: contexto histórico-social; gênese e função social (fato social, ação social e modo de produção). Conceitos básicos de antropologia: definição de cultura; etnografia e etnologia (estrutura, linguagem e comunicação). O ser social: divisão social do trabalho (produção e reprodução); ideologia; instituições e formas de dominação (Estado e política). Cultura e sociedade: o pensamento simbólico (sistemas classificatórios e modos de representação); ação individual e universo sociocultural (relativismo e multiculturalismo). Identidade e alteridade: etnocentrismo e comunidades imaginadas (preconceito e violência); estudos socioculturais do corpo (gênero, classes sociais e relações étnico-raciais). Globalização e desenraizamento: sociologia e antropologia urbana; divisão internacional do trabalho e novas formas de subjetivação (reestruturação produtiva, deslocamentos e estigma social). Processos socioculturais contemporâneos: a autoridade discursiva (ciências e meios de comunicação); práticas de resistência e suas representações (inclusão social, descolonização cultural e empoderamento).
Estudos Sócio-Antropológico (EAD)	1º	Básica	VILA NOVA, SEBASTIAO. INTRODUÇÃO À SOCIOLOGIA. ATLAS, 2018.
		Básica	GIL, ANTONIO CARLOS. SOCIOLOGIA GERAL. ATLAS, 2016.
		Básica	NIZ, P. A. R. Metodologia Em Ciências Sociais Hoje: Práticas, Abordagens e Experiências de Investigação. Volume 2. Jundiaí: Paco Editorial, 2016. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119005 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	MAUSS, M. Sociologia e Antropologia. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Ubu Editora, 2018. 731 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207017 . Consultado en: 13 Jun 2022
		Complementar	MERLE, J. y Trivisonno, A. T. G. A moral e o direito em Kant: ensaios analíticos. Universidade Caxias do Sul, 2015. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171396 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	BENTO, F. R. Maquiavel pré-sociólogo e outros ensaios. Paco Editorial, 2010. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/113592 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	CAMPO A. A. L. Dicionario básico de antropología. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/79954 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	ZANCHI, M. T. y Zugno, P. L. Sociologia da saúde. Universidade Caxias do Sul, 2012. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171410 . Acesso em: 21 jun. 2021.
		Ementa:	Bases históricas da construção dos direitos civis, políticos e sociais no Brasil. A formação e a construção da cidadania. Inclusão e exclusão social. Análise dos processos de responsabilidade socioambiental, inclusão social e sustentabilidade. Ética e a sua relação com a inclusão social. O uso das ferramentas do planejamento e do sistema de informação como bases para a construção e avaliação de projetos sociais e ambientais. A Declaração Universal dos Direitos do Homem. Os direitos da criança e do adolescente. Direitos da mulher. Direitos das minorias.
Ética, Cidadania e Inclusão Social (EAD)	1º	Básica	Learning Edições. C. (Ed.). A inclusão social na área educacional. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2016. p. Disponível em:
		Básica	WERTHEIN, J. Pobreza e desigualdade no Brasil: Traçando caminhos para inclusão social. ed. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 289 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65962 . Acesso em: 22 Mar 2022.
		Básica	CLEMENTE, A. J. Cidadania: Um Conceito Inútil?. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Appris, 2020. 210 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195136 . Acesso em: 22 Mar 2022
		Complementar	OLIVEIRA, A. F. D. (Coord.) y Magalhães, A. D. P. (Coord.). Filosofia e ética: abordagens em tecnologia, ambiente e sociedade. Jundiaí: Paco Editorial, 2015. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108159 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	BURSZTYN, M. Ciência, Ética e Sustentabilidade: Desafios ao Novo Século. Brasília: UNESCO Brasil, 2003. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/104687 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	PEREIRA, J. A. Ética, Fenomenologia e Gestão do Conhecimento nas Organizações. Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118919 . 08 ago. 2021.
		Complementar	BLANCO, L. A. Ética integral. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2013. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69262 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	MANICA, L. E. y Caliman, G. Inclusão das pessoas com deficiência na educação profissional e no trabalho. Paco Editorial, 2015. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108175 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Ementa:	Estudo do ramo do direito privado que normatiza as relações de pessoas físicas e jurídicas para convivência em sociedade. Instrução sobre a organização e disposição das relações patrimoniais e obrigacionais como reflexo das normas constitucionais de garantia da ordem estatal. Negócio Jurídico: conceito, os três planos de negócio jurídico. Defeitos do negócio jurídico: conceito. Erro ou ignorância, dolo, coação, lesão, estado de perigo, simulação e fraude contra credores. Invalidez do negócio jurídico. Elementos acidentais do negócio jurídico: condição, termo e encargo. Ato ilícito. Prescrição e Decadência: conceitos. Causas impeditivas e suspensivas. Causas interruptivas. Decadência
Civil: Parte Geral (Pessoas, Bens e Negócios Jurídicos)	2º	Básica	VENOSA, SÍLVIO DE SALVO. DIREITO CIVIL. ATLAS, 2018.
		Básica	GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. DIREITO CIVIL 1: ESQUEMATIZADO. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Básica	MALUF, CARLOS ALBERTO DABUS. INTRODUÇÃO AO DIREITO CIVIL. SARAIVA, 2018
		Complementar	GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. DIREITO CIVIL BRASILEIRO, VOLUME 1, SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Complementar	PEREIRA, CAIO MÁRIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL. FORENSE, 2018.
		Complementar	GAGLIANO, PABLO STOLZE. MANUAL DE DIREITO CIVIL: VOLUME ÚNICO. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Complementar	NADER, PAULO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 1: PARTE GERAL. FORENSE, 2018.
		Complementar	GAGLIANO, PABLO STOLZE. NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Ementa:	Estudo sobre os principais temas referente à parte final da Parte Geral. Culpabilidade. Concurso de Pessoas. Teoria da pena: fundamentos e fins. Das Penas: espécies, cominação aplicação. Concurso de crimes. Suspensão condicional da pena. Livramento condicional. Efeitos da condenação. Suspensão condicional do processo. Reabilitação. Medidas de segurança. Ação penal. Extinção da punibilidade.
	Básica	CASTELO BRANCO, EMERSON. DIREITO PENAL. FORENSE, 2014	

Direito Penal: Sanção Penal	2º	Básica	GONÇALVES, VCTOR EDUARDO RIOS. DIREITO PENAL. SARAIVA, 2018.
		Básica	ESTEFAM, ANDRÉ. DIREITO PENAL. SARAIVA, 2018.
		Complementar	CAPEZ, FERNANDO. CURSO DE DIREITO PENAL. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Complementar	RODRIGUES, CRISTIANO. DIREITO PENAL. SARAIVA, 2012.
		Complementar	ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SILVA, k. c. d. direito penal do inimigo: aspectos jusfilosóficos e normativos. ed. jundiaí, sao paulo: bookwire - paco e littera, 2016. 177 p. disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118869 . acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Constituição de 1988: princípios e objetivos fundamentais. Direitos fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, direitos da nacionalidade, direitos políticos. Garantias processuais dos direitos fundamentais. Evolução histórica. Hermenêutica constitucional. Hierarquia das normas constitucionais. Conceito de constituição. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
Direito Constitucional: Direito e Garantias Fundamentais	2º	Básica	PUCCINELLI JÚNIOR, ANDRÉ. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. SARAIVA, 2015.
		Básica	TAVARES, ANDRÉ RAMOS. CURSO DE DIREITO CONSTITUCIONAL. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018
		Básica	DOS SANTOS, E. Direito constitucional sistematizado. 1. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 1081 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187188 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FERREIRA FILHO, MANOEL GONÇALVES. ASPECTOS DO DIREITO CONSTITUCIONAL CONTEMPORÂNEO. SARAIVA, 2011
		Complementar	MOTTA, SYLVIO. DIREITO CONSTITUCIONAL. MÉTODO, 2018
		Complementar	PADILHA, RODRIGO. DIREITO CONSTITUCIONAL. FORENSE, 2018
		Complementar	HONÓRIO, A. G. Direito Constitucional: Federalismo, Constituição e Federação. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 410 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202336 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		OLIVEIRA, M. A. C. D. (Il.). Constitucionalismo e História do Direito: 2ª edição. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 782 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206744 . Acesso em: 24 mar. 2022.	
Ementa:		Conceitos básicos: o processo de comunicação; Qualidades do texto; Organização, estilo e estrutura dos diferentes tipos de redação; os textos do ambiente corporativo; As expectativas do ambiente profissional em relação à comunicação escrita. Dúvidas gramaticais mais frequentes: uso de palavras, concordância, regência, crase, pontuação; Fatos gramaticais aplicados à comunicação empresarial; Conceito de redação acadêmica.	
Leitura e Interpretação de Textos	2º	Básica	RIOLFI, C. Rocha, A. y Canadas, M. A. Ensino de Língua Portuguesa. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2008. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/125969 . 08 ago. 2021.
		Básica	FERREIRA, Gonzaga, Redação Científica: como entender e escrever com facilidade. São Paulo: Atlas, 2011.
		Básica	GARCIA, Othon M. Comunicação em Prosa Moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar. 26. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
		Complementar	MARCHIORI, M. Linguagem e discurso. Difusão Editora, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173719 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	EGGER- MOELLWALD, L. Comunicação corporativa: a disputa entre a ficção e a realidade. Cengage Learning Edições Ltda. 2011. p. Disponível: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126773 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	OLIVEIRA, J. P. M. D. Como Escrever Textos Técnicos. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2012. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126007 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	URIBE, Á. (Dir.), Machado de Assis, J. M. y Rodríguez Muñoz, C. (Ed.). (2010). Textos críticos. Universidad Nacional Autónoma de México, 2010. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/34552 . Acesso em: 08 ago. 2021.
Ementa:		OLIVEIRA, Jorge Leite de. Texto Acadêmico: técnicas de redação e pesquisa científica. 8.ed. São Paulo: Vozes, 2012.	
Ementa:		Modos de produção do direito e os instrumentos hermenêuticos. Hermenêutica e construção do direito. Hermenêutica jurídica e jurisprudência. Hermenêutica constitucional. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
Hermenêutica Jurídica	2º	Básica	MAXIMILIANO, CARLOS. HERMENÊUTICA E APLICAÇÃO DO DIREITO. FORENSE, 2018
		Básica	GÓMEZ GARCÍA, J. A. Derecho y analogía: estudios de hermenéutica jurídica. ed. Madrid: UNED - Universidad Nacional de Educación a Distancia, 2017. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/48916 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	DUEÑAS RUIZ, Ó. J. Lecciones de hermenéutica jurídica (7a. ed.). ed. Bogotá: Editorial Universidad del Rosario, 2015. 283 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69672 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CADEMARTOR, LUIZ HENRIQUE URQUHART. HERMENÊUTICA E ARGUMENTAÇÃO NEOCONSTITUCIONAL. ATLAS, 2009
		Complementar	STRECK, L. L. Dicionário de Hermenêutica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Letramento, 2018. 402 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/209770 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	MOREIRA, A. J. Pensando como um negro: Ensaio de hermenêutica jurídica . 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Contracorrente, 2019. 286 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198060 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	LARA LÓPEZ, F. D. Entre fenomenología y hermenéutica. ed. Madrid: Plaza y Valdés, S.L. 2013. 248 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/43394 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		TROTTA, s.a. 2013. 871 p. disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/61319 . acesso em: 24 mar. 2022.	

		Ementa:	Introdução ao Estudo da Economia Política. Institutos da Produção, Circulação, Repartição e Consumo. Equilíbrio Econômico, Planejamento e Desenvolvimento. As Teorias Clássica, Neoclássica e Keynesiana. A Crise da Economia Política e a Divisão Capitalismo - Socialismo. A Globalização da Economia e suas Consequências Sócio-Jurídicas. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.
Economia (EAD)	2ª	Básica	GARCIA, MANUEL ENRIQUEZ. FUNDAMENTOS DE ECONOMIA. SARAIVA, 2019.
		Básica	VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE. FUNDAMENTOS DE ECONOMIA. SARAIVA, 2019.
		Básica	MCGUIGAN, J. R. Moyer, R. C. y Harris, F. H. Economia de empresas: aplicações, estratégia e táticas. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2016. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126674 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Complementar	MANKIW, N. G. Princípios de microeconomia. 4. ed. Cengage Learning Edições Ltda. 2021. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187539 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Complementar	NICHOLSON, W. y Snyder, C. Teoria microeconômica: princípios básicos e aplicações. Cengage Learning Edições Ltda. 2018. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126674 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Complementar	HALL, R. E. y Lieberman, M. Microeconomia. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2003. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126848 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Complementar	MANKIW, N. G. Princípios de microeconomia. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2014. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126433 . Acesso em: 01 jul. 2021.
		Complementar	HALL, R. E. y Lieberman, M. Macroeconomia: princípios e aplicações. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2003. p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126850 . Acesso em: 01 jul.2021.
		Ementa:	Filosofia e Filosofia da Educação. Pressupostos filosóficos que fundamentam as concepções de educação. O homem e suas relações com o mundo. Natureza do conhecimento humano. Natureza, sociedade e educação. As reflexões sobre as sobre as tendências e as escolas da filosofia. A explicitação dos pressupostos dos atos de educar, ensinar e apreender em relação às situações de transformação cultural da sociedade. Os pensadores e suas visões de educação.
Filosofia (EAD)	2ª	Básica	BONJOUR, LAURENCE. FILOSOFIA: TEXTOS FUNDAMENTAIS COMENTADOS. ARTMED, 2010.
		Básica	GUIMARÃES, B. Filosofia como esclarecimento. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2015. 222 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192553 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	STEPHEN, A. Filosofia para Apressadinhos. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Editora Cultrix, 2015. 153 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/190422 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	PAVIANI, J. Uma introdução à filosofia. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2014. 112 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171395 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	PRETTI, G. Filosofia para o dia a dia. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2015. 153 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178219 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VERAS, T. D. S. ; FIGUEIREDO, S. P. F. Filosofia: Conceitos e Reflexões. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 197 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200542 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	NODARI, P. C. Filosofia da religião. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2017. 158 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173370 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Ementa:	A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Civil, os principais conceitos, princípios e perspectivas dos Direitos das Obrigações. Contribuir para o aprofundamento da visão do Direito Civil Constitucional, tendo como figura central a pessoa e não apenas o patrimônio
Direito Civil: Obrigações	3ª	Básica	MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: Teoria Geral das Obrigações. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2018. 305 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176989 . Consultado en: 24 Jul 2023
		Básica	FERNANDES, A. C. Direito civil: obrigações (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2019. 288 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171498 . Consultado en: 24 Jul 2023
		Básica	VENOSA, SÍLVIO DE SALVO. DIREITO CIVIL. ATLAS, 2018
		Complementar	GONÇALVES, CARLOS ROBERTO. DIREITO CIVIL BRASILEIRO, VOLUME 1 SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Complementar	PÉREIRA, CAIO MÁRIO DA SILVA. INSTITUIÇÕES DE DIREITO CIVIL. FORENSE, 2018.
		Complementar	GAGLIANO, PABLO STOLZE. MANUAL DE DIREITO CIVIL: VOLUME ÚNICO. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Complementar	NADER, PAULO CURSO DE DIREITO CIVIL - VOL 1: PARTE GERAL. FORENSE, 2018.
		Complementar	GAGLIANO, PABLO STOLZE. NOVO CURSO DE DIREITO CIVIL. SARAIVA EDUCAÇÃO, 2018.
		Ementa:	Estrutura e organização do Estado Brasileiro. Defesa do Estado e das Instituições Democráticas. Organização dos Poderes. Funções essenciais à Justiça. Ordem econômica e financeira. Ordem social. Perspectivas do Direito Constitucional. Controle de Constitucionalidade. Constitucionalismo. Neoconstitucionalismo. Eficácia e aplicabilidade das normas constitucionais. Poder constituinte. Súmula Vinculante.
Direito Constitucional: Política e controle de constitucionalidade		Básica	PUCCINELLI JÚNIOR, andré. curso de direito constitucional. saraiva, 2015.
		Básica	TAVARES, andré ramos. curso de direito constitucional. saraiva educação, 2018
		Básica	DOS SANTOS, e. direito constitucional sistematizado. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 1081 p. disponpivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187188 . acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FERREIRA FILHO, manoel gonçalves. aspectos do direito constitucional contemporâneo.saraiva, 2011.

Direito Const Organizacão Administrativa Constitucio	3º	Complementar	MOTTA, sylvio. direito constitucional. método, 2018.
		Complementar	PADILHA, rodrigo. direito constitucional. forense, 2018
		Complementar	CARVALHO, k. g. direito constitucional: direito constitucional positivo (22a. ed.). ed. belo horizonte, minas gerais: editora del rey, 2017. 895 p. disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175822. acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FIGUEIREDO DANTAS, p. r. d. curso de direito constitucional (6ta. ed.). 6. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 881 p. disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187187. acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Lide. Sociedade. Jurisdição. Direito processual. Noções fundamentais e históricas. Aplicação do Direito Processual. Processo e Constituição. Institutos e Princípios Fundamentais do Direito Processual. Poder Judiciário e Ministério Público. Ação e Procedimento. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro- brasileira.	
Teoria Geral do Processo	3º	Básica	ALVIM, J. e. carreira. teoria geral do processo. forense, 2018.
		Básica	MANCUSO, rodolfo de camargo. teoria geral do processo. forense, 2018.
		Básica	CÂMARA, alexandre freitas. novo processo civil brasileiro. atlas, 2018.
		Complementar	LACERDA, galeno. teoria geral do processo. forense, 2008.
		Complementar	DELLORE, luiz. teoria geral do processo contemporâneo. atlas, 2018.
		Complementar	MENDES PEREIRA, G. Direito penal II (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 146 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171496. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FONSECA, D. C. D. S. A concepção de direito que prevalece na contemporaneidade: uma crítica à expansão do Direito Penal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 130 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206749. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FILGUEIRA, E. B. F. Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 254 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203697. Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Penal, proporcionando o debate e a reflexão crítica a respeito dos Crimes Contra a Pessoa à luz dos princípios estabelecidos pela Constituição Federal da República e legislação pertinente.	
Direito Penal: Crimes contra a Pessoa	3º	Básica	SCHNEIDER FLACH, M. Dos delitos contra o patrimônio cultural e o ordenamento urbano na lei dos crimes ambientais. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2019. 183 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/167987. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	MACEDO, M. C. Crimes Ambientais: uma discussão sobre a responsabilidade penal da pessoa jurídica . 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 54 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200420. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CAPEZ, fernando. curso de direito penal. saraiva educação, 2018.
		Complementar	RODRIGUES, cristiano. direito penal. saraiva, 2012.
		Complementar	MENDES pereira, g. direito penal i. ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2012. 98 p. disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379. acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VALENTE, n. o. (org.), silva, r. b. d. (org.) ; leal, t. b. t. l. (org.). análises sobre direito penal: coletânea de artigos. 1. ed. [s. l.]: bookwire - simplíssimo, 2019. 177 p. disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196107. acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ROCHA, s. l. p. d. crimes na licitação. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora contracorrente, 2015. 189 p. disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198056. acesso EM: 24 MAR. 2022.
Ementa:		Definição de Filosofia do Direito, bem como seus métodos e contribuições. Filosofia do Direito na Grécia Antiga. Filosofia do Direito na Roma Antiga. Filosofia do Direito na Idade Média. Filosofia do Direito no Renascimento. Filosofia do Direito Moderno. Sistemas Jurídicos Contemporâneos. Lógica, seus princípios e tipos. Tendências filosóficas atuais em Filosofia do Direito. Filosofia do Direito e suas relações com a ética, a política e a cultura.	
Filosofia do Direito	3º	Básica	GONZAGA DE SOUZA, D. Filosofia e direito. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 368 p. Disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171489. Consultado en: 14 Jun 2022
		Básica	VASCONCELOS, J. Estudo de Filosofia do Direito para o exame da OAB. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 124 p. Disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203510. Consultado en: 14 Jun 2022
		Básica	WEBER, T. Ética e Filosofia do Direito: Autonomia e dignidade da pessoa humana. 1. ed. Petrópolis, RJ: Bookwire - Editora Vozes, 2013. 226 p. Disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204634. Consultado en: 14 Jun 2022
		Complementar	MARX, K. ; VIANA, N. Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel: O manifesto inaugural do materialismo histórico. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Edições Redelp, 2020. 58 p. Disponivel em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/208513. Consultado en: 14 Jun 2022
		Complementar	PAVIANI, J. Uma introdução à filosofia. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2014. 112 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171395. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	PRETTI, G. Filosofia para o dia a dia. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2015. 153 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178219. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VERAS, T. D. S. ; FIGUEIREDO, S. P. F. Filosofia: Conceitos e Reflexões. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 197 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200542. Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	GUIMARÃES, B. Filosofia como esclarecimento. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2015. 222 p. Disponivel em:https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192553. Acesso em: 24 mar. 2022.

		Ementa:	Educação étnico-racial e os eixos conceituais; o conceito de raça e as novas formas de racismo moderno; o lugar da educação na luta por uma igualdade de oportunidade nas relações étnico raciais; o pensamento social brasileiro e a identidade negra; o Brasil e a construção das identidades étnico-raciais; o movimento negritude e as resistências negras brasileiras; novos desafios da educação das relações étnico-raciais; educação afro-centrada. As diferentes civilizações indígenas que se formaram antes da chegada dos portugueses revelando e explorando as extensas memórias que no Brasil existiam. Culturas indígenas pré-coloniais, produção tecnológica, diversidade étnica dos povos indígenas, povos amazônicos, povos do Brasil-Central, povos do litoral, a colonização pela ótica dos Tupinambás. Escravidão e resistência. Permanências e rupturas culturais. Pós-colonialismo. As culturas indígenas na contemporaneidade.
História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (EAD)	3º	Básica	PIMENTEL, C. S. Memória Brasileira em Áfricas: Da Convivência à Narrativa Ficcional em Comunidades Afro-Brasileiras. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2016. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118996 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Básica	BRITO, Ê. J. D. C. Leituras Afro-Brasileiras. Volume 1: Resignificações Afrodiáspóricas Diante da Condição Escravizada no Brasil. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118984 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Básica	BRITO, Ê. J. D. C. Leituras afro-brasileiras. Volume 2: Contribuições Afrodiáspóricas e a Formação da Sociedade Brasileira. Jundiá, SP: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118985 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	DOSSANTOS, S. A. Educação: um pensamento negro contemporâneo. Paco Editorial, 2014. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120466 . 08 ago. 2021.
		Complementar	SILVA, A. D. A. Representações e marcadores territoriais dos povos indígenas do corredor etnoambiental Tupi mundé. Jundiá: Paco Editorial, 2019. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119102 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	VIGEVANI, T.; LIMA, T. Diversidade étnica, conflitos regionais e direitos humanos. Fundação Editora UNESP, 2008. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/174961 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	SANGLALLI, A. Tekoha Ka' aguy: Diálogos Entre Saberes Guarani e Kaiowá e o Ensino de Ciências da Natureza. Jundiá: Paco Editorial, 2017. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119127 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	CAMPO A. A. L. Dicionário básico de antropologia. Quito: Ediciones Abya-Yala, 2013. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/79954 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Ementa:	Introdução ao estudo da Psicologia. Psicologia enquanto ciência e sua interface com o Direito. Dinâmica da Personalidade. Percepção e memória do testemunho. Aspectos da psicopatologia. Transtornos psicológicos.
Psicologia Jurídica (EAD)	3º	Básica	FIGLIOLI, JOSÉ OSMIR. PSICOLOGIA JURÍDICA. ATLAS, 2018.
		Básica	PERES, V. L. A. Subjetividade e Psicologia Jurídica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Appris, 2018. 348 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197784 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	BANDRÃO, E. P. (Il.). Atualidades em psicologia jurídica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Nau Editora, 2016. 353 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197787 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ROVINSKI, S. L. R. (Org.); CRUZ, R. M. (Org.). Psicologia jurídica: perspectivas teóricas e processos de intervenção. 1. ed. São Paulo: Bookwire - Vetor Editora, 2017. 526 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196111 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SERAFIM, A. D. P. (Org.); BARROS, E. L. D. (Org.); RIGONATTI, S. P. (Org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica II. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Vetor Editora, 2011. 308 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/199970 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SERAFIM, A. D. P. (Org.); BARROS, E. L. D. (Org.); RIGONATTI, S. P. (Org.). Temas em psiquiatria forense e psicologia jurídica I. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Vetor Editora, 2011. 332 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/199967 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	GARCÍA-LÓPEZ, E. Mediación, perspectivas desde la psicología jurídica. ed. Bogotá: Editorial El Manual Moderno Colombia, 2014. 316 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/71143 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CLEMENTE DÍAZ, M. (Dir.). BLANCO RAD, M. L. ; CATALÁN FRÍAS, M. J. Manual de Psicología Jurídica Laboral. ed. Las Rozas, Madrid: Delta Publicaciones, 2007. 265 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/170180 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Ementa:	Estudo da parte geral do direito dos contratos, numa análise genérica destes, ou seja, enquanto institutos de direito das obrigações. Início do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise, desde já, de alguns dos vários contratos típicos de Direito Privado. Continuação do estudo da parte especial do direito dos contratos, com a análise dos demais contratos típicos de direito privado.
Direito Civil: Teoria Geral dos Contratos	4º	Básica	VENOSA, SÍLVIO DE SALVO. DIREITO CIVIL. ATLAS, 2018
		Básica	MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	ROUSSEAU, J. ; BINI, E. (Trad.). Do contrato social: princípios do direito político. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Edipro, 2020. 159 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205153 . Consultado em: 25 Jul 2023.
		Complementar	PEREIRA, CAIO MÁRIO DA SILVA. OBRIGAÇÕES E CONTRATOS – PARECERES. FORENSE, 2011.
		Complementar	LUCCO, A. L. Responsabilidade Civil nos Contratos de Empreitada. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 143 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202140 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	AYALA ESCORZA, M. D. C. Contratos civiles. ed. México, D.F: IURE Editores, 2017. 330 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/40214 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ROQUE, S. J. Do contrato de franquia empresarial. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2012. 225 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178211 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ROQUE, S. J. Do contrato de transporte. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2009. 223 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178198 . Acesso em: 24 mar. 2022.

	Ementa:	Crimes contra o patrimônio. Furto. Roubo e Extorsão. Usurpação. Dano. Apropriação ou Indébita. Estelionato e Outras Fraudes. Receptação. Crimes contra a propriedade imaterial: violação de direito autoral. Disposições Gerais. Dos crimes contra a liberdade sexual. Dos crimes sexuais contra vulnerável. Do lenocínio e do tráfico de pessoa para fim de prostituição ou outra forma de exploração sexual. Do ultraje público ao pudor.	
Direito Penal: Crimes contra o Patrimônio e Contra Dignidade Sexual	4º	Básica	DE BRITO, D. T. ; PANICHI, E. Crimes contra a dignidade sexual: a memória jurídica pela ótica da estilística léxica. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2013. 238 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195707 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	HAYES, S. CARPENTER, B. ; DWYER, A. Sex, Crime & Morality. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2012. 145 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/138840 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	GONÇALVES, vctor eduardo rios. direito penal. saraiva, 2018.
		Complementar	FRANCK, M. I. Abuso sexual infantil. ed. [S. l.]: Bonum, 2018. 191 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/213568 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	OLIVEIRA, assis da costa. violência sexual contra crianças e adolescentes. lumen juris, 2017.
		Complementar	BROWN, J. M. (II.) ; WALKLATE, S. L. (II.). Handbook On Sexual Violence. ed. New York: Taylor & Francis Group, 2011. 545 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/138842 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	LOSADA, A. V. (Comp.), RILOVA SALAZAR, F. ; MARTORELLA, A. M. Abuso sexual infantil. ed. [S. l.]: RV Ediciones, 2020. 155 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197592 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SORIA VERDE, M. Á. El agresor sexual y la víctima. ed. Barcelona: Marcombo, 2009. 241 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/45895 . Acesso em: 24 mar. 2022.
	Ementa:	Estudo da função administrativa do Estado. O Direito Administrativo como instrumento da administração pública. Princípios do Direito Administrativo. Atividades e Entidades administrativas. Agentes Públicos. Servidores Públicos. Cargos, funções e empregos públicos. Serviço público e sua delegação. Atos e Fatos administrativos. Atividades e Poderes administrativos. Poder de polícia do Estado. Bens Públicos atuação do Estado no domínio econômico. Intervenção do Estado na propriedade. Processo administrativo. Controle da Administração Pública. Intervenção do Estado na propriedade privada. Intervenção do Estado na Economia. Licitações Públicas. Contratos administrativos e Contratos da Administração Pública. Processo e Procedimento administrativo. Controle dos Atos da Administração. Responsabilidade extracontratual do Estado.	
Direito Administrativo: Teoria Geral da Administração Pública	4º	Básica	DIAS, Lúcia Rossi correa. direito administrativo. saraiva, 2016.
		Básica	Carvalho Filho, José dos santos. manual de direito administrativo. atlas, 2018.
		Básica	ALEXANDRE, Ricardo. direito administrativo. forense, 2018.
		Complementar	COUTO, Reinaldo. curso de direito administrativo. saraiva, 2015.
		Complementar	GASPARINI, Diógenes. direito administrativo. saraiva, 2000.
		Complementar	PIETRO, maria Sylvia Zanella di. direito administrativo. atlas, 2002.
		Complementar	HELENE, hélio. Responsabilidade do estado por ato legislativo. saraiva, 2011.
		Complementar	TAVARES, André Ramos. curso de direito constitucional. saraiva educação, 2018.
	Ementa:	Processo e Procedimento. Formação, suspensão e extinção do processo. A petição inicial. Requisitos. Indeferimento. Pedido. Cumulação de pedidos. Citação. Intimação. Resposta ao réu. Recolhimento do pedido. Revelia e contumácia. Defesa e exceções. A reconvenção. A declaração incidente. Audiência preliminar.	
Direito Processual Civil: Instrumentalidade	4º	Básica	CÂMARA, alexandre freitas novo processo civil brasileiro, o. atlas, 2018.
		Básica	MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.) ; GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.) ; DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/179454 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	RODRIGUES, D. V. D. O. Instrumentalidade como causa e consequência: estudo sobre a influência da terceira fase metodológica do direito processual civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 219 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201047 . Consultado em: 25 Jul 2023
		Complementar	CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201075 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	RODRIGUES, L. M. Projeção da Autonomia Privada no Direito Processual Civil e sua contribuição para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva: autonomia privada e processo civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 107 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200445 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	STRENGER, G. Efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201009 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	GARCIA, W. RODRIGUES, G. ; DENSA, R. (II.). Manual completo de direito civil: ideal para provas e concursos (3a. ed.). ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 409 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187182 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VENÂNCIO, C. T. (Org.). Código Civil 2021- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Lei de introdução às normas do direito. ed. Leme, São Paulo: Editora Edijur, 2021. 385 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/177301 . Acesso em: 24 mar. 2022.
	Ementa:	Criança e adolescente. A criança e o adolescente na constituição federal, na legislação civil, penal, trabalhista e no estatuto da criança e do adolescente. Conceitos e direitos fundamentais. A prevenção e a política de atendimento. Medidas de proteção e socioeducativas. A prática de ato infracional. A criação dos conselhos. A justiça da infância da juventude. Os crimes e as infrações administrativas.	
Criança e do Adolescente	4º	Básica	DUPRET, C. Curso de Direito da Criança e do Adolescente (3a. ed.). 3. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Letramento, 2015. 776 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197926 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Básica	SILVA, Roberto da. ECA 31 anos: nem a Pandemia nem o ódio podem matar nossos sonhos. São Paulo: Simplíssimo, 2021. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/ECA_31_anos_nem_a_Pandemia_nem_o_%C3%B3dio_p/8blmEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=0 . Acesso em: 02 maio. 2022.
		Básica	PAIANO, Daniela Braga; PAVIANI, Gabriela Amorim; PAVÃO, Juliana Carvalho. Estatuto da Criança e do Adolescente: uma homenagem aos seus 30 anos. São Paulo: Thoth, 2021. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/ESTATUTO_DA_CRIAN%C3%B7A_E_DO_ADOLESCENTE_UM/u7hFEAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1 . Acesso em: 02 maio. 2022.
		Complementar	SOUZA, Adriane de. Estatuto da Criança e do Adolescente : lei no 8.069/1990. 2. ed. rev. e atual. São Paulo: Alumnus, 2019. Disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/Estatuto_da_Crian%C3%A7a_e_do_Adolescente_le/T9CMDwAAQBAJ?hl=pt-BR&gbpv=1 . Acesso em: 21 maio. 2022.
		Complementar	Edições Câmara, Câmara dos Deputados. Estatuto da Criança e do Adolescente. 19. ed. Brasília: Edições Câmara, 2022.

Estatuto da		Complementar	DE MIRANDA, N. Por que direitos humanos. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2018. 193 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192838 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	MARCHETTI FILHO, G. F. Estudos de Direito - Direito Civil: teoria geral do Direito Civil. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2020. 386 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176377 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	GALLASSI, A. MAGALHÃES MARTINS, G. (Coord.); PITELLI ZAMARIAN HOUAISS, L. (Coord.). Estatuto da pessoa com deficiência: comentários à Lei 13.146/2015. ed. Indaiatuba, São Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 409 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/180134 . Consultado em: 14 Jun 2022
Ementa:		Ciências do Ambiente e Ecologia os problemas ambientais, suas causas e sustentabilidade. Educação Ambiental. Ética e sustentabilidade. O papel das organizações no desenvolvimento sustentável. Sustentabilidade: Histórico e Antecedentes. A prática da sustentabilidade. Legislação ambiental aplicada à sustentabilidade. Sistema de Gestão Ambiental (SGA).	
Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (EAD)	4º	Básica	MADARASZ, N. R. Calgare, C. y Veiga, I. S. Sociedade e ambiente: direito e estado de exceção. Universidade Caxias do Sul, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175474 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Básica	ARNOLD, C. D. M. Borile, G. O. y Pereira, A. O. K. Meio ambiente, novos direitos e a sociedade de consumo. Universidade Caxias do Sul, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175481 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Básica	ROGÉRIO JÚNIOR, T. Educação, meio ambiente e saúde, volume 3: escritos científicos do extremo sul do Piauí. Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112015 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	OLIVEIRO, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiá: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	PERING, E. Integração e meio ambiente no mercosul. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65808 . Acesso em: 2021.
		Complementar	CALGARO, C. y Koppe Pereira, H. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Universidade Caxias do Sul, 2016. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171481 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	MILLER, G. T. Ciência ambiental. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2015. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126887 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Complementar	MACHADO, V. Diálogos interprofissionais sobre ambiente e sustentabilidade. Universidade Caxias do Sul, 2019. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175487 . Acesso em: 08 ago. 2021.
		Ementa:	
Direitos Humanos (EAD)	4º	Básica	DE MIRANDA, N. Por que direitos humanos. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Autêntica Editora, 2018. 193 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/192838 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	ALVARENGA, R. Z. D. Direitos Humanos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2020. 187 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203559 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	CALGARO, C. ; BIASOLI, L. Ética e Direitos Humanos. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171484 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SILVA, D. D. M. R. D. Educação e Direitos Humanos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 120 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202333 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ENGELMANN, W. ; WITTMANN, C. Direitos humanos e novas tecnologias. ed. Anhangabaú, Jundiá, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 389 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108189 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	DINALI, D. D. J. VAZ, F. M. D. O. ; LIMA, M. G. Direitos humanos e temas sociais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 240 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200856 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	BROETTO, M. G. ; ALVARENGA, R. Z. D. Direitos Humanos na Atualidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 316 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201026 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SYMONIDES, J. Direitos Humanos: Novas dimensões e desafios. ed. Brasília: UNESCO Brasil, 2004. 397 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65951 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		A disciplina tem por objetivo discutir os conceitos e a finalidades do Direito Civil, seus principais conceitos e princípios, além das perspectivas da Teoria dos Contratos. Contribuir para o aprofundamento da visão do Direito Civil Constitucional, tendo como figura central a pessoa e não apenas o patrimônio.	
Civil: Contratos em Espécie	5º	Básica	VENOSA, SÍLVIO DE SALVO. DIREITO CIVIL. ATLAS, 2018
		Básica	MENDES, E. S. As Relações Contratuais Fáticas no Direito Comercial: Negociações Pré-Contratuais, Comportamentos Concludentes e Negócios Jurídicos Tácitos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 369 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201127 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	ROUSSEAU, J. ; BINI, E. (Trad.). Do contrato social: princípios do direito político. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Edipro, 2020. 159 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205153 . Consultado em: 25 Jul 2023.
		Complementar	PEREIRA, CAIO MÁRIO DA SILVA. OBRIGAÇÕES E CONTRATOS – PARECERES. FORENSE, 2011.
		Complementar	LUCCO, A. L. Responsabilidade Civil nos Contratos de Empreitada. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 143 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202140 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	AYALA ESCORZA, M. D. C. Contratos civiles. ed. México, D.F: IURE Editores, 2017. 330 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/40214 . Acesso em: 24 mar. 2022.

Direito		Complementar	ROQUE, S. J. Do contrato de franquia empresarial. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2012. 225 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178211 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ROQUE, S. J. Do contrato de transporte. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Ícone Editora, 2009. 223 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/178198 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Dos crimes contra a paz pública. Dos crimes contra a fé pública. Dos crimes contra a administração pública e Lei dos Crimes hediondos. Lei de Drogas. Tortura. Organização criminosa. Lavagem de Dinheiro. Crimes contra ordem tributária. Contravenções penais. Crimes contra o sistema financeiro. Violação de direitos autorais. Crimes contra a economia popular. Lei Maria da Penha. Crimes de trânsito Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
Direito Penal: Crimes contra fé e a Administração e Legislação Penal Especial	5º	Básica	OLIVEIRA, p. s. b. d. novas proposições para legislação penal: justificativas e implicações do rigor penal no cenário brasileiro pós - 1988. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 125 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200673 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LINJARDI, i. c. d. m. (coord.), linjardi, l. g. s. (coord.); veras, n. a. (coord.). código de processo penal: comentado à luz da defesa (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 951 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176822 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	PRADO, luiz r. direito penal do ambiente. [digite o local da editora]: grupo gen, 2019. e-book. isbn 9788530986919. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530986919/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	LARA, m. d. discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 161 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203719 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ZANETTI, j. c. t. direito e processo penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 251 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202089 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	OLIVEIRA, j. r. d.; lima, m. l. o. o processo penal como um jogo estratégico: a aplicação da teoria dos jogos à delação premiada. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 60 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200467 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	CAMPOS, f. d. o. retórica, seletividade e criminalização: um estudo sobre a teoria da argumentação e os limites do direito penal. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 199 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201168 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	MARTINS, f. a. (org.); damian, a. (coord.). estudos contemporâneos em ciências criminais. 1. ed. Curitiba: bookwire - editora appris, 2021. 272 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/194367 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		História e Direito do Trabalho. Introdução ao Direito do Trabalho. Princípios Relativos ao Capital e Trabalho. Contrato Individual de Trabalho. Sujeitos do Contrato: empregado. Sujeitos do Contrato: empregador. Duração do Trabalho. Remuneração. Alteração, Suspensão e Interrupção do Contrato de Trabalho. Garantias de Emprego. Extinção do Contrato de Trabalho. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.	
Direito do Trabalho: Direito Individual	5º	Básica	TEIXEIRA FILHO, m. a. comentários ao novo código de processo civil sob a perspectiva do processo do trabalho (3a. ed.). ed. [s. l.]: ltr editora ltda. 2019. 1537 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209101 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LEITE, g.; ricalde, m. d. c. execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 321 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	AGUIAR, antônio c.; basile, César reinaldo o. negociação coletiva de trabalho. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2018. e-book. isbn 9788553601547. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601547/ . acesso em: 06 mar. 2023
		Complementar	REIS, jair teixeira dos. manual pratico de direito do trabalho. juruá, 2010.
		Complementar	MANUS, pedro paulo teixeira. direito do trabalho. atlas, 2002.
		Complementar	MARTINS, sergio pinto. direito do trabalho. saraiva, 2017.
		Complementar	ACIOLI, José adelmi da silva. temas de direito do trabalho. ltr, 2014.
Ementa:		Teoria geral dos recursos; Recurso independente e recurso adesivo; os recursos do CPC: apelação, agravo, embargos infringentes, embargos de declaração, recurso extraordinário, recurso especial, embargos de divergência, recursos inominados; Da reclamação.	
Direito Processual Civil: Recursos	5º	Básica	CÂMARA, alexandre freitas novo processo civil brasileiro, o. atlas, 2018.
		Básica	MANSO REAL AMADEO, R. D. C. (Org.), GUIMARÃES ZVEIBIL, D. (Org.); DELLORE, L. (Org.). Direito processual civil contemporâneo. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 745 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/179454 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	RODRIGUES, D. V. D. O. Instrumentalidade como causa e consequência: estudo sobre a influência da terceira fase metodológica do direito processual civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 219 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201047 . Consultado em: 25 Jul 2023
		Complementar	CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C.; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201075 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	RODRIGUES, L. M. Projeção da Autonomia Privada no Direito Processual Civil e sua contribuição para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva: autonomia privada e processo civil. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 107 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200445 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	STRENGER, G. Efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 149 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201009 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	GARCIA, W. RODRIGUES, G.; DENSA, R. (II.). Manual completo de direito civil: ideal para provas e concursos (3a. ed.). ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 409 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187182 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VENÂNCIO, C. T. (Org.). Código Civil 2021- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Lei de introdução às normas do direito. ed. Leme, São Paulo: Editora Edijur, 2021. 385 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/177301 . Acesso em: 24 mar. 2022.

		Ementa:	Introdução. História do processo penal. Princípios constitucionais do processo penal. Fontes do processo penal. Interpretação da lei processual penal. A lei processual no tempo e no espaço. A lei processual em relação às pessoas. Sistemas processuais. Da fase de investigação e do inquérito policial. Sujeitos Processuais. Ação penal. Jurisdição e competência. Atos Processuais. Da prova – teoria geral.
Direito Processual Penal: Instrumentalidade	5ª	Básica	MASELLI, p. g. c. código de processo penal brasileiro: os reflexos do tribunal inquisitorial em seu conteúdo. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 163 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203696 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	ZANETTI, j. c. t. direito e processo penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 251 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202089 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	GOUVEA, c. c. alternativas à prisão no ordenamento penal brasileiro. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 145 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201105 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	AMORIM, p. a. d. a incorporação do sistema de precedentes no direito brasileiro: uma análise a partir da (in)constitucionalidade da prisão após a condenação em segunda instância. 1. ed. [s. l.]: bookwire - conhecimento livraria e distribuidora, 2021. 123 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211175 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ARÉAS, p. a. m. a sentença penal condenatória e sua qualidade de título executivo civil: reflexos no processo civil da sentença penal condenatória. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 120 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200493 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	LINJARDI, i. c. d. m. (coord.), linjardi, l. g. s. (coord.); veras, n. a. (coord.). código de processo penal: comentado à luz da defesa (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 951 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176822 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	OLIVEIRA, j. r. d.; lima, m. l. o. o processo penal como um jogo estratégico: a aplicação da teoria dos jogos à delação premiada. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 60 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200467 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	CHIARELLA, m. prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas como pena alternativa à prisão . 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 120 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201069 . acesso em: 06 mar 2023
		Ementa:	Responsabilidade Civil: caracterização, pressupostos, modalidades e excludentes. Responsabilidade civil subjetiva e responsabilidade civil objetiva. Responsabilidade por fato próprio, fato de terceiro, fato de coisa ou animal. Direitos especiais de responsabilidade civil. Efeitos cíveis da sentença penal. Responsabilidade da Administração Pública. Culpa. Dano.
Direito Civil: Responsabilidade Civil	6ª	Básica	MAIMONE, f. h. c. d. p. responsabilidade civil na lgpd. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2022. 129 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205596 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	TEIXEIRA NETO, f. responsabilidade civil objetiva: da fragmentariedade à reconstrução sistemática. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2022. 569 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203024 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	KÜHN, maria leonor de s. responsabilidade civil: a natureza jurídica da relação médico-paciente. [digite o local da editora]: editora manole, 2002. e-book. isbn 9788520442104. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788520442104/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	BARBOSA, m. m. (coord.), rosenvald, n. (coord.); muniz, f. a. d. s. (coord.). responsabilidade civil e comunicação: iv jornadas luso-brasileiras de responsabilidade civil. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 417 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202464 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	DO RÊGO MONTEIRO FILHO, c. e. (coord.), rosenvald, n. (coord.); densa, r. (coord.). coronavírus e responsabilidade civil: impactos contratuais e extracontratuais (2a. ed.). 2. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 593 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187181 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	IUCCO, a. l. responsabilidade civil nos contratos de empreitada. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 143 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202140 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	TEIXEIRA, a. c. b. (coord.), rosenvald, n. (coord.); multedo, r. v. (coord.). responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 537 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202462 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	cortez fernandes, a. direito civil: responsabilidade civil. ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2013. 296 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171376 . acesso em: 06 mar 2023
		Ementa:	Agentes Públicos. Teoria geral do ato administrativo. Licitações. Contratos administrativos. Responsabilidade extracontratual do Estado. Controle da Administração pública. Perspectivas do Direito Administrativo. Reflexão sobre temas transversais como sociedade do consumo e sustentabilidade, meio ambiente e educação ambiental, diversidade étnico-racial brasileira e a influência da cultura afro-brasileira.
Direito Administrativo: Licitação, Contratos e Processo Administrativo	6ª	Básica	DIAS, licínia rossi correa. direito administrativo. saraiva, 2016.
		Básica	CARVALHO FILHO, josé dos santos. manual de direito administrativo. atlas, 2018.
		Básica	ALEXANDRE, ricardo. direito administrativo. forense, 2018
		Complementar	COUTO, reinaldo. curso de direito administrativo. saraiva, 2015.
		Complementar	GASPARINI, diogenes. direito administrativo. saraiva, 2000.
		Complementar	PIETRO, maria sylvia zanella di. direito administrativo. atlas, 2002.
		Complementar	HELENE, helio. responsabilidade do estado por ato legislativo. saraiva, 2011.
		Complementar	TAVARES, andré ramos. curso de direito constitucional. saraiva educação, 2018
		Ementa:	Objeto; noções de direito sindical. Princípio relativo ao capital e ao trabalho. Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho e às relações coletivas de trabalho. Breve histórico do sindicalismo: outros países e Brasil. Conceito e Natureza Jurídica de Sindicato. Funções do Sindicato. O sindicalismo e a Organização Internacional do Trabalho. Liberdade Sindical.
Direito do Trabalho		Básica	BRITO FILHO, j. c. m. d. direito sindical: análise do modelo brasileiro de relações coletivas de trabalho à luz do direito estrangeiro comparado e da doutrina da oit: proposta de inserção da comissão de empresa. ed. [s. l.]: ltr editora ltda. 2019. 425 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209056 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LEITE, g. ; ricalde, m. d. c. execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 321 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821 . acesso em: 06 mar 2023

Direito do Trabalho Coletivo	6º	Básica	AGUIAR, antônio c.; basile, César reinaldo o. negociação coletiva de trabalho. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2018. e-book. isbn 9788553601547. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601547/ . acesso em: 06 mar. 2023
		Complementar	REIS, jair teixeira dos. manual pratico de direito do trabalho, juruá, 2010.
		Complementar	MANUS, pedro paulo teixeira. direito do trabalho. atlas, 2002.
		Complementar	MARTINS, sergio pinto. direito do trabalho. saraiva, 2017.
		Complementar	ACIOLI, José Adelmy da Silva. temas de direito do trabalho. Itr, 2014.
		Complementar	NASCIMENTO, amaury mascaro. curso de direito do trabalho: história e teoria geral do direito do trabalho. saraiva, 2001.
Ementa:		Do sistema executório – A execução em geral: partes, competência, título executivo, responsabilidade patrimonial, liquidação da sentença – As diversas espécies de execução: na legislação codificada e na legislação extravagante – Embargos do devedor – Formas expropriatórias – Suspensão e extinção do processo – Cumprimento da Sentença - Processo sincrético.	
Direito Processual Civil: Execução	6º	Básica	BUENO, s. d. a. m. cognição e mérito na execução civil: técnicas e limites. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 232 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202075 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	MENDES, a. g. d. c. (coord.), alvim, t. a. (coord.); cabral, t. n. x. (coord.). execução civil - novas tendências: estudos em homenagem ao professor arruda alvem. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 841 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205590 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	RODRIGUES, m. a. ; densa, r. (il.). execução por quantia certa contra devedor solvente. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 511 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202443 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	MARTINS, j. l. s. a execução fiscal à luz do devido processo legal. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 218 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203539 . acesso em: 06 may 2023
		Complementar	PALAIÁ, nelson; santos, murilo angeli dias dos. noções essenciais de direito. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788571441026. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441026/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	NADER, paulo. curso de direito civil - vol. 1 - parte geral, 11ª edição. [digite o local da editora]: grupo gen, 2018. e-book. isbn 9788530979645. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979645/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	REALE, miguel. lições preliminares de direito, 27ª edição. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2013. e-book. isbn 9788502136847. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	DOUTOR, m. medidas executivas atípicas na execução por quantia certa, diretrizes e limites de aplicação. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 191 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201083 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		Da prisão, das Medidas Cautelares e Liberdade. Das outras Medidas Cautelares e da Liberdade Provisória com ou sem Fiança. Habeas Corpus. Dos Procedimentos em Espécie. Das Nulidades.	
Direito Processual Penal: Prisão e Liberdade	6º	Básica	MASELLI, p. g. c. código de processo penal brasileiro: os reflexos do tribunal inquisitorial em seu conteúdo. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 163 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203696 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	ZANETTI, j. c. t. direito e processo penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 251 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202089 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	GOUVEA, c. c. alternativas à prisão no ordenamento penal brasileiro. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 145 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201105 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	AMORIM, p. a. d. a incorporação do sistema de precedentes no direito brasileiro: uma análise a partir da (in)constitucionalidade da prisão após a condenação em segunda instância. 1. ed. [s. l.]: bookwire - conhecimento livraria e distribuidora, 2021. 123 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211175 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ARÉAS, p. a. m. a sentença penal condenatória e sua qualidade de título executivo civil: reflexos no processo civil da sentença penal condenatória. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 120 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200493 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	LINJARDI, i. c. d. m. (coord.), linjardi, l. g. s. (coord.); veras, n. a. (coord.). código de processo penal: comentado à luz da defesa (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 951 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176822 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	OLIVEIRA, j. r. d. ; lima, m. l. o. o processo penal como um jogo estratégico: a aplicação da teoria dos jogos à delação premiada. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 60 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200467 . acesso em: 06 mar 2023
Complementar	CHIARELLA, m. prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas como pena alternativa à prisão . 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 120 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201069 . acesso em: 06 mar 2023		
Ementa:		Estudo da Teoria Geral do Direito Empresarial e seus elementos, abordando aspectos históricos, econômicos, sociais e jurídicos. Estudo da nova estrutura do Direito Empresarial, destacando a Empresa, o Estabelecimento e Os Empresários; e Estudo dos tipos societários do Código Civil. Compreender historicamente a sociedade anônima, suas características, assim como a própria constituição societária, a temática envolvendo o capital social, os órgãos societários e as transformações societárias. Abordar os aspectos relevantes da Sociedade Anônima à luz da legislação vigente. Propiciar uma visão geral da sociedade anônima e a circulação de seus valores mobiliários, bem como o papel da Bolsa de Valores e a participação da Comissão de Valores Mobiliários.	
Geral da Empresa	6º	Básica	BRITO, C. A. D. Sinopse de direito empresarial (3a. ed.). ed. Leme, São Paulo: Editora Edijur, 2018. 289 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/177790 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	LIMA, L. M. D. Direito Empresarial e Inovação: Os Sistemas de Direitos de Propriedade Intelectual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2017. 280 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200495 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	CORREIA, P. A. C. Vade mecum de direito empresarial com nomen juris. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2020. 78 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/199583 . Acesso em: 24 mar. 2022.

Direito Empresarial: Teoria	6º	Complementar	GIALLUCA, alexandre. direito empresarial iv. saraiva, 2012.
		Complementar	PIRES, J. S. ; MORAES, P. A. D. Direitos Humanos e Empresas: da obrigação do Estado à responsabilidade da atividade empresarial. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 268 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200449 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SPERCEL, T. A. Lei Anticorrupção e Direito Empresarial: Repressão à Corrupção em Grupos Empresariais. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 383 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201087 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	DAMIAN, T. Direito de empresa: fundamentos jurídicos para estudantes, administradores, advogados, contadores e empresário. ed. Jundiaí, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2015. 401 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112025 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SACRAMONE, M. B. (Coord.), NUNES, M. G. (Coord.); KOURY, F. F. D. A. Direito societário e recuperação de empresas: estudos de jurimetria. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 321 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202439 . Acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		A demora na prestação da tutela jurisdicional pelo Poder Judiciário em razão da intervenção necessária do juiz na solução das controvérsias tem sido alvo de críticas constantes. A mediação e arbitragem trazem um aspecto dinâmico para a oferecer aos diferentes tipos de direito e interesses envolvidos uma solução rápida dos conflitos de interesses.	
Métodos Extrajudiciais e Judiciais de Solução de Conflitos	6º	Básica	BALTAZAR, a. j. mediação e conciliação nos cartórios extrajudiciais: papel do oficial de registro de imóveis no âmbito da execução extrajudicial de bens imóveis alienados fiduciariamente. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 106 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203703 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	RABELO, f. c. p. arbitragem e resoluções extrajudiciais de conflitos trabalhistas após o advento da lei 13.467/17. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2020. 150 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203752 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	AQUINO, r. v. d. jurisdição civil: o requerimento administrativo prévio à luz da dinâmica dos conflitos. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 76 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200428 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SOUZA, a. a. d. a mediação como método de solução de conflitos individuais do trabalho no brasil: legislação, panorama e vantagens. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 153 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201052 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SAMPAIO, a. l. mediação no inventário judicial como método adequado para solução de conflitos na sucessão hereditária. recima 21, 3 (4), 1364. [s. l.], v. n. 18 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/220329 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SOUZA NETTO, a. e. d. ; mendes longo, s. a recuperação empresarial: e os métodos adequados de solução de conflitos. ed. porto alegre: paixão editores, 2020. 208 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176415 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	NALINI, j. r. ética para escreventes: roteiro de conduta para funcionários das delegações extrajudiciais. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 55 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200426 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	NETO, a. r. responsabilidade civil dos delegatários dos serviços extrajudiciais. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 187 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201068 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		Introdução ao direito processual do trabalho. Formas de solução dos conflitos trabalhistas. Princípios do direito processual do trabalho. Organização e funcionamento da Justiça do Trabalho. Normas de direito processual do trabalho. Competência da Justiça do Trabalho. Ação trabalhista. Dissídio individual. Nulidades no Direito Processual do Trabalho. Provas. Sentença.	
Direito Processual do Trabalho	6º	Básica	TEIXEIRA FILHO, m. a. comentários ao novo código de processo civil sob a perspectivado processo do trabalho (3a. ed.). ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2019. 1537 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209101 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LEITE, g. ; ricalde, m. d. c. execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 321 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	AGUIAR, antônio c.; basile, césar reinaldo o. negociação coletiva de trabalho. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2018. e-book. isbn 9788553601547/. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601547/ . acesso em: 06 mar. 2023
		Complementar	TEIXEIRA FILHO, m. a. cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2021. 95 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	KOURY, l. r. n. (coord.), assunção, c. s. s. (coord.) ; cunha, n. x. (coord.). execução no processo do trabalho. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2020. 355 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PEYON, eduardo r. sobre o trabalhar contemporâneo: diálogos entre a psicanálise e a psicodinâmica do trabalho. [digite o local da editora]: editora blucher, 2018. e-book. isbn 9788580393552. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393552/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	SANTOS, enoque ribeiro dos. negociação coletiva de trabalho, 3ª edição. [digite o local da editora]: grupo gen, 2018. e-book. isbn 9788530981105. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981105/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	TEIXEIRA FILHO, m. a. cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2021. 119 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		O estudo do direito material e processual coletivo apresenta-se como um dos principais desafios do direito contemporâneo, a uma porque desconstrói a premissa do direito subjetivo e a duas porque impõe uma epistemologia comprometida com o coletivo. a disciplina propõe analisar o fenômeno da transindividualização dos direitos e dos danos, a coletivização das demandas e seus respectivos mecanismos de acesso à justiça. a evolução histórica e legislativa dos direitos difusos e coletivos será estudada como linha do tempo dos mecanismos judiciais e extrajudiciais para a proteção de tais direitos.	
cesso Coletivo	6º	Básica	BASTOS, f. curso de processo coletivo (2a. ed.). ed. indaiatuba, sao paulo: bookwire - editora foco, 2020. 561 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/184050 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LOURENÇO, h. ; densa, r. (il.). processo coletivo sistematizado. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 241 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202446 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	PEREIRA, r. g. a legitimação para agir no processo coletivo brasileiro: análise à luz do modelo constitucional de processo delineado pela constituição da república federativa do brasil de 1988. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 90 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200829 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	CARVALHO, jeferson moreira de. estatuto da criança e do adolescente. 2. ed. são paulo: juarez de oliveira, 2000. acesso em: 02 maio. 2022."

Direitos Difusos: Pro	6ª	Complementar	GOMES, r. g. tutela coletiva no direito eleitoral: legitimidade dos interessados difusos na fiscalização das eleições. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 511 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201140 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	WATANABE, k. acesso à ordem jurídica justa: conceito atualizado de acesso à justiça, processos coletivos e outros estudos. ed. belo horizonte, minas gerais: editora del rey, 2019. 449 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/167982 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	GUERRA, m. v. d. m. e. substituição processual conglobante: novas observações sobre a substituição processual nos processos coletivos e a necessidade de controle judicial da legitimação adequada e da adequada representação. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2020. 185 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201481 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	AZEVEDO, t. p. d. anulação dos instrumentos coletivos de trabalho: análise de processos: avanço ou retrocesso?. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 194 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202162 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		Direito das Coisas: conceito, classificação e conteúdo. Distinção entre direito real e direito obrigacional. Efeitos do direito real. Da Posse: origem, conceito, natureza jurídica, evolução histórica e classificação. Aquisição, conservação transmissão e perda da posse. Proteção possessória. Usucapião. Efeitos da posse. Da Propriedade: noções, evolução, natureza jurídica, fundamento, evolução histórica. Aquisição da propriedade em geral: aquisição da propriedade imóvel; usucapião e suas modalidades. Função social da propriedade. Ação reivindicatória e outros meios de tutela da propriedade. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Desapropriação. Propriedade resolúvel. Propriedade literária, científica e artística. Garantia fiduciária. Propriedade fiduciária. Direitos de vizinhança. Uso nocivo da propriedade. Condomínio em geral. Direitos reais sobre coisas alheias. Direitos reais de garantia. Direitos reais de gozo. Rendas constituídas sobre imóveis. Direitos de Autor.	
Direito Civil: Direitos Reais	7ª	Básica	SOUZA, a. s. r. direito das coisas: coleção direito civil (7a. ed.). ed. belo horizonte, minas gerais: editora del rey, 2019. 309 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/175826 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	MARCHETTI FILHO, g. f. estudos de direito - direito civil: direito das coisas. ed. campo grande: editora contemplar, 2018. 305 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176988 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	CORTEZ FERNANDES, a. direito civil: direitos reais (2a. ed.). ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2016. 282 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/171506 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PALAIÁ, nelson; santos, murilo angeli dias dos. noções essenciais de direito. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788571441026. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441026/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	NADER, paulo. curso de direito civil - vol. 1 - parte geral, 11ª edição. [digite o local da editora]: grupo gen, 2018. e-book. isbn 9788530979645. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979645/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	REALE, miguel. lições preliminares de direito, 27ª edição. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2013. e-book. isbn 9788502136847. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	CORTEZ FERNANDES, a. direito civil: contratos. ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2011. 384 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171375 . acesso em: 24 mar. 2022.
Ementa:		Noções básicas sobre o direito do consumidor. Proteção das relações de consumo. Teoria geral do direito do consumidor. Proteção do consumidor no âmbito civil. Proteção do consumidor no âmbito administrativo. Proteção do consumidor no âmbito penal. Proteção do consumidor no âmbito jurisdicional. Noções do SNDC - Sistema Nacional de Defesa do Consumidor. Igualdade de direito.	
Direito do Consumidor	7ª	Básica	ALMEIDA, l. e. l. d. direito do consumidor e democracia no processo de outorga de concessão de serviço público. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 172 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201073 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	ALMEIDA BRESEGHETTO, f. m. d. (coord.); Brito Filomeno, j. g. (coord.); Guido Júnior, a. c. os 30 anos do código de defesa do consumidor: evolução e desafios no relacionamento com clientes. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 145 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187191 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	GREGÓRIO, c. l. direito do consumidor e transparência no marketing verde: a promoção do consumo consciente pelo enfrentamento do greenwashing. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 135 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202229 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	MIRAGEM, b. (coord.); densa, r. (coord.). compliance e relações de consumo. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2022. 353 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205593 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SILVEIRA, j. f. a aplicação do código de defesa do consumidor aos contratos empresariais sob a ótica da análise econômica do direito. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 281 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200931 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ABREU MARQUES, c. d. a sanção no âmbito do direito consumerista: há ressociação do fornecedor no mercado de consumo?. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 103 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202326 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ROCHA, a. s. d. (coord.); densa, r. (il.). contratos de consumo: parâmetros eficientes para a redução da assimetria informacional. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 209 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202449 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		CONCEIÇÃO, m. m. costa, r.; rodrigues, a. m. o consumidor on-line, o código de defesa do consumidor e a lei geral de proteção de dados. recima 21, 3 (4), 1362. [s. l.], v. n. 10 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/220327 . acesso em: 06 mar 2023	
Ementa:		Procedimentos especiais. Tutela provisória. Tutela de urgência: Do Procedimento da Tutela Antecipada Requerida em Caráter Antecedente e Do Procedimento da Tutela Cautelar Requerida em Caráter Antecedente. Tutela de evidência. Legislação extravagante em matéria de tutela provisória. Possibilidades do Direito Processual Civil.	
		Básica	BARROS, m. g. d. s. d. arbitragem e tutelas provisórias. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 123 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202157 . acesso em: 06 mar 2023

Direito Processual Civil: Procedimento Especiais e Tutelas de Urgência	7º	Básica	BRIDA, n. a. d. reclamação: a tutela do direito e o controle difuso de constitucionalidade no supremo tribunal federal. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 236 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/196339 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	NADER, paulo. curso de direito civil - vol. 1 - parte geral, 11ª edição. [digite o local da editora]: grupo gen, 2018. e-book. isbn 9788530979645. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530979645/ . acesso em: 06 mar 2023.
		Complementar	RODRIGUES, l. m. projeção da autonomia privada no direito processual civil e sua contribuição para a prestação de uma tutela jurisdicional efetiva: autonomia privada e processo civil. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 107 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200445 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PEDRA, a. s. fabriz, d. c. ; dias, h. m. direitos fundamentais e sua tutela - volume 1. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 275 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200732 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PEDRA, A. S. FABRIZ, D. C. ; MARTINS, H. DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUA TUTELA - VOLUME 2. 1. ED. BRASIL: bookwire - editora dialética, 2021. 309 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200733 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	JEAN, o. h. tutela coletiva: processo coletivo e irid: o desafio da litigiosidade repetitiva. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 189 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201044 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SOARES, c. h. nunes, l. s. ; ávila, l. a. d. l. direito em tempos de crise: soluções processuais adequadas para a tutela de direitos coletivos e individuais. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2020. 639 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200693 . acesso em: 06 mar 2023
Ementa:		Processos dos crimes de competência do júri. Procedimento especial dos crimes dolosos contra a vida. Nulidades. Recursos gerais. Resposta a acusação. Recursos em sentido estrito. Correição parcial. Carta Testemunhável. Apelação. Apelação das decisões do Tribunal do Júri. Embargos declaratórios. Embargos infringentes. Recurso ordinário constitucional. Agravo em execução. Revisão. Recurso especial. Recurso extraordinário. Revisão. Mandado de segurança em matéria criminal. Habeas Corpus.	
Direito Processual Penal: Júri e Recursos	7º	Básica	VALCANOVER, f. h. segurança jurídica e recursos repetitivos: apreciação crítica a luz dos princípios do contraditório, do devido processo legal, da ampla defesa e da duração razoável do processo: de acordo com o novo cpc de 2015. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2020. 247 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203739 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	MESSA, ana f. prática penal para exame da oab. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2021. e-book. isbn 9786555595185. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9786555595185/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Básica	FILGUEIRA, e. b. f. justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 254 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203697 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	OLIVEIRA DUARTE STUHR, w. o. d. estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. rio de janeiro: publiit soluções editoriais, 2009. 168 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/65806 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SANTOS, a. p. d. a tecnologia da videoconferência nos julgamentos do tribunal do júri. 1. ed. curitiba: bookwire - editora appris, 2020. 58 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/195064 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	NUNES JÚNIOR, f. m. a. poderes instrutórios do juiz no processo penal. ed. jundiaí: bookwire - paco e littera, 2017. 269 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/111881 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	ALVES, m. d. a. crimes digitais: análise da criminalidade digital sob a perspectiva do direito processual penal e do instituto da prova. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2020. 126 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202030 . acesso em: 06 mar 2023
Complementar	CARVALHO, f. i. m. a. d. braz, m. b. d. c. ; sant'anna, v. d. s. temas contemporâneos de direito processual. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 352 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201075 . acesso em: 06 mar 2023		
Ementa:		Compreender a dogmática que envolve a Teoria Geral dos Títulos de Crédito com análise das suas principais espécies, conceito, e natureza jurídica. Aspectos dogmáticos que envolvem o processo falimentar das empresas, bem como o instituto da Recuperação de Empresas. Nesse sentido, compreender dogmaticamente a solução jurídica diante da crise socioeconômica empresarial	
Direito Empresarial: Títulos Mercantis e Lei de Falência	7º	Básica	FILHO, p. f. d. o. (coord.), fero, a. g. j. d. m. ; cavalante, a. v. s. d. o. lei de recuperação e falência: pontos relevantes e controversos da reforma pela lei 14.112/2020. volume 04. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2022. 129 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205597 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	SPERCEL, t. a. lei anticorrupção e direito empresarial: repressão à corrupção em grupos empresariais. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 383 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201087 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	PIRES, j. s. ; moraes, p. a. d. direitos humanos e empresas: da obrigação do estado à responsabilidade da atividade empresarial. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 268 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200449 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PINHEIRO, c. d. r. (coord.) ; santos, a. a. (coord.). compliance entre a teoria e a prática: reflexões contemporâneas e análise dos programas de integridade das companhias listadas no novo mercado. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2022. 760 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203023 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	KLUWER, w. jusformulários: insolvência: incluindo per, peap e peve. ed. lisboa: wolters kluwer españa, 2021. 885 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/177411 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	TOMAZETTE, m. comentários à reforma da lei de recuperação de empresas e falência. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 145 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187180 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	SACRAMONE, m. b. (coord.), nunes, m. g. (coord.) ; koury, f. f. d. a. direito societário e recuperação de empresas: estudos de jurimetria. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 321 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202439 . acesso em: 06 mar 2023
Complementar	LIMA, r. r. s. e. limites dos negócios jurídicos processuais: um estudo sobre o objeto das convenções atípicas. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 297 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203488 . acesso em: 06 mar 2023		

		Ementa:	Estudar o processo do trabalho sob o ângulo prático, tanto no processo de conhecimento quanto no processo de execução, desde o ingresso em juízo até o Tribunal Superior do Trabalho.
Prática do Processo do Trabalho	7º	Básica	TEIXEIRA FILHO, m. a. comentários ao novo código de processo civil sob a perspectivado processo do trabalho (3a. ed.). ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2019. 1537 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209101 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	LEITE, g. ; ricalde, m. d. c. execução no processo do trabalho (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 321 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176821 . acesso em: 06 mar 2023
		Básica	AGUIAR, antônio c. ; basile, césar reinaldo o. negociação coletiva de trabalho. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2018. e-book. isbn 9788553601547. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553601547/ . acesso em: 06 mar. 2023
		Complementar	TEIXEIRA FILHO, m. a. cadernos de processo do trabalho, n. 39: ação rescisória: primeira parte. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2021. 95 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209032 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	KOURY, l. r. n. (coord.), assunção, c. s. s. (coord.); cunha, n. x. (coord.). execução no processo do trabalho. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2020. 355 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209084 . acesso em: 06 mar 2023
		Complementar	PEYON, eduardo r. sobre o trabalhar contemporâneo: diálogos entre a psicanálise e a psicodinâmica do trabalho. [digite o local da editora]: editora blucher, 2018. e-book. isbn 9788580393552. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788580393552/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	SANTOS, enoque ribeiro dos. negociação coletiva de trabalho, 3ª edição. [digite o local da editora]: grupo gen, 2018. e-book. isbn 9788530981105. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788530981105/ . acesso em: 06 mar. 2023.
		Complementar	TEIXEIRA FILHO, m. a. cadernos de processo do trabalho. n. 37: mandado de segurança: segunda parte. ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2021. 119 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209030 . acesso em: 06 mar 2023
		Ementa:	Sobre o direito de família. Princípios do direito de família. Formas de constituição de família. Casamento. União estável. Separação e divórcio. Filiação e paternidade. Sistema de proteção dos bens de menores e incapazes. Sistema de proteção aos menores e incapazes. Temas atuais de direito de família.
Direito Civil: Família	8º	Básica	LARA, m. a. (il.), de almeida, r. b. (il.) ; mafra, t. c. m. (il.). direito das famílias e das sucessões: contribuição acadêmicas dos programas de pós-graduação em direito da fdmc, puc minas, ufmg e ufop. 1. ed. [s. l.]: bookwire - conhecimento livraria e distribuidora, 2021. 634 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211179 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	TEIXEIRA, a. c. b. (coord.), rosenvald, n. (coord.); multedo, r. v. (coord.). responsabilidade civil e direito de família: o direito de danos na parentalidade e conjugalidade. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 537 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202462 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	ALBUQUERQUE LOBO, f. multiparentalidade: efeitos no direito de família. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 193 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187194 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	DOMINGUES FILHO, j. ações de famílias: direito e procedimento na jurisdição contenciosa e voluntária. ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 643 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176820 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	GOUVÊA, e. m. d. f. bem de família e mínimo existencial: a responsabilidade patrimonial do devedor e o direito fundamental do credor . 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 187 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200698 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	BEGALLI, a. s. m. temas relevantes de direito de família. ed. jundiaí: bookwire - paco e littera, 2015. 95 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/119129 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	SOUZA, c. e. s. e. (org.). o direito privado contemporâneo e a família pós-moderna. 1. ed. lugar no identificado: bookwire - simplíssimo, 2015. 277 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/195284 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	SOUZA, t. t. direito sistêmico: uma análise da constelação familiar como instrumento sistêmico de humanização do direito. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 100 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200499 . acesso em: 05 mar 2023
		Ementa:	Procedimentos especiais: criança e adolescente, drogas, violência doméstica e dos crimes praticados por funcionário público. Os Sistema de Nulidades Processuais: atos irregulares e inexistentes, princípios informadores das nulidades, nulidades absolutas e relativas e convalidação dos atos processuais.
Direito Processual Penal: Procedimentos Especiais e Nulidades	8º	Básica	OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	COELHO, E. M. Direito Penal: Parte Geral. Volume 1 (3a. ed.). ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2015. 337 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175817 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	CASTAÑON ÁLVAREZ, M. J. ; ECHARRI CASI, F. Práctica procesal penal. ed. Madrid: Dykinson, 2019. 474 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/129613 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	PICON DE CARVALHO, R. C. Código penal comentado. ed. Porto Alegre: Paixão Editores, 2020. 1776 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176427 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	MENDES PEREIRA, G. Direito penal II (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2018. 146 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171496 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FONSECA, D. C. D. S. A concepção de direito que prevalece na contemporaneidade: uma crítica à expansão do Direito Penal. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 130 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206749 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	FILGUEIRA, E. B. F. Justiça restaurativa no sistema penal e processual penal como forma de concretização do estado democrático de direito. 1. ed. [s. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 254 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203697 . Acesso em: 24 mar. 2022.

		Ementa:	Direito financeiro: a atividade financeira do estado, despesa e receita pública. Direito tributário: tributo, conceito, espécies e classificação. As limitações ao poder de tributar. Normas gerais de direito tributário: legislação tributária, obrigação tributária, administração tributária. Sistema tributário nacional. Impostos da união, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios. O Simples Nacional. Repartição das receitas tributárias. O processo administrativo tributário. O processo judicial tributário. Execução fiscal. Crimes contra a ordem tributária.
Direito Financeiro e Tributário	8 p.	Básica	MAZZA, alexandre. tributário #naprática. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788553617371. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617371/ . acesso em: 05 mar. 2023.
		Básica	FILHO VIANA, j. i. a. negócio jurídico processual no processo judicial tributário. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2020. 342 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203729 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	JUSNET, r. jusformulários: processo judicial tributário. 1. ed. [s. l.]: wolters kluwer espana, 2022. 386 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/221068 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MEDEIROS, f. b. d. s. o processo judicial tributário: tutelas jurisdicionais da fazenda pública e dos contribuintes. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 125 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202090 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	FAGUNDES, j. a. iss - imposto sobre serviços de qualquer natureza: conhecer para bem aplicar. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 516 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203575 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MIGUEL, l. c. ; rezende, e. n. o imposto territorial rural: à luz do direito socioambiental ibero-americano. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 225 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200875 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ROCHA, i. tributação e gênero: como o imposto de renda da pessoa física afeta as desigualdades entre homens e mulheres. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 231 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200522 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	PIGNATARO, o. d. m. a. imunidade tributária do terceiro setor e os impostos indiretos: uma interpretação conforme a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 149 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202079 . acesso em: 05 mar 2023
		Ementa:	A disciplina abrange desde a persecução penal até a sentença, bem como, recursos, nulidades, ações autônomas e execução penal. Dando ênfase aos aspectos práticos, incluindo assistência de audiência.
Prática do Processo Penal	8 p.	Básica	RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	VALENTE, N. O. (Org.), SILVA, R. B. D. (Org.) ; LEAL, T. B. T. L. (Org.). Análises sobre direito penal: coletânea de artigos. 1. ed. [s. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2019. 177 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196107 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	ZANETTI, J. C. T. Direito e Processo Penal: reflexões críticas contemporâneas. 1. ed. [s. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 251 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202089 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	OLIVEIRA DUARTE STUHR, W. O. D. Estudos comparados de direito penal e processual penal brasileiro e português. ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. 168 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65806 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [s. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	SILVA, K. C. D. Direito Penal do Inimigo: Aspectos Jusfilosóficos e Normativos. ed. Jundiá, Sao Paulo: Bookwire - Paco e Littera, 2016. 177 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/118869 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	BATISTA, G. B. D. M. Ética, Direito Penal e Mercado: Mercantilização do Sistema Penal no Brasil. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2021. 422 p.Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194365 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Ementa:	Estudar o processo civil o sob o ângulo prático, tanto no processo de conhecimento quanto no processo de execução, inclusive os métodos extrajudiciais de solução de conflitos, além da atuação em cartórios notariais e registrais.
Prática do Processo Civil	8 p.	Básica	CORREIA, j. r. ricalde, m. d. c. ; veras, n. a. a prática do código de processo civil (2a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2020. 939 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176993 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	ARAKE, h. o princípio da eficiência no processo civil: uma leitura do código de processo civil à luz do princípio da eficiência. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 367 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200472 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	CAMPOS, e. r. (coord.), longen, i. (coord.) ; araújo, j. p. r. (coord.). processo civil: temas contemporâneos. ed. campo grande: editora contemplar, 2021. 393 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176819 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	STRENGER, g. efetividade processual e sua celeridade: sob o enfoque do processo civil contemporâneo. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 149 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201009 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	CARVALHO, f. r. d. s. o recurso de agravo no ordenamento jurídico brasileiro: da origem ao código de processo civil de 1939. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2021. 142 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200474 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	PALACIOS, m. f. prova técnica simplificada e justiça: abordagens à luz do princípio da eficiência no código de processo civil. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 128 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201071 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ROSSINI, i. f.A mutatio libelli aplicada ao processo civil: a incessante busca pela efetividade da tutela jurisdicional. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 101 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/196341 . acesso em: 05 mar 2023

		Complementar	CAVALLI, r. a teoria das cargas dinâmicas na distribuição do ônus da prova: e a confluência com princípio da cooperação processual. 1. ed. brasil: bookwire - editora dialética, 2020. 274 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201446 . acesso em: 05 mar 2023
	Ementa:		A pesquisa jurídica: conceito, classificação, métodos – As etapas da pesquisa: levantamento de dados, registro de informações e redação do relatório – O trabalho monográfico e suas especificidades – A elaboração de um projeto de pesquisa: estrutura e conteúdo. Início do desenvolvimento da Monografia: Noções Gerais. O orientador. A documentação pessoal. O problema a ser investigado e o Projeto de Pesquisa. O cronograma de trabalho. Buscando informações. Leitura e documentação. A revisão do texto. A defesa do trabalho monográfico.
Trabalho de Curso I (Projeto)	8º	Básica	MATIAS-PEREIRA, José. manual de metodologia da pesquisa científica. atlas, 2018
		Básica	APPOLINÁRIO, f. metodologia científica. cengage learning edições ltda, 2016. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126504 . acesso em: 04. jun. 2021.
		Básica	NASCIMENTO, l. p. d. elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. cengage learning edições ltda, 2012. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126764 . acesso em: 07 jun. 2021.
		Complementar	BERTOLINI, s. m. m. g. pesquisa científica: do planejamento à divulgação. paco editorial, 2016. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119074 . acesso em: 17 jun. 2021.
		Complementar	SANTOS, j. a. y parra filho, d. metodologia científica. 2. ed. cengage learning edições ltda, 2012. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126014 . acesso em: 18 jun. 2021.
		Complementar	NÓBREGA, m. l. s. d. metodologias de ensino: entre a reflexão e a pesquisa. paco editorial, 2013. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/117391 . acesso em: 20 jun. 2021.
		Complementar	REIS FILHO, l. manual de redação científica para trabalhos de conclusão de curso. paco editorial, 2015. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108151 . acesso em: 25 jun. 2021.
		Complementar	HUBNER, m. m. guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. cengage learning edições ltda, 2011. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126244 . acesso em: 12 jun. 2021.
	Ementa:		A presente disciplina busca orientar os discentes ao conhecimento do direito sucessório desde sua abertura, formas de sucessão: legítima ou testamentária, e da partilha dos bens deixados pelo morto aos seus descendentes, ascendentes, cônjuges ou companheiros.
Direito Civil: Sucessões	9º	Básica	FERNANDES, a. c. direito civil: direito das sucessões. ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2020. 210 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/173328 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	BROCHADO TEIXEIRA, a. c. (coord.); lima rodriguez, r. d. (coord.); miranda oliveira, a. contratos, família e sucessões (2a. ed.). 2. ed. indaiatuba, sao paulo: bookwire - editora foco, 2021. 481 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/179458 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	MATOS, a. c. h. (coord.); nevaes, a. l. m. (coord.). direito das sucessões: problemas e tendências. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 505 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/205591 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	CATEB, s. d. a. direito das sucessões: exemplos práticos, doutrina e jurisprudência (9a. ed.). ed. belo horizonte, minas gerais: editora del rey, 2020. 574 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/140872 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	REALE, miguel. lições preliminares de direito, 27ª edição. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2013. e-book. isbn 9788502136847. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788502136847/ . acesso em: 05 mar. 2023.
		Complementar	PALAIÁ, nelson; santos, murilo angeli dias dos. noções essenciais de direito. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788571441026. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441026/ . acesso em: 05 mar. 2023.
		Complementar	CORRÊA, a. d. p. m. princípios fundamentais de direito civil: uso inadequado da terminologia. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 134 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203556 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MENDES, s. m. v. inventário e partilha (5a. ed.). ed. campo grande: editora contemplar, 2018. 417 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/176990 . acesso em: 05 mar 2023
	Ementa:		Introdução. Dados pessoais, Privacidade e Intimidade na Internet. Lei 12.965/2014 – Marco Civil da Internet. Crimes Cibernéticos – Visão Geral. Evolução. Crimes em espécie. Novos paradigmas. Investigação de ilícitos cibernéticos. Aspectos Teóricos e práticos. Produção de prova em processos e procedimentos cibernéticos cíveis e criminais. Direito do Consumidor na Internet. Processo Judicial Eletrônico. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais, Lei nº 13.709/2018.
Direito Cibernético	9º	Básica	MARTINS, G. M. (Coord.), LONGHI, J. V. R. (Coord.); SOUZA, A. R. D. Direito digital: direito privado e internet. 4. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 849 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202433 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Básica	RAMOS, P. H. Direito e Mídia Digital: melhores práticas. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 186 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/200416 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Básica	DE LIMA, G. F. Manual de direito digital: fundamentos, legislação e jurisprudência. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2016. 236 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/194299 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	MIRANDA BARBOSA, M. (Coord.), BRAGA NETTO, F. (Coord.); SILVA, M. C. (Coord.). Direito digital e inteligência artificial: diálogos entre Brasil e Europa. ed. Indaiatuba, SP: Bookwire - Editora Foco, 2021. 1137 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187150 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	LARA, M. D. Discussões sobre direito penal digital na contemporaneidade. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 161 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/203719 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	MAGALHÃES MARTINS, G. (Coord.); ROZATTI LONGHI, J. V. (Coord.). Direito digital: direito privado e internet (3a. ed.). ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2020. 737 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133370 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	VIEIRA, A. P. Direito Autoral na Sociedade Digital (2a. ed.). 2. ed. [S. l.]: Montecristo Editora e Treinamento, 2018. 160 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/212604 . Acesso em: 18 maio. 2022.

		Complementar	GONÇALVES, D. M. A internet no olhar da comunicação brasileira. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2016. 244 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196535 . Acesso em: 18 maio. 2022.
	Ementa:		Estudar o processo tributário o sob o ângulo prático, tanto no processo de conhecimento quanto no processo de execução, desde o ingresso em vias administrativas até junto ao Poder Judiciário.
Prática do Processo Tributário	9 ^o	Básica	MAZZA, alexandre. tributário #naprática. [digite o local da editora]: editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788553617371. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788553617371/ . acesso em: 05 mar. 2023.
		Básica	FILHO VIANA, j. i. a. negócio jurídico processual no processo judicial tributário. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2020. 342 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203729 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	JUSNET, r. jusformulários: processo judicial tributário. 1. ed. [s. l.]: wolters kluwer espana, 2022. 386 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/221068 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MEDEIROS, f. b. d. s. o processo judicial tributário: tutelas jurisdicionais da fazenda pública e dos contribuintes. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 125 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202090 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	FAGUNDES, j. a. iss - imposto sobre serviços de qualquer natureza: conhecer para bem aplicar. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 516 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/203575 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MIGUEL, l. c. ; rezende, e. n. o imposto territorial rural: à luz do direito socioambiental ibero-americano. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 225 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200875 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ROCHA, i. tributação e gênero: como o imposto de renda da pessoa física afeta as desigualdades entre homens e mulheres. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 231 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200522 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	PIGNATARO, o. d. m. a. imunidade tributária do terceiro setor e os impostos indiretos: uma interpretação conforme a doutrina e a jurisprudência dos tribunais superiores. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 149 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202079 . acesso em: 05 mar 2023
	Ementa:		Sociedade. Conceito de ética. Princípios éticos. Elementos caracterizadores da ética. Heranças éticas. Natureza e objeto da ética. Abordagem da ética em sociedade. A ética como ciência. A ética e as profissões. A ética profissional da advocacia. Honorários, captação de clientela e angariação de causa. Exercício do mandato e a ética profissional. A publicidade do advogado. O sigilo profissional. Questões abordadas no exame da OAB. Análise do Código de ética e disciplina da OAB. Estatuto da advocacia.
Ética Profissional	9 ^o	Básica	VARELA FREGOSO, G. Ética. ed. México: Instituto Politécnico Nacional, 2010. 207 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/74754 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Básica	CHÁVEZ ALCARAZ, E. Ética para ingenieros. ed. México D.F: Grupo Editorial Patria, 2015. 249 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/39443 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Básica	SOARES, M. B. BAÍ, M. D. C. ; MENDES, T. B. Ética profissional: sistematizado para o exame de ordem. ed. Campo Grande: Editora Contemplar, 2021. 163 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176817 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	BLANCO BLANCO, L. A. Ética integral. ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2013. 262 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69262 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	KANT, I. Lições de Ética. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Unesp, 2018. 357 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/212872 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	DUSSEL, E. D. Ética comunitaria. ed. [S. l.]: Editorial Docencia, 2014. 292 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/204455 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	CAVALCANTE TEIXEIRA, L. Ética e subjetividade: indagações em Habermas e Rorty. ed. Natal: Red Estudos de Psicologia, 2006. 9 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/99894 . Consultado em: 26 Jul 2023
		Complementar	HARTMANN, N. Ética. ed. Madrid: Ediciones Encuentro, S.A. 2013. 858 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/61711 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
	Ementa:		Teoria geral do Direito Previdenciário. Plano de custeio da Seguridade Social. Plano de benefícios da Previdência Social. Acidente de trabalho.
Direito da Seguridade Social	9 ^o	Básica	VAZ, p. a. b. a judicialização dos direitos da seguridade social. 1. ed. [s. l.]: bookwire - alteridade editora, 2021. 448 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211202 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	FILHO, josé gomes p.; kruger, samuel. esocial: modernidade na prestação de informações ao governo federal. [digite o local da editora]: grupo gen, 2015. e-book. isbn 9788597007718. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597007718/ . acesso em: 05 mar. 2023.
		Básica	SAVARIS, j. a. direito processual previdenciário 2021. 9. ed. [s. l.]: bookwire - alteridade editora, 2021. 1022 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211181 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	MARTINS, sergio pinto. direito da seguridade social. atlas, 2002
		Complementar	LIMA NÓBREGA, t. d. ; de souza benedito, m. o regime previdenciário do servidor público: de acordo com a emenda constitucional 103/2019 reforma da previdência. 1. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2021. 353 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187203 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ARRUDA, a. tribunais administrativos independentes como solução para a crise da judicialização previdenciária no brasil: uma análise comparativa com os países da common law. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 256 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/202088 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ALCANTARA, m. a. d. o princípio da equidade na forma de participação no custeio: a isonomia como redutora das desigualdades previdenciárias. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 185 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/201082 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	ROCHA, d. m. d. ; müller, e. l. direito previdenciário em resumo. 3. ed. [s. l.]: bookwire - alteridade editora, 2021. 411 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/211200 . acesso em: 05 mar 2023

		Ementa:	Conceito e princípios do Direito Ambiental. Ecologia e meio ambiente. A crise ambiental. O movimento ecológico. Ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável. Direito e recursos ambientais. Direito ambiental brasileiro. Direito ambiental comparado. Tratados e convenções internacionais e princípios legais supranacionais para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. Educação ambiental.
Direito Ambiental	9º	Básica	OLIVEIRA, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018 . Acesso em: 01 abr. 2022.
		Básica	SPOOLMAN, S. E. y Miller, G. T. Ciência ambiental. 3.ed. Cengage Learning Edições Ltda. 2021. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/187536 . Acesso em: 01 abr. 2022.
		Básica	ARNOLD, C. D. M. Borile, G. O. y Pereira, A. O. K. Meio ambiente, novos direitos e a sociedade de consumo. Universidade Caxias do Sul, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175481 . Acesso em: 20 abr. 2022..
		Complementar	OLIVEIRO, E. M. D. Temática ambiental, Educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. Jundiaí: Paco Editorial, 2018. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018 . Acesso em: 20 abr. 2022..
		Complementar	PERING, E. Integração e meio ambiente no mercosul. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2009. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/65808 . Acesso em: 2021.
		Complementar	CALGARO, C. y Koppe Pereira, H. Consumo, democracia e meio ambiente: os reflexos socioambientais. Universidade Caxias do Sul, 2016. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171481 . Acesso em: 20 abr. 2022..
		Complementar	MILLER, G. T. Ciência ambiental. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2015. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126887 . Acesso em: 20 abr. 2022..
		Complementar	MACHADO, V. Diálogos interprofissionais sobre ambiente e sustentabilidade. Universidade Caxias do Sul, 2019. p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175487 . Acesso em: 20 abr. 2022..
		Ementa:	Aulas expositivas sobre a importância da pesquisa como atividade universitária indissociável do ensino e da extensão, do ambiente acadêmico como instância de aprendizagem e produção do conhecimento, das técnicas de estudo, coleta e sistematização de informações na Ciência Jurídica, e da estrutura metodológica do planejamento e execução do trabalho científico. Capacitação para uso produtivo e responsável dos recursos eletrônicos como fonte de pesquisa. Instrumentalização da redação científica metodologicamente correta, com ênfase nas normas técnicas de citação como meio de respeito aos direitos autorais. Elaboração do trabalho de conclusão de curso.
Trabalho de Curso II (Orientação)	9º	Básica	MATIAS-PEREIRA, José. manual de metodologia da pesquisa científica. atlas, 2018
		Básica	APPOLINÁRIO, f. metodologia científica. cengage learning edições ltda, 2016. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126504 . acesso em: 04. jun. 2021.
		Básica	NASCIMENTO, I. p. d. elaboração de projetos de pesquisa: monografia, dissertação, tese e estudo de caso, com base em metodologia científica. cengage learning edições ltda, 2012. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126764 . acesso em: 07 jun. 2021.
		Complementar	BERTOLINI, s. m. m. g. pesquisa científica: do planejamento à divulgação. paco editorial, 2016. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/119074 . acesso em: 17 jun. 2021.
		Complementar	SANTOS, j. a. y parra filho, d. metodologia científica. 2. ed. cengage learning edições ltda, 2012. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126014 . acesso em: 18 jun. 2021.
		Complementar	NÓBREGA, m. I. s. d. metodologias de ensino: entre a reflexão e a pesquisa. paco editorial, 2013. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/117391 . acesso em: 20 jun. 2021.
		Complementar	REIS FILHO, I. manual de redação científica para trabalhos de conclusão de curso. paco editorial, 2015. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/108151 . acesso em: 25 jun. 2021.
		Complementar	HUBNER, m. m. guia para elaboração de monografias e projetos de dissertação de mestrado e doutorado. cengage learning edições ltda, 2011. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126244 . acesso em: 12 jun. 2021.
		Ementa:	Introdução ao Direito Internacional Público. Sociedade Interna, Internacional e a comunidade dos Estados. Peculiaridades e Autonomia. Desenvolvimento histórico do direito internacional. Fontes. Tratados. Incorporação das normas internacionais ao direito interno. Organizações intergovernamentais e internacionais. Responsabilidade dos Estados. Solução de litígios internacionais. Representação externa da soberania dos Estados. Introdução ao Direito Internacional Privado. Princípios. Fontes. Evolução histórica. Elementos de conexão. Aplicação da lei estrangeira. Retorno e devolução. Qualificação. Nacionalidade e condição jurídica do estrangeiro. Homologação de sentença estrangeira. Carta Rogatória. Procedimentos de Expulsão e Extradicação.
Direito Internacional Público e Privado	10º	Básica	HUSEK, c. r. curso básico de direito internacional público e privado do trabalho (5a. ed.). ed. [s. l.]: Itr editora ltda. 2020. 361 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/209086 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	DIAS, b. s. novo direito internacional: revendo a teoria do direito internacional público a partir das teorias do jus cogens, direitos humanos e processo legal transnacional e a potencial aplicação pelos tribunais internacionais. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 288 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200517 . acesso em: 05 mar 2023
		Básica	BRAGA NETTO, p. f. (coord.), silva, m. c. (coord.); cordeiro leal, a. direito privado e contemporaneidade: desafios e perspectivas do direito privado no século XXI: vol. 3. ed. indaiatuba, sp: bookwire - editora foco, 2020. 369 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/187152 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	SOUZA, a. s. r. (il.). reflexões acadêmicas: aspectos contemporâneos de direito privado. 1. ed. belo horizonte: bookwire - conhecimento livraria e distribuidora, 2020. 312 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/206742 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	XAVIER, c. c. taxatividade, tipicidade e autonomia privada: o direito real de multipropriedade. 1. ed. [s. l.]: bookwire - editora dialética, 2021. 128 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/200627 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	PALAIÁ, nelson; santos, murilo angeli dias dos. noções essenciais de direito. editora saraiva, 2020. e-book. isbn 9788571441026. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788571441026/ . acesso em: 05 mar. 2023.

Direi		Complementar	SILVA, a. c. s. l. d. a cooperação jurídica internacional no mercosul: a importância da integração processual regional para a proteção dos consumidores turistas. 1. ed. belo horizonte: bookwire - editora dialética, 2021. 107 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/uniesp/titulos/204910 . acesso em: 05 mar 2023
		Complementar	DIAS, jean c.; simões, sandro alex de s. direito, políticas públicas e desenvolvimento. grupo gen, 2013. e-book. isbn 978-85-309-4981-5. disponível em: https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/978-85-309-4981-5/ . acesso em: 05 mar. 2023.
Ementa:		Modelos de Negócio, Plano de Negócios, Business Model Canvas & Pitches, SCRUM, Soft Skills Ferramentas Gerenciais, finanças para startups, Metodologia Lean Startup (Metodologia Startup Enxuta), Produto Mínimo Viável (MVP), Marketing Digital para internet.	
Empreendedorismo; Marketing e Startups	10º	Básica	GARAY, R. Criação de startups. ed. [S. l.]: Editora Sidus - 36 Linhas, 2014. 241 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/188925 . Acesso em: 12 jun. 2022.
		Básica	SCHNARCH KIRBERG, A. Marketing para empreendedores. ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2010. 163 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69144 . Consultado en: 26 Jul 2023
		Básica	AIDAR, M. M. Empreendedorismo. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2007. 166 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126679 . Consultado en: 26 Jul 2023
		Complementar	MIRANDA, a. l. borges, a. l. a. ; peres, j. l. educação empreendedora em diferentes contextos. 1. ed. [s. l.]: bookwire - viseu, 2019. 518 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/211034 . acesso em: 13 mar de 2022
		Complementar	MARÍN SÁNCHEZ, C. E. ; PÉREZ CABAÑERO, C. Fundamentos de marketing estratégico. ed. Las Rozas (Madrid): Delta Publicaciones, 2008. 181 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/170129 . Consultado en: 26 Jul 2023
		Complementar	CARDOSO MICELI, A. L. Startups nos mares dos dragões. ed. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda. 2020. 360 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/173497 . Consultado en: 26 Jul 2023
		Complementar	AMIN, E. (Coord.), OTANI, N. (Coord.) ; DIAS, D. Q. (Coord.). Empreendedorismo: Inovação e Sustentabilidade Ambiental. ed. Jundiaí, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2013. 617 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120474 . Consultado en: 26 Jul 2023
		Complementar	WEINFURTER, D. J. Startup: próximo passo. Dez estratégias comprovadas para impulsionar um crescimento seguro e agressivo. 1. ed. São Paulo: Bookwire - M.Books, 2019. 209 p. Disponible en: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198848 . Consultado en: 26 Jul 2023
Ementa:		Estudar novos direitos. Estudar questões atuais de inovação jurídica, doutrinária, jurisprudencial e legal, com ênfase nas atividades empresariais. Estudar temas de importância jurídica, cultural e interdisciplinar.	
Tópicos de Direito I	10º	Básica	CORTEZ FERNANDES, A. Direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2016. 286 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	ARAUJO, R. A. C. ; DENSA, R. (Il.). Direito Civil Brasileiro: parte geral. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Foco, 2021. 609 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/202444 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	VENÂNCIO, C. T. (Org.). Código Civil 2021- Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Lei de introdução às normas do direito. ed. Leme, São Paulo: Editora Edijur, 2021. 385 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/177301 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	RODRIGUES, c. manual de direito penal. ed. indaiatuba, sao paulo: bookwire - editora foco, 2019. 849 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380 . acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	MENDES PEREIRA, g. direito penal i. ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2012. 98 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379 . acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	VALENTE, n. o. (org.), silva, r. b. d. (org.) ; leal, t. b. t. l. (org.). análises sobre direito penal: coletânea de artigos. 1. ed. [s. l.]: bookwire - simplíssimo, 2019. 177 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196107 . acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CORTEZ FERNANDES, a. direito civil: introdução, pessoas e bens (2a. ed.). ed. caxias do sul: universidade caxias do sul, 2016. 286 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171483 . acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	OLIVEIRA, e. m. d. temática ambiental, educação ambiental e ensino: dos limites da lógica formal à necessidade da dialética. jundiaí: paco editorial, 2018. p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/112018 . acesso em: 01 abr. 2022.
Ementa:		Estudar novos direitos. Estudar questões atuais de inovação jurídica, doutrinária, jurisprudencial e legal, com ênfase nas atividades empresariais. Estudar temas de importância jurídica, cultural e interdisciplinar.	
Tópicos de Direito II	10º	Básica	RODRIGUES, C. Manual de direito penal. ed. Indaiatuba, Sao Paulo: Bookwire - Editora Foco, 2019. 849 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/133380 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	MENDES PEREIRA, G. Direito penal I. ed. Caxias do Sul: Universidade Caxias do Sul, 2012. 98 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171379 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Básica	VALENTE, N. O. (Org.), SILVA, R. B. D. (Org.) ; LEAL, T. B. T. L. (Org.). Análises sobre direito penal: coletânea de artigos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2019. 177 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196107 . Acesso em: 24 mar. 2022.
		Complementar	CAPEZ, Fernando. Curso de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2016.
		Complementar	GRECO FILHO, Vicente. Manual de Processo Penal. São Paulo: Saraiva, 2016.
		Complementar	TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. Manual de processo penal. São Paulo: Saraiva, 2013. 16. ed.
		Complementar	ANDREUCCI, Ricardo Antônio. Manual de Direito Penal. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
		Complementar	TOLEDO, Francisco de Assis. Princípios Básicos de D.Penal. São Paulo: Saraiva 2007.
Ementa:		Estudar novos direitos. Estudar questões atuais de inovação jurídica, doutrinária, jurisprudencial e legal, com ênfase nas atividades empresariais. Estudar temas de importância jurídica, cultural e interdisciplinar	

Estudo do Direito Contemporâneo	10º	Básica	SEVERO E SOUSA DABÉS LEÃO, S. L. (Coord.) ; GONÇALVES RIBEIRO, L. G. (Coord.). Temas de direito contemporâneo. ed. Belo Horizonte, Minas Gerais: Editora Del Rey, 2020. 350 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/140877 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Básica	MARTINS, R. Law: direito contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Viseu, 2020. 168 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207432 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Básica	OLIVEIRA FREITAS, F. (Org.) ; COELHO FEIJÓ, V. P. (Org.). Compilação de estudos do direito contemporâneo. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2019. 285 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/197929 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	CARVALHO, F. I. M. A. D. BRAZ, M. B. D. C. ; SANT'ANNA, V. D. S. Temas Contemporâneos de Direito Processual. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 352 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201075 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	BOTELHO, L. F. A. CHAGAS, Á. D. ; MORAES, S. J. D. Direito e Sociedade: desafios contemporâneos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 273 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201106 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	FERREIRA, M. P. SOUZA, N. D. A. ; SILVA, V. S. B. D. Direito Contemporâneo em Conflito: coletânea de artigos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Editora Dialética, 2021. 96 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/201473 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	SOUZA, A. S. R. (Il.). Reflexões acadêmicas: Aspectos contemporâneos de Direito privado. 1. ed. Belo Horizonte: Bookwire - Conhecimento Livraria e Distribuidora, 2020. 312 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206742 . Consultado em: 14 Jun 2022
		Complementar	SOUZA, C. E. S. E. (Org.). O direito privado contemporâneo e a família pós-moderna. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Simplíssimo, 2015. 277 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195284 . Consultado em: 14 Jun 2022
Ementa:		Contexto histórico da educação de surdos. Legislação e políticas de acessibilidade brasileiras. Políticas e programas de acessibilidade. Parâmetros da Língua brasileira de sinais. Estrutura gramatical da língua brasileira de sinais. A aquisição da segunda língua.	
Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS	OPTATIVA	Básica	DINIZ, H. G. A História da língua de sinais dos surdos brasileiros: um estudo descritivo de mudanças fonológicas e lexicais da Libras, 2011. Disponível em: Editora Arara Azul. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176053 . Acesso em: 12 jun. 2021.
		Básica	AQUINO ALBRES, N. D. Surdos & Inclusão Educacional. Editora Arara Azul. 2009. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176054 . Acesso em: 11 jun. 2021.
		Básica	RAMOS, Regina C. Olhar Surdo: Orientações iniciais para estudantes de Libras. Editora Arara Azul, 2014. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/176055 . Acesso em: 12 jun. 2021.
		Complementar	QUADROS, Müller R. Estudos Surdos I. Editora Arara Azul. 2006. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/172545 . Acesso em: 05 jun. 2021.
		Complementar	SOARES, M. A. L. A educação do surdo no Brasil. Editora Autores Associados Ltda. 2014. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/174595 . 06 jun. 2021.
		Complementar	VALENÁNI, C. B. Inclusão no Ensino Superior: especificidades da prática docente com estudantes surdos, 2012. Disponível em: Universidade Caxias do Sul. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/171387 . Acesso em: 07 jun. 2021.
		Complementar	ABRAMOVAY, M. Lima. Diálogo de surdos: a escola, as novas tecnologias de informação e comunicação e as juventudes. 2016. Disponível em: UNESCO Brasil. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/31168 . Acesso em: 08 jun. 2021.
		Complementar	LEARNING EDIÇÕES. C. (Ed.). A inclusão social na área educacional. Cengage Learning Edições Ltda, 2016. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126632 . Acesso em: 09 jun. 2021.
Ementa:		Abordagem organizacional na perspectiva da gestão de pessoas. Processos operacionais essenciais na gestão de pessoas. Mudanças e inovações em gestão de pessoas. Aplicação estratégica da gestão de pessoas. Plano de carreira. Coaching. Mentoring. Gestão por Competências. Administração de Conflitos e Equipes de Alta Performance.	
Gestão Estratégica	OPTATIVA	Básica	FREITAS, c. a. gestão estratégica por meio de projetos, programas e portfólio. ed. rio de janeiro: brasport livros e multimídia ltda. 2016. 109 p. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/174204 . acesso em: 13 mar. de 2022.
		Básica	DAHER, E. Gestão estratégica. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2019. 441 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198652 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Básica	MASCARENHAS, A. O. Gestão estratégica de pessoas: evolução, teoria e crítica. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2008. 335 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126834 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Complementar	LAUDARES, P. Gestão estratégica 2ª ed. O caminho para a transformação. 2. ed. [S. l.]: Bookwire - Falconi Editora, 2021. 155 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206649 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Complementar	KUAZAQUI, E. Planejamento estratégico. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2016. 90 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126599 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Complementar	CIESLAK, R. CASAGRANDE, R. M. ; BANISKI, G. M. Gestão do conhecimento & inovação: espaços de colaboração, confiança e contribuição estratégica. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Paco e Littera, 2019. 374 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/205129 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Complementar	CAVALCANTI, M. (Org.), FARAH, O. E. (Org.) ; MARCONDES, L. P. (Org.). Gestão estratégica de negócios: estratégias de crescimento e sobrevivência empresarial (3a. ed.). ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2018. 330 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126871 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
		Complementar	RAMÍREZ, M. ; TEJADA BETANCOURT, L. (Il.). Gerencia estratégica. ed. [S. l.]: Universidad Abierta para Adultos (UAPA), 2020. 314 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175881 . Acesso em: 13 Mar de 2022..
Ementa:		Compreender e identificar os recursos de tecnologia da informação em relação às necessidades organizacionais; identificar a importância da integridade dos dados da empresa; e reconhecer o ganho de eficácia com o uso e o dimensionamento correto dos recursos de tecnologia da informação. Processamento de dados e tecnologia da informação; contexto organizacional e a informática; infraestrutura da tecnologia da informação; conceito de hardware e software; gerenciamento de banco de dados; software aplicativo – editor de texto e apresentações eletrônicas; software aplicativo – planilhas eletrônicas.	

Interface Humano-Computador	OPTATIVA	Básica	SIPSER, m. introdução à teoria da computação. cengage learning edições ltda, 2007. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126876 . acesso em: 03 jun. 2021.
		Básica	REQUENA peláez, j. m. informática básica. editorial icb, 2013. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/117747 . acesso em: 02 jul. 2021.
		Básica	GARCÍA-CUEVA, roque e. principios básicos de informática, 2007. disponível em: dykinson. https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/35699 . acesso em: 14 jul. 2021.
		Complementar	CALLEJAS, elizondo r. a. informática 2. grupo editorial patria, 2015. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/39507 . acesso em: 04 jul. 2021.
		Complementar	GUEVARA, HOYOS a. j. d. y marco rosini, a. tecnologias emergentes. cengage learning edições ltda, 2008. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/125966 . acesso em: 09 jul. 2021.
		Complementar	VERAS, m. computação em nuvem. brasport livros e multimídia ltda, 2015. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/174849 . acesso em: 03 jul. 2021.
		Complementar	VASCONCELOS, santillán, j. informática 1. grupo editorial patria, 2015. disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/39508 . acesso em: 09 jul. 2021.
		Complementar	VELLOSO, fernando de castro. informática: conceitos básicos. são paulo: elsevier, 2014. disponível em: https://www.google.com.br/books/edition/inform%C3%A1tica_conceitos_b%C3%A1sicos/yfcabqaaqbj?hl=pt-br&gbpv=0 . acesso em: 07 jul. 2021.
Ementa:		O papel do marketing na empresa. Gestão e desenvolvimento de produtos, serviços e da inovação. Estratégias baseadas em produto, preço, ponto de venda e promoção. Administração de vendas e venda pessoal. Gestão estratégica de distribuição. Comunicação integrada de marketing.	
Gestão de Marketing	OPTATIVA	Básica	JUNIOR, E. D. Administração de marketing: os caminhos e desafios do profissional. 1. ed. Londrina: Bookwire - EDUEL, 2013. 165 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/195792 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Básica	SCHNARCH KIRBERG, A. Marketing para empreendedores. ed. Bogotá: Ecoe Ediciones, 2010. 163 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/69144 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Básica	MONFERRER TIRADO, D. Fundamentos de marketing. ed. Castelló de la Plana: Universitat Jaume I. Servei de Comunicació i Publicacions, 2013. 176 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/51743 . Acesso em: 18 maio. 2022
		Complementar	NOSE JUNIOR, A. Marketing internacional. ed. Sao Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2004. 351 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/125974 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	KUAZAQUI, E. Marketing e suas aplicações. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2016. 104 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126919 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	CHURCHILL, G. A. BROWN, T. J. ; SUTER, T. A. Pesquisa Básica de Marketing. ed. Sao Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2012. 508 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126216 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	MARÍN SÁNCHEZ, C. E. ; PÉREZ CABAÑERO, C. Fundamentos de marketing estratégico. ed. Las Rozas (Madrid): Delta Publicaciones, 2008. 181 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/170129 . Acesso em: 18 maio. 2022.
		Complementar	PRIDE, W. M. ; FERREL, O. C. Fundamentos de marketing: conceitos e práticas. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2015. 658 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126640 . Acesso em: 18 maio. 2022.
Ementa:		Estudo da importância da cultura empreendedora na formação de profissionais, desenvolvendo seus conceitos, competências, atitudes. Aplicação da cultura empreendedora em projetos de empreendimentos sociais e ambientais que contribuam no contexto da visão ecossistêmica da sociedade. A responsabilidade social das organizações produtivas: indicadores da qualidade, sustentabilidade e desenvolvimento ambiental. Empreendedorismo no Brasil. Prática Empreendedora. Ferramentas úteis ao empreendedor. Plano de Negócios – etapas, processos e elaboração.	
Empreendedorismo	OPTATIVA	Básica	MACHADO FILHO, C. P. Responsabilidade Social e Governança. ed. Sao Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2006. 192 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/125970 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Básica	AIDAR, M. M. Empreendedorismo. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2007. 166 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126679 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Básica	SEVILHA JUNIOR, V. Empreendedorismo de Sucesso. ed. Rio de Janeiro: Brasport Livros e Multimídia Ltda. 2010. 296 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/175071 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	AMIN, E. (Coord.), OTANI, N. (Coord.); DIAS, D. Q. (Coord.). Empreendedorismo: Inovação e Sustentabilidade Ambiental. ed. Jundiaí, SP: Bookwire - Paco e Littera, 2013. 617 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/120474 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	BARACHO, H. U. CUNHA, B. P. D. ; ARARUNA, S. B. P. Ética Ambiental e Desafios na Pós-Modernidade: Responsabilidade Social, Empresa, Comunidade e Meio Ambiente. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2019. 492 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198288 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	BARON, R. A. Empreendedorismo: uma visão do processo. ed. São Paulo: Cengage Learning Edições Ltda. 2007. 467 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/126846 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	DE BARBOZA, S. G. Responsabilidade Social: Um Desafio Para A Educação Escolar No Brasil. 1. ed. Curitiba: Bookwire - Editora Appris, 2015. 170 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/191690 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
		Complementar	MIRANDA, A. L. BORGES, A. L. A. ; PERES, J. L. Educação empreendedora em diferentes contextos. 1. ed. [S. l.]: Bookwire - Viseu, 2019. 518 p. Disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/211034 . Acesso em: 13 Mar de 2022.
Ementa:		Conscientização: o que é inglês instrumental. Processo de leitura: roteiro. Gramática da língua inglesa. Gêneros textuais. Estratégias e objetivos de leitura e níveis de compreensão: skimming, scanning. Grupos nominais. Referência pronominal. Marcadores discursivos.	

Inglês Instrumental Básico	OPTATIVA	Básica	NASH, m. g. ; ferreira, w. r. sorria, você está praticando inglês!. 1. ed. barueri, sp: bookwire - disal editora, 2013. 205 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207026 . acesso em: 21 jul 2022
		Básica	NIGRO, c. m. c. ; ceneviva, c. m. xeretando a linguagem em inglês. 1. ed. barueri, sp: bookwire - disal editora, 2012. 104 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207028 . acesso em: 21 jul 2022
		Básica	ROCHA, a. ; mien, h. m. processos seletivos em inglês. 1. ed. barueri, sp: bookwire - disal editora, 2013. 134 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/207035 . acesso em: 21 jul 2022
		Complementar	ARANCIBIA FIGUEROA, r. introducción a la gramática inglesa (2a. ed.). ed. santiago de chile: ril editores, 2017. 202 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/67613 . acesso em: 21 jul 2022
		Complementar	SALUM, a. c. c. sociabilidade e subjetividade de professores de inglês na contemporaneidade. 1. ed. curitiba: bookwire - editora appris, 2019. 185 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/196571 . acesso em: 21 jul 2022
		Complementar	GOMES, j. 5000 palavras bem pronunciadas em inglês. 1. ed. [s. l.]: bookwire - simplíssimo, 2015. 219 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/198717 . acesso em: 21 jul 2022
		Complementar	IBREJA, j. r. a. como se diz. em inglês?: termos coloquiais, expressões comuns e curiosidades da língua inglesa. 1. ed. barueri, sp: bookwire - disal editora, 2010. 269 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/206996 . acesso em: 21 jul 2022
		Complementar	COLET, a. r. r. língua inglesa: a prática pedagógica em sala de aula. 1. ed. curitiba: bookwire - editora appris, 2019. 215 p.disponível em: https://elibro.net/pt/lc/universidadebrasil/titulos/193230 . acesso em: 21 jul 2022